



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MARIANA ADAMI

ELENA GARRO: UMA INTELLECTUAL E SEUS COMBATES.

**PERIODISMO, LITERATURA E POLÍTICA NO MÉXICO
CONTEMPORÂNEO (1952-1968)**

CAMPINAS

2021

MARIANA ADAMI

ELENA GARRO: UMA INTELLECTUAL E SEUS COMBATES.

**PERIODISMO, LITERATURA E POLÍTICA NO MÉXICO
CONTEMPORÂNEO (1952-1968)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em História, na Área de Política, Memória e Cidade.

Orientador: Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA
MARIANA ADAMI, E ORIENTADA
PELO PROF. DR. JOSÉ ALVES DE
FREITAS NETO.

CAMPINAS

2021

Agência: Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de São Paulo (FAPESP)
Nº do Processo: 2018/25947-4

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Ad15e Adami, Mariana, 1996-
Elena Garro : uma intelectual e seus combates. Periodismo, literatura e política no México contemporâneo (1952-1968) / Mariana Adami. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: José Alves de Freitas Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Garro, Elena, 1916-1998. 2. Literatura e história. 3. Jornalismo. 4. Intelectuais. 5. Política na literatura. I. Freitas Neto, José Alves, 1971-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Elena Garro : an intellectual and her battles. Press, literature and politics in Contemporary Mexico (1952-1968)

Palavras-chave em inglês:

History and literature

Journalism

Intellectuals

Politics in literature

Área de concentração: Política, Memória e Cidade

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

José Alves de Freitas Neto [Orientador]

Miriam Viviana Garate

Felipe de Paula Góis Vieira

Data de defesa: 23-12-2021

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-0447-948>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3383243816561582>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 23/12/2021, considerou a candidata Mariana Adami aprovada.

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto

Prof^a. Dr^a. Miriam Viviana Gárate

Prof. Dr. Felipe de Paula Góis Vieira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

Tinha dezesseis ou dezessete anos. Na sala de aula, dezenas de alunos se preparavam diariamente para enfrentar o tão temido vestibular. Mas na aula de literatura, infelizmente, a dispersão e as conversas paralelas reinavam. Caxias como sempre fui, deslocava-me para a primeira carteira e passava aqueles preciosos minutos absorta e encantada com o universo das obras escritas. A pequena Matilda leitora dentro de mim vivia dividida entre a História e a Literatura – dualidade que, mal sabia eu, permaneceria me acompanhando – e encontrava nos livros um refúgio, um sem-número de possibilidades de imaginar e viver. Às vezes, ousava escrever uma crônica, um conto, um relato de história... e de papelzinho em papelzinho, colecionei uma porção de notas pessoais que jamais poderiam ser chamadas de literatura. Nem de historiografia.

No entanto, foi por esses constantes exercícios de ler e escrever que um dia despontou uma questão em mim. Toda vez que ela reaparecia, um forte incômodo tomava conta de minha mente e não conseguia pensar em outra coisa que não fosse buscar respostas. Ao chegar na aula sobre a escola Modernista brasileira, percebi algumas pistas para minha reflexão: nomes que antes não eram familiares começavam a aparecer na lousa e me provocar: Clarice Lispector, Cecília Meireles, Rachel de Queiroz... Ao contrário do que se podia esperar, todavia, a perturbação só cresceu. No fim do período, procurei meu professor e lancei a questão:

- Charles, por que não estudamos mulheres escritoras na aula? Por que só agora estamos vendo algumas e nem seus livros vamos ler? As mulheres por acaso não escreviam?

- Você é muito esperta, senhorita Adami... muito! As mulheres sempre escreveram, a Literatura é que nem sempre deu destaque a elas.

E desde então essa pergunta me perseguiu. Diria eu que a resposta me perseguiu por mais tempo ainda. Delas, arrisco afirmar, veio essa obsessão por escavar a fundo a obra de uma autora tão importante e tão apagada como Elena Garro. Ela, como tantas outras, sempre escreveu. Mas custou-lhe muito para que pudesse falar autônoma e publicamente: nem depois de reconhecida e autorizada, sua voz ficou livre de contestações e agitações. Talvez daí a riqueza e complexidade de sua obra. Meu

primeiro agradecimento, então, só poderia ser ao professor Charles Borges Casemiro, por me mostrar que aquelas perguntas mais inquietantes podem ter respostas – nem sempre agradáveis, nem sempre imediatas. “Por que não estudamos mulheres escritoras?” provavelmente é a pergunta da minha vida. E a solução está longe de ser apenas “pelo machismo”. Este trabalho tenta mostrar um pouco dos embates vividos por uma pensadora intrigante que enfrentou barreiras patriarcais, governamentais e intelectuais.

Quem apostou nessa ideia e me deu segurança de que não era um absurdo investigar o que essa distinta Elena Garro tinha a dizer sobre Revolução, camponeses, operários e intelectuais foi outro professor – e quem também tenho a sorte de poder chamar de amigo. José Alves de Freitas Neto é uma pessoa que certamente o universo coloca na vida das pessoas para torná-las melhores. A libriana sou eu, mas quem domina o equilíbrio com maestria é aquele que sabe dosar amorosidade, compreensão, firmeza, provocação, festa, reunião, trabalho. Zé faz todos nós, orientandos, acreditarmos que a universidade não precisa ser um ambiente de competição e hostilidade: em lugar disso, nos pega pela mão e mostra um mundo instigante de perguntas, pensamento autônomo, debate e formação integral. Os melhores aspectos desse trabalho surgiram de conversas com ele e só demonstram que grande professor ele é. As falhas, evidentemente, são minha responsabilidade – e registro aqui que vou decepcioná-lo muito menos daqui em diante. Obrigada por tudo, sempre, Zé! Espero algum dia me tornar um fragmento minúsculo do historiador e humano que você é: saberei que segui o rumo certo.

Nestes últimos anos, História, Literatura e especialmente Elena Garro me ensinaram a lidar com o improvável. Ano após ano, essas imprevisibilidades que tomavam conta das sessões de terapia por causarem extrema ansiedade e estresse foram se revelando caminhos interessantes de mudança. Nem todas elas são positivas, é evidente. Encontrar uma documentação inesperada é animador, enquanto enfrentar uma pandemia durante a pesquisa é aterrorizante. Aprendi que abraçar os sentimentos que vêm junto das incertezas – seja euforia ou medo – é um bom começo para pensar no que fazer a partir delas. Quando iniciei o mestrado, cheia de ideias e com mais certezas do que agora, eu jamais imaginaria quantas emoções me aguardavam. Daria um bom enredo de livro, cheio de viradas e quebras de expectativa. A maior delas, não posso negar, foi Martim.

A Revolução, insistiu exaustivamente Garro, vem das pessoas. Também das ideias e palavras, mas de seres concretos e vivos. Martim revolucionou minha vida subvertendo boa parte do que eu acreditava serem prioridades, tornando o último ano do mestrado o mais intenso – e amoroso e feliz – que já vivi até hoje. Martim, como já escrevi para que um dia ele leia, é nome de guerreiro, de quem luta ao lado de quem precisa. Você tem lutado bravamente ao meu lado, filho. Sem as cócegas no ventre, os chutinhos afetuosos e os pezinhos visíveis no ultrassom eu certamente teria menos razões para sorrir e talvez tivesse até abandonado o sonho da carreira acadêmica. Você me trouxe mais decisão e maturidade. Agora é por mim, mas também por você, que quero continuar com meus planos. A mãe que você escolheu vai te levar a bibliotecas e eventos acadêmicos, embora prometa brincar muito também. Te amo com todo o meu ser! Obrigada por me fazer rocha quando achei que desmoronaria.

Faltam-me palavras para descrever a gratidão que sinto por Rodrigo Alves. Meu companheiro, meu leitor, meu incentivador. O primeiro a dar o ombro para que eu chorasse todas as vezes em que o desespero tomou conta – mesmo quando ele também estava apavorado. Agradeço de coração por tudo o que você faz diariamente por nós e por acreditar nos meus sonhos, se desdobrando em tudo o que pode para que eu consiga realiza-los. Essa dissertação já tinha começado quando você chegou, mas ela certamente não teria o mesmo resultado sem seu apoio.

É evidente que não contei apenas com esses poucos nomes. Tenho o privilégio de estar rodeada de gente querida, que me dá força em todos os sentidos imagináveis e foi fundamental na minha trajetória. Alguns, desde muito tempo. Outros, mais recentemente. A importância de cada um é infinita e só cabe minha eterna gratidão. Obrigada aos amigos da graduação que me acompanham e já são tios amados do Martim, enchendo-nos de presentes e carinho: Suzane Külzer, Letícia Hokari, Ruy Lovato, Murilo Souza, Bruna Melo, Pedro Gericó, Julia Negov, Thaíse Pavani, Sabrina Homma, Daniela Jimenez. Às lindezas da Linha de Pesquisa em Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios - Carolina Pedro, Suzane Külzer, Heloísa Rosa, Vagner Ramos, Tiago Coelho, Elton Genari, Erik Borda – minha gratidão por cada café, bar, discussão de projeto, leitura e até pelas furadas que passamos nas tardes de terça. Quero agradecer também aos alunos da turma 019 da graduação em história, que me acolheram como PED em seus 1º e 4º semestres e desenvolveram comigo uma relação muito bonita de construção coletiva do conhecimento histórico.

Também registro meu obrigada mais sincero a todas as historiadoras e historiadores com quem desenvolvi projetos nestes três anos, por trazerem novas visões e debates para minha formação: os integrantes do Hora Americana (Caio Pedrosa, Valdir Donizete, Luis Guilherme Kalil, Rodolpho dos Santos, Isabella Acácio), a equipe elaboradora da ONHB (Leca Pedro, Gabriela Pratavieira, Ana Carolina Balbino, Suzane Külzer, Michelle Tasca, Daniela Pistorello, Kleber Amancio, Aldair Rodrigues, Aline Vieira, Jaqueline Almeida) e o Grupo de América (André Pupin, Clara Figueiredo, Renata Dell'Arriva, Renan Rozada, Ana Carolina Balbino, José Ferreira, Rafael Pavani, Gabriel Sordi, Matheus Martins). Também aos meus professores que ensinam e inspiram: José Alves de Freitas Neto, Silvana Rubino, Cristina Meneguello, Aline Vieira, Iara Lis, Miriam Gárate, Josianne Cerasoli.

Ao Prof. Dr. Caio Pedrosa da Silva, agradeço também por ter aceitado participar do Exame de Qualificação com comentários e contribuições valiosos à finalização da escrita. À Prof^a. Dr^a. Miriam Viviana Gárate, muito obrigada por estar presente em muitos momentos importantes de minha formação, desde a graduação, quando passei a frequentar como intrusa suas disciplinas no IEL. Agradeço particularmente pelos comentários no Exame de Qualificação e por ter aceitado o convite de compor a banca julgadora da Defesa. Ao Prof. Dr. Felipe de Paula Góis Vieira estendo os agradecimentos por formar parte da banca e por ser um grande incentivador do trabalho desde a revisão de meu projeto de IC, em 2015.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento desta pesquisa (processo 2018/25947-4), fundamental para a realização do trabalho, bem como pela prorrogação de prazos em decorrência da pandemia de COVID-19 e de minha gestação.

Enfim, agradeço a minha família por seu imenso amor e por me incentivar a cada etapa, mesmo sem entender as muitas horas trabalhadas ou as conversas de outro planeta que tenho em meio a debates. Maga, por nutrir uma admiração genuína por minha trajetória e profissão. Gui, primeiro doutor da família, por me inspirar e trocar tanto comigo. Marli e Rogério, por serem exemplos de persistência, integridade e respeito; por moverem montanhas por mim; por me acolherem quando necessito.

Obrigada, enfim, Elena Garro, pelo universo que me apresenta e tanto me fascina.

“Las ideas encarnan en los hombres”
Elena Garro, 1965

RESUMO

O trabalho analisa a produção periodística e literária da escritora mexicana Elena Garro (1916-1998), entre os anos 1952 e 1968 - período marcado pelo crescente autoritarismo estatal, cujo ápice foi o Massacre de Tlatelolco. Durante esses dezessete anos, Garro reside no México e escreve a maior parte de sua obra literária e jornalística, em profundo diálogo com os debates políticos da época. Publicando doze peças de teatro, quatro romances e uma coletânea de contos, além de colaborar com inúmeros periódicos - sendo os principais Novedades, Presente!, Siempre!, Sucesos [para todos], ¿Por qué?, Revista de América, Revista Mexicana de Literatura -, a autora acumula um grande volume de trabalhos que marcam sua entrada no mundo dos intelectuais e seu reconhecimento como literata. A partir do cruzamento de fontes ficcionais e não-ficcionais de Elena Garro, que circularam em livros, jornais e revistas, buscou-se compreender os principais temas e argumentos de seus textos, quem eram seu interlocutores e qual o seu lugar no debate público mexicano em meados do século XX. Por meio de suas publicações e das reverberações destas na *esfera pública*, procurou-se mapear - para além da imagem mais ou menos consensual de que foi uma escritora de qualidade - como Elena Garro foi conhecida e se chegou a tornar-se uma representante das ideias de reavaliação da Revolução Mexicana e pautas políticas e sociais. Com especial destaque, discutimos a forma como passado e presente são mobilizados pela intelectual para ler processos históricos e interpretar sua realidade, durante as décadas de 1950 e 1960.

Palavras-chave: Elena Garro – História e Literatura – periodismo – México Contemporâneo – intelectuais

ABSTRACT

The work analyzes the journalistic and literary production of the Mexican writer Elena Garro (1916-1998), between 1952 and 1968 - a period marked by the growing authoritarianism of the State, culminating in the Tlatelolco Massacre. During these seventeen years, Garro lives in Mexico and writes most of her journalistic and literary work, dialoguing with the political debates of her period. Publishing twelve theatre plays, four novels and one collection of short stories, besides collaborating with many newspapers - the main ones being *Novedades*, *Presente!*, *Siempre!*, *Sucesos [para todos]*, *¿Por qué?*, *Revista de América*, *Revista Mexicana de Literatura* - the writer produces a great number of works that mark her debut on the intellectual world and her recognition as an author. Reading the fictional and non-fictional texts of Elena Garro throughout her books, newspapers and magazines, we tried to identify which were the main subjects and arguments of her texts, who were her interlocutors and what was her place inside the Mexican public debate, at mid-20th century. By means of her publications and their repercussion in the *public sphere*, we aimed to map out - beyond the consensual opinion that she was a good writer - how Elena Garro was known and became an exponent of the ideas of revaluation of the Mexican Revolution and the social and political guidelines. Mainly, analyzed and discussed how the author called upon past and present in the texts for reading historical process and interpreting her reality, in the 1950 and 1960's decades.

Keywords: Elena Garro – History e Literature – *periodismo* – Contemporary Mexico–intellectuals

SUMÁRIO

Ao leitor	14
Introdução	15
As ideias e os muitos lugares.....	19
Um trabalho solitário?	24
O espaço do intelectual.....	27
Política, debate e opinião pública	32
Mulheres na intelectualidade	35
¡Viva México!; Viva la Revolución!.....	42
Capítulo 1: Uma Revolução em branco e preto	47
1.1 Uma crítica aos intelectuais	48
1.2 Nem governistas, nem comunistas: a resposta está na Revolução nacional.....	54
1.3 Os princípios da atividade intelectual.....	64
1.4 As palavras e as ações	78
1.5 O poder revolucionário das palavras	87
Capítulo 2: As instituições políticas na mira de uma escritora	93
2.1 A Revolução como categoria política	94
2.2 Revolução, leis e Estado	98
2.3 Poderes pessoais e degradação da Revolução	105
2.4 O “bom” político	110
2.5 Violência revolucionária	115
2.6 Partido e tendências políticas	123
2.7 O problema do presentismo	127
Capítulo 3: Vozes abafadas. A intelectual se encontra com os marginalizados ...	129
3.1 Os marginalizados em contexto pós-revolucionário	129
3.2 O campo	132
3.3 A cidade	137
3.4 Identidades	141

Considerações finais.....	148
Referências	149
Fontes	149
Bibliografia	154

AO LEITOR

Escrever este texto foi como um parto. Não por ter sido ruim. O parto, aprendi com leituras e muito estudo, não precisa ser sinônimo de sofrimento, mesmo com dificuldades e dores.

Como uma vida nova, demorei mais para gestar do que colocá-lo no mundo. Ainda assim, pareceu uma eternidade. Foram três anos de pesquisas e inúmeros percalços, inclusive ser atravessada por uma pandemia que minou meus planos de consultar presencialmente as fontes nos arquivos mexicanos. A frustração foi enorme, o trabalho ganhou limitações – como não poder analisar os jornais de maneira mais complexa, comparando outros textos e imagens que o compunham – e o sonho de uma dissertação impecável tornou-se o sonho da dissertação possível. Acredito que os filhos e as teses nos ensinam isso: os amamos pelo que são, não pelo que gostaríamos que fossem.

Voltando ao parto, a pequena infinidade que durou a escrita foi complicada e cansativa. Começou lentamente, com sutileza, cuidado e o ânimo de quem escuta os sinais da chegada. Aos poucos, o tempo correndo e a pressão dos prazos não permitiram mais tanta calma. No final, pensei ter chegado ao meu limite e quis desistir. No trabalho de parto, chamam essa de “hora da covardia”, mas costuma ser tarde demais para optar por outro caminho. E foi assim que terminei, porque sabia que precisava concluir e não me arrependeria da escolha.

Após alguns últimos choros e medos, a respiração lenta ajudou a recentrar as ideias e finalizar o que havia começado. Foi o trabalho que pude fazer, em meio a tantas surpresas. Ele vem com a força que consegui retirar de algum lugar em meu interior e desconhecia. E me sinto orgulhosa por ter chegado ao ponto final.

INTRODUÇÃO

Não são poucas as ocasiões em que nos deparamos com livros que nos prometem uma história completamente inovadora, precursora de grandes rupturas ou, como preferem muitos comentaristas, “à frente de seu tempo”. A fantasia de que certas narrativas podem apresentar um pensamento muito diferente da realidade em que foram escritas foi e ainda é amplamente debatida – e por que não dizer rebatida – entre os historiadores.

Uma discussão clássica pautou a temática quando Roberto Schwarz (1992) lançou a provocação de que, na América, certas ideias estariam “fora do lugar”, precisamente por terem sido gestadas em solo europeu, diante de eventos e problemáticas singulares. Reapropriar certas concepções filosóficas e posturas políticas no continente americano seria, portanto, deslocar ideias para um contexto desajustado e, em alguma medida, degenerador. A resposta veio por muitas vozes: Elias Paltí (2014), por exemplo, devolve a questão com uma nova roupagem, interrogando se as ideias teriam um único lugar. Não poderia a América Latina produzir releituras bastante adequadas a sua própria realidade daquelas ideias canônicas nascidas a um oceano de distância?

O que nos sinaliza Paltí é justamente a pluralidade de contextos possíveis para as ideias, razão pela qual elas estão em constante movimento e transformação. Sim, as ideias têm lugar. Por vezes, mais de um. Nenhuma delas sobrevoa quilômetros e pousa no desconhecido para viverem em uma confusa e deslocada autonomia. Mais do que lugar, as ideias têm tempo e, principalmente, rostos.¹ Nem sempre reconhecidos ou sacralizados, é fato. Por vezes, silenciados e lembrados de acordo com as circunstâncias e interesses do presente. Neste baile em que os personagens ora ocupam o protagonismo, ora ficam escondidos nos cantos do salão, poderíamos encontrar Elena Garro.

¹ Jean-François Sirinelli contribuiu para esse debate afirmando que “na fronteira entre a história das ideias políticas (...) e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas ideias no meio dos intelectuais, se abre ao pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico” (SIRINELLI, 2003, p. 258).

Escritora incansável foi autora de dezenas de textos ficcionais, periodísticos e de crítica literária. Transitava entre gêneros com tamanha facilidade que deixou uma obra vasta e diversa, contemplando contos, romances, peças de teatro, reportagens, artigos, resenhas, entrevistas, crônicas, relatos de memórias e até mesmo poesias. Ousava com a experimentação, utilizando elementos literários em seu estilo jornalístico, bem como procedimentos de pesquisa de campo para suas obras de ficção. Pautou debates fundamentais para a compreensão da política e cultura mexicanas na segunda metade do século XX. Contudo, antes de ser Garro – voz crítica dos semanários, contadora de histórias laureada com o Prêmio Xavier Villaurrutia, dona de opiniões contundentes, interlocutora de políticos e intelectuais –, foi Elena.

Onde hoje é uma praça com pinturas coloridas, algumas árvores e uma placa em homenagem, um dia houve uma casa não muito luxuosa, tampouco humilde. A residência típica de uma pequena elite de Puebla de los Ángeles – cidade localizada no centro do México e não muito distante da capital do país – era lar da família Garro Navarro. Nela nasceu Elena, em 11 de dezembro de 1916. Parte de sua infância transcorreu nesse mesmo ambiente, mas junto a seus pais, José Antonio e Esperanza, e suas irmãs, Estrella e Devaki, acabou se mudando duas vezes.

Um dos deslocamentos foi para Iguala, no estado de Guerrero, onde José Antonio Garro Melendras, ex-revolucionário, teria lutado ao lado dos *cristeros* contra o Código Penal promulgado por Plutarco Elías Calles. A experiência de crescer em uma família católica entre dois conflitos armados foi marcante em sua formação pessoal e intelectual. Posteriormente, partiu para a Cidade do México para concluir seus estudos básicos na Escola Nacional Preparatoria, outro ambiente que possibilitou vivências importantes, como a formação acadêmica e a criação de laços pessoais. Na capital, entrou em contato com a intensa vida cultural do teatro e do balé, que foram seus objetos de estudo e trabalho, frequentou bibliotecas e arquivos, além de comparecer a encontros sociais dos estudantes.

Em uma dessas festas, no ano de 1935, conheceu Octavio Paz, à época estudante de Direito na Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Os dois jovens universitários são apresentados e, após a noite em questão, passam a trocar cartas. Dentro de dois anos, oficializam um noivado e se casam. Se por um lado pode soar irrelevante tratar de um aspecto tão íntimo da vida de Elena Garro, por outro, é preciso

recordar que a consagração de Paz como um dos intelectuais mais prestifiosos no México contemporâneo se dá não apenas pela originalidade de seu trabalho, como também pelos círculos sociais que frequentava, pela notoriedade de sua família. Em outras palavras, a figura de Paz no cenário intelectual mexicano do século XX respeita dinâmicas de reputação e influência, se construindo pela atuação como escritor e professor e pelo prestígio que seu pai gozava.

Assim, é inegável o papel que Octavio Paz teve na inserção de Elena Garro no universo intelectual. Não se trata de creditar totalmente a seu marido a projeção que alcançou a escritora, mas de destacar que sua trajetória como intérprete e pensadora passa, inevitavelmente, pelo fato de que ao acompanhar Paz em viagens profissionais e missões diplomáticas, Garro se reposiciona: deixa de ser estudante e vai alcançando o lugar de produtora intelectual. Nesse sentido, a relação Garro-Paz é um grande exemplo de parceria amorosa e criativa – o que não significa que foi livre de conturbações e tensões. Pensar nessa chave permite compreender a construção de Garro como intelectual, suas aproximações a outros escritores e, enfim, aspectos de sua obra, pois como afirmam Chadwick e Courtivron (1995),

[as] biografias e monografias tradicionais sempre descreveram a criatividade como uma luta solitária, individual (em geral masculina) e extraordinária pela auto-expressão artística. Em vez disso decidimos explorar as complexidades das parcerias e colaborações, simultaneamente penosas e enriquecedoras [...]. As noções de colaboração investigadas ou, como Shari Benstock coloca, “a luta dos parceiros na busca de realização e auto-expressão na relação”, oferecem um caminho que podemos seguir, liberando os mitos das realidades, as imagens das vidas, as realizações individuais dos processos de colaboração (p. 9-11).

O ponto de virada na vida do casal, que inaugurou a parceria intelectual entre eles – ou, ao menos, criou condições para tal – não tardou a chegar. Poucos meses após a formalização da união, Paz foi convidado a participar do *II Congreso de Intelectuales en Defensa de La Cultura*, um evento que reuniu escritores e artistas para o combate ao fascismo emergente. O encontro foi sediado na Espanha, durante a Guerra Civil, com o intuito de discutir e concretizar estratégias de apoio à República Espanhola. Nesse momento, Garro deixa a faculdade e parte como acompanhante de Paz. É na ocasião, todavia, que faz seus primeiros laços com grandes nomes da literatura latino-americana, iniciando uma rede de contatos e correspondentes que a acompanhou por sua carreira. Sujeitos destacados como Pablo Neruda, Carlos Pellicer, Fernando e Susana Gamboa, José Chávez Morado e Silvestre Revueltas se aproximaram de Garro. Embora alguns não tenham visto nela mais do que a jovem esposa de um pensador brilhante, outros

mudaram sua postura e se tornaram importantes mediadores para a escritora, como é o caso de Pellicer e André Malraux.

Ao fim do congresso, parte da comitiva permanece na Europa e o casal Paz-Garro segue para uma temporada na França. Sem recursos financeiros, por represália de suas famílias, os dois jovens procuram por empregos em Paris, dedicando-se à escrita e Garro, particularmente, ao ofício de jornalista. Os anos seguintes são marcados por muitas viagens, incluindo um breve retorno ao México e sucedido por estadias em diversos países, com Paz ocupando, então, o cargo de diplomata. Destacam-se duas temporadas em Nova Iorque (1943-1946/1959-1960) e duas de regresso a Paris (1946-1952/1961-1963).

Esse período marca não apenas uma intensa produção de Elena Garro – que se estende pelos sete anos que permaneceu no México, a partir de 1963 –, mas também a consolidação de sua carreira como periodista e escritora. Entre as décadas de 1940 e 1960, se comunica intensamente com intelectuais mexicanos, como Juan de La Cabada, Archibaldo Burns, Carlos Fuentes e o próprio Octavio Paz; argentinos, a exemplo de José Bianco e Adolfo Bioy Casares, da notável revista *Sur*; e até mesmo europeus, tais quais Marcel Camus e Felipe Subervielle. É possível afirmar, portanto, que é nessas circunstâncias que se dá a construção de Garro como voz autorizada a tratar de problemáticas do debate público, como as revoluções – em particular, a Mexicana (1910-1920) –, os regimes políticos contemporâneos, os embates e desigualdades sociais no México, a produção cultural na América Latina.

Portanto, se concordamos que as ideias têm lugar, temporalidade e origens nos indivíduos, pode-se afirmar que as ideias em discussão na esfera pública² do México em meados do século XX passam, necessariamente, pelo estudo da trajetória e produção intelectual de Elena Garro. Muitas das questões que postulou e dos debates que procurou fomentar agregaram perspectivas pouco tradicionais, especialmente ao tratar da formação política e cultural latino-americana e das narrativas históricas mexicanas. Não porque estivesse “à frente de seu tempo” ou “fora do lugar”, mas, ao contrário, porque ocupou lugares específicos em sua trajetória que permitiram deslocar os olhares de uma Revolução supostamente gloriosa para seu avesso: a violência, o autoritarismo,

² Nos tópicos seguintes, abordaremos a discussão teórica da filosofia e da história em torno do conceito de esfera pública. Por ora, entenda-se como um espaço de produção e debate racional de ideias em uma sociedade moderna.

a marginalização de indígenas e camponeses, as falhas na burocracia estatal, o descolamento entre discurso e prática. Compreender as disputas políticas e intelectuais no período demanda, assim, um olhar cuidadoso para o âmbito público e a participação de intérpretes e pensadores na formação da opinião. Nesse sentido, a História Intelectual pode oferecer caminhos para um estudo aprofundado.

As ideias e os muitos lugares

Em 9 de setembro de 1962, Elena Garro concedeu uma entrevista à jornalista mexicana e colega Elena Poniatowska. A certa altura da conversa, Poniatowska pergunta qual era a opinião de sua entrevistada a respeito dos intelectuais mexicanos. A resposta recebida não escapou à força das opiniões da autora: “*Ves, a mi me Dan mucha tristeza que haya tantos ‘juntapalabras’ y que todavía no hayamos producido una sola idea. A veces hermosos pensamientos y, en general, muchas, muchas palabras*” (GARRO & PONIATOWSKA *apud* LOPÁTEGUI, 2014, p. 211). Além de expor uma visão sobre o cenário intelectual de seu país – assunto que abordou também em inúmeros textos e que será explorado em profundidade nos capítulos seguintes –, a fala de Garro aponta uma questão que se tornou fundamental para a História: ideias não são meros conjuntos de palavras vazias; na verdade, são produtos de leituras, diálogos e reflexão. Um longo processo em busca de perguntas e respostas para problemas de certo tempo.

Poderíamos ainda dizer que ideias não existem por si mesmas, extracorpóreas, como entidades independentes. As ideias são elaboradas por indivíduos, com incômodos e interesses específicos, dotados de repertórios singulares. As palavras, por fim, são o meio, a linguagem, para comunicar tais ideias, lançadas ao público para serem confirmadas, rebatidas ou relidas. Não é possível, então, falar em ideias sem falar em seus idealizadores e os diferentes lugares que fornecem elementos para a construção dos pensamentos. Dito de outro modo, seria o que Dominick LaCapra (1986) classificou como textos e contextos: os primeiros compreendem os registros escritos da produção intelectual, que servem de fonte aos historiadores; já os segundos, são os fatores que atravessam o texto – ou as ideias – e fazem um papel fundamental na elaboração da obra. Os contextos contemplam subjetividades (trajetória do autor, estilo de escrita, posicionamentos, interesses e motivações, lugar do texto dentro da obra completa),

condições de produção (financiamentos e encomendas, grupos e instituições envolvidos) e até mesmo as relações com os leitores (sociedade em que está inserido, público a que se destina, circulação, crítica e repercussão) (p.18).

Assim, o campo da História Intelectual tem se ocupado de analisar textos e ideias circunscrevendo-os aos diversos elementos que participam da escrita e compõem o pensamento de um autor. São eles que permitem o estabelecimento de ligações entre as perspectivas de determinado sujeito e os referenciais de que parte – e para os quais se dirige. Em suma, avaliar os contextos significa ler a obra não somente como objeto criativo, mas também como ponto de partida para o entendimento de uma sociedade específica³.

Por essa razão, o intelectual é um agente tão central para essa forma de pesquisa histórica, já que, diferentemente da História das Ideias, será ele o indivíduo que se preenche dos diversos contextos e os acomoda em si e em sua escrita. O intelectual se define, portanto, como produto e produtor de seu meio. Esse aspecto duplo do fazer intelectual decorre da noção de que não há produção intelectual que não se ancore na realidade e que não se destine a afetar o mundo concreto.⁴ Nesse sentido, o intelectual

³ Beatriz Sarlo acrescenta, ainda, que os trabalhos de história que se utilizam da literatura lidam com cruzamentos entre aspectos estéticos, políticos, sociais e semânticos, interpretando e narrando o passado e suas mudanças “nas práticas discursivas, nos sistemas de figuração, nas relações (...) entre literatura, ideologia e referência”, bem como analisando a “transformação das relações entre os autores: como artistas e público se posicionam de acordo com os programas estéticos, os projetos intelectuais, as perspectivas políticas, a inclusão no mercado de bens simbólicos” e verificando “o peso das instituições consagradas e as mudanças que a partir delas se introduzem na legitimação do novo ou na autoridade do velho” (SARLO, 2016, p. 82-83).

⁴ Mesmo as propostas intelectuais que pretenderam romper com o realismo e o racionalismo construíram suas narrativas, imagens ou hipóteses por meio da negação do mundo conhecido e necessitaram, para tanto, de referências compartilhadas socialmente, familiares a seu público. Afinal, “até mesmo as vanguardas, esses programas do novo, costumam defrontar-se com o reordenamento do passado, fundando-se, é claro, em opções presididas pelo corte e pela exclusão” (SARLO, 2016, p. 55). Pode-se destacar, por exemplo, o icônico *boom* literário latino-americano dos anos 1960 e 1970: escrevendo novelas e contos com elementos mágicos, histórias fantásticas e cenas sobrenaturais, os autores do *boom* compuseram uma representação maravilhosa da América Latina que não era mero fruto imaginativo da ficção. O historiador e ensaísta argentino Rafael Rojas afirmou que “*el oficio de la literatura o, específicamente, de la novela, al que aspiraban aquellos escritores formaba parte del conflicto ideológico de la Guerra Fría. La literatura latinoamericana no podía imaginarse entonces al margen de la oposición a las dictaduras y de la lucha de izquierda por el socialismo o la democracia*” (ROJAS, 2018, p. 11). Tratando especificamente de um dos grandes nomes do grupo em questão, Gabriel García Márquez, o historiador Felipe de Paula Góis Vieira aponta que “ao transpor processos históricos para a narrativa literária, García Márquez elaborou textos que ultrapassam a fronteira do literário e encontraram ressonância dentro da história política da América Latina”. Longe de ser apenas um contador de histórias completamente inventadas e repletas de episódios extraordinários, “García Márquez teve a intenção de construir um discurso de ‘alternativa à história’, preenchendo possíveis lacunas ou abrindo perspectivas que dessem uma melhor compreensão da verdade dos fatos históricos” (VIEIRA, 2020, p. 21). Portanto, a ficção – e a produção intelectual, de forma mais ampla – dialoga incontornavelmente com o mundo

realiza múltiplas operações em sua produção, interligando dados concretos e o horizonte criativo.

É um desafio talvez um pouco pretensioso determinar exatamente o que define um intelectual e, por conseguinte, o que faz. Sem delinear os limites destes personagens, contudo, seria impossível precisar quem são nossos objetos de estudo e suas atividades. Assim, parece interessante compreender esses sujeitos a partir de três dimensões que, juntas, comportam algumas práticas e características dos intelectuais em um sentido mais abrangente – acolhendo novos personagens, sem abolir critérios para o reconhecimento destes como intelectuais.

Um primeiro aspecto do intelectual é seu papel como intérprete da realidade, seja de um recorte econômico, social ou cultural. O intelectual observa seu entorno e o analisa, faz juízos, busca explicações, formula teorias e, em alguns casos, tece críticas a respeito dele⁵. Ocupa, então, um lugar especial no coletivo, por traduzir o mundo em palavras e ideias, passando pelos filtros de suas miradas reflexivas: é um “ser cívico” que acaba assumindo o posto de “*‘conciencia’ de su tiempo, intérprete de la nación o voz de su pueblo, tareas acordes com la definición de los intelectuales como grupo ético*” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9). No caso específico dos literatos, acrescenta-se uma riqueza de sua atividade que é o manejo de técnicas estéticas e estilistas, bem como da liberdade inventiva da literatura, para ler e expressar a realidade:

podemos pensar que sua intervenção intelectual se dá simultaneamente à exploração das possibilidades da ficção e que, a partir de estratégias de escrita, o escritor põe em circulação tópicos necessários à partilha simbólica que a vida em sociedade implica (MONTAURY, 2015, p. 14).

Enquanto intérpretes, portanto, os letrados são capazes de “recriar os traços que definem e particularizam uma cultura e, com isso, ao mesmo tempo, recriá-la”, fazendo com que alguns autores e grupos utilizem seus textos como instrumentos para atuar “simultaneamente nos campos da ficção e da ação, instalando na sociedade mecanismos de autoleitura e autointerrogação” (MONTAURY, 2015, p. 15-20).

concreto, ainda quando não se coloca a tarefa de reproduzi-lo ou discuti-lo de maneira explícita textualmente.

⁵ É importante ressaltar que a noção de que o intelectual é sempre crítico de sua realidade parte de uma visão marxista que, se levada como parâmetro único, culmina na exclusão dos pensadores conservadores e reacionários da categoria. Como estamos argumentando, as ideias em suas diversas orientações político-ideológicas são resultado da elaboração intelectual e teorias que retomam ou reforçam o *status* e a tradição também devem ser entendidas como produções intelectuais. Conferir: SIRINELLI, 2003, p. 256.

A segunda dimensão do exercício intelectual é a mediação cultural. Ao mobilizar múltiplos saberes e referências, não apenas sustenta seus pontos de vista, como também apresenta facetas culturais com origens variadas. É na produção intelectual que se encontram conhecimentos acadêmicos e tradicionais, discurso institucional e imaginário popular, narrativa histórica e lenda, influências estrangeiras e questões locais, memória e tendências contemporâneas. Pelos seus trânsitos, relações e leituras, o intelectual acumula – ao mesmo tempo que reelabora – um acervo de conhecimentos que, quando compartilhados, deixam de ser apenas um validador de sua erudição e passam a reconfigurar a própria cultura. Dialogar com um público variado e apresentar referências diversas fazem dos homens e mulheres de letras mediadores culturais. Tal entendimento do fazer intelectual corresponde a uma visão “ampla e sociocultural” que abrange “tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Como terceira forma de atuação do intelectual, está a criação, ou seja, a proposição de novos olhares para o conhecimento, que podem incluir concepções inéditas, alternativas aos problemas de seu tempo, utopias políticas. Isso porque os pensadores colocam perguntas e inquietações a respeito do que observam, mas também deixam pistas e sugestões de respostas, a partir de suas reflexões.

Tal postura indica que as discussões promovidas pelas elites culturais potencialmente afetam muitos níveis da vida em sociedade: enriquecem debates internos, a respeito de teorias científicas, pesquisas acadêmicas ou vanguardas artísticas; fornecem dados e argumentos para o campo da política, seja dentro dos governos, de movimentos sociais ou partidos; e também podem alcançar o grande público, a população comum, amplificando a reverberação das ideias, narrativas e discursos, o que, em alguns casos, legitima a presença de novos sujeitos ou perspectivas na esfera pública. Deste modo, é possível considerar que

ao intelectual estão reservados outros papéis além da defesa pública de causas políticas e da retransmissão de ideias filosóficas por meio de textos literários (...), manifestação de adesão a regimes (...) e a causas relativas a (...) grupos de resistência. Ao intelectual, portanto, reserva-se a tarefa de reinventar o espaço público, indo além das instituições em que – como escritor, artista, jornalista, professor ou pesquisador das ciências – ele se insere, e fica dilatado, conseqüentemente, o seu campo de ação” (MONTAURY, 2015, p. 11).

A dimensão inventiva do trabalho intelectual, assim, inclui engajamento político, defesa de bandeiras, mas também a própria criação de novos desenhos e limites para o

espaço público, cujos desdobramentos na vida social e política podem ser intensos – e imprevisíveis. Talvez porque, ao produzir, o intelectual seja capaz de unir dois aspectos muito fundamentais na vivência humana, que movimentam os grupos e indivíduos: o espaço da experiência e os horizontes de expectativa. No sentido proposto por Reihardt Koselleck, as duas categorias estão no cerne da ação social: por um lado, a experiência corresponde ao acúmulo de acontecimentos e contextos que se produziram no tempo e participaram da formatação da sociedade, de seus impasses e dinâmicas, das relações de poder, das formas do pensar, ou seja, das condições vividas por um determinado grupo. Por outro, o horizonte de expectativa é precisamente um universo que ainda não existe concretamente, mas pode ser engendrado nas abstrações e hipóteses. Toda imaginação sobre um ideal parte das experiências conhecidas – para reformá-las ou implodi-las –, assim como os processos já experimentados foram respostas a expectativas anteriores – buscando concretizá-las ou impedi-las. Em suma, o cruzamento entre o passado e o futuro dá vida ao presente, articulando pensamento e ação: “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa” (KOSELLECK, 2006, p. 307-308).

Ora, o intelectual interpreta o vivido, procurando compreender o espaço da experiência e explicá-lo, identificando origens, analisando causas. Entretanto, não deixa, em muitas ocasiões, de oferecer o esboço de outras formas de organização, relacionamento e condução da vida comum. Com utopias e projetos nascidos da expectativa, intelectuais – e suas obras – inspiram e, em alguns casos, compõem manifestações e mobilizações de naturezas diversas em reação à realidade conhecida.

Na perspectiva estética, o sentido de presente trabalha tanto quanto o sentido de futuro, mesmo quando, nos sucessivos reordenamentos, se incluem materiais da tradição histórica (...). As vanguardas transformaram esse aspecto da modernidade num ponto central de seu programa; o presente como tempo absoluto, forma atual do futuro, de onde se pode reler o passado [...]. Tanto no plano estético quanto nas dimensões intelectual e social, a modernidade é assaltada pelo desespero e pela possibilidade de mudança. Essa tensão (...) afeta o regime sobre o qual se fundavam discursos e práticas tradicionais e (...) dessacraliza, introduz o princípio da contradição, amplia o debate a todas as esferas, (...) propõe, enfim, um mundo lábil” (SARLO, 2016, p. 56-57).

Portanto, a soma de interpretação, mediação cultural e criação poderiam levar à ação e caracterizar o intelectual, em suma, como um “ator do político”, na nomenclatura de Sirinelli ou “ator do debate público”, como definiu Altamirano. Em ambas as acepções, pensadores, escritores, jornalistas, professores, acadêmicos, diplomatas e outros membros das “elites culturais” estariam engajados na vida pública, articulando “sua notoriedade eventual ou sua ‘especialização’, reconhecida pela sociedade em que

ele vive – especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate” à “causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

O pensamento levado a público, condição constante na produção do intelectual, gera um meta-trabalho, no qual pensar sobre a realidade e a esfera pública fatalmente envolvem refletir sobre o fazer intelectual em si. Por esse motivo, não foi incomum que alguns pensadores se dedicassem, em diferentes momentos, a meditar sobre seu ofício. O debate é extenso e envolve contextos bastante variados. Para nossa argumentação, cabe a noção de que o trabalho intelectual afeta, concomitantemente, a realidade, o próprio intelectual e as formas de apreender e reescrever o mundo:

Talvez uma tarefa do intelectual (...) seja justamente trabalhar nos – e sobre – os limites, com a ideia (vinculada à transformação) de que os limites podem ser destruídos, mas também reconhecendo sua existência e o peso de sua inércia. E quando digo limites, refiro-me não só às condições de transformação de uma sociedade (...), mas também aos limites incluídos em nossas práticas e nos saberes de outros setores. Trabalhar sobre esses limites seria, então, trabalhar também nosso enclausuramento (...), no reconhecimento de que também o lugar dos intelectuais e sua função podem ser transformados” (SARLO, 2016, p. 154).

Todavia, não são apenas os estudiosos contemporâneos que teceram autocríticas às atividades e compromissos intelectuais. Elena Garro, Carlos Solórzano, Régis Débray, Carlos Madrazo e outros personagens dessa história igualmente discorreram sobre o assunto: em suas indagações, entrevistas e textos não deixaram de expressar suas opiniões sobre o papel do intelectual e sua atuação popular. Na esteira da história intelectual, também este trabalho procura pensar sobre a relação entre intelectualidade mexicana, Revolução e sociedade, durante o regime pós-revolucionário dos anos 1950 e 1960. Para lograr nosso objetivo, antes, é preciso revisar alguns conceitos que amparam essa análise.

Um trabalho solitário?

Existe um clichê no senso-comum de que o intelectual é um sujeito solitário. A visão de um pensador completamente alheio aos acontecimentos e urgências do mundo exterior, imerso em seus devaneios insiste em residir no imaginário popular. Essa figura equivaleria, em certa medida, ao artista – e por que não um intelectual – marginal, que se desvencilha das questões sociais para produzir aquilo que lhe interessa e faz do isolamento a chancela de sua genialidade.

O artista marginal é aquele que não deve mais nada nem ao mundo, nem a ninguém – a não ser a si próprio. Ele está acima dos outros homens. Ao mesmo tempo independente e inconsciente da elevação de sua tarefa artística, é obrigado, para manter-se à altura de si mesmo, a estabelecer os seus próprios valores e convicções. É obrigado a construir uma ética para si. [...] [Faz essa nova ética] emergir por seus comportamentos, por seus quadros, por uma prática e uma militância (COLI, 2010, p. 140).

As pesquisas em história intelectual, entretanto, demonstram justamente o contrário: em distintas temporalidades, literatos, filósofos, jornalistas, cineastas se associaram a grupos de pensadores com os quais compartilhavam ideias e desenvolviam relações complexas. Alguns estudos marcantes apresentaram os intercâmbios acadêmicos, culturais e afetivos entre indivíduos que, por reconhecimento em sua época ou sucesso posterior, podem ter sido vistos como ermitões excepcionais. Aqui cabe citar, por exemplo, o ensaio clássico de Raymond Williams sobre a *Bloomsbury Fraction*, grupo inglês que reunia os escritores Virginia e Leonard Woolf, E. M. Forster e Desmond MacCarthy, o economista John Maynard Keynes, além de pintores e críticos de arte⁶.

Para a América Latina, local em que os estudos sobre intelectualidade se tornaram bastante profícuos, é possível elencar inúmeros trabalhos que recuperaram associações entre intelectuais: o trabalho de Regina Crespo sobre as revistas culturais mexicanas no século XX apresenta projetos coletivos no meio editorial⁷ e as investigações de Carlos Altamirano e demais professores da Universidade de Quilmes sobre as redes e sociabilidades intelectuais latino-americanas são alguns casos⁸. Ademais, há pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas em universidades brasileiras, como o trabalho de Adriane Vidal Costa sobre as aproximações e rupturas entre Julio Cortázar, Gabriel García Márquez e Mario Vargas Llosa no contexto do *boom* literário e da Revolução Cubana⁹; as pesquisas de Paulo Renato da Silva a respeito da literatura durante o peronismo, com destaque para a produção dos criadores e mantenedores da revista portenha *Sur* – a saber: Victoria e Silvina Ocampo, José Bianco, Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares – e, recentemente, a publicação das revistas *Substancia* e

⁶ Conferir: WILLIAMS, R. **Problems in materialism and culture: selected essays**. Londres: NLB, 1982.

⁷ Conferir: CRESPO, R. **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales**. Colección Miradas del Centauro. México: Ediciones y Gráficos Éon/UNAM, 2010.

⁸ Conferir as publicações da revista *Prismas – Revista de Historia Intelectual*.

⁹ Conferir: COSTA, A. A. V. **Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa**. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

Tellus¹⁰; ou, ainda, o estudo de José Alves de Freitas Neto sobre a Geração de 1830, na intelectualidade argentina, e a publicação da revista *La Moda*¹¹.

Listar todos os esforços em mapear e analisar tais “confrarias” do saber seria exaustivo. Ao cabo, a motivação para apresentá-los é sustentar que os intelectuais, longe de serem indivíduos da solidão, produziram suas ideias e obras em meio a uma ampla sociabilidade, que não se restringiu apenas às discussões de um projeto cultural ou político comum, já que a convivência e o trabalho dentro desses círculos também permitia o estabelecimento de relações de parceria, amizade e romance¹². Além disso, as articulações dos grupos intelectuais também envolviam sujeitos que nem sempre estavam ligados a eles, mas mantinham algum laço com um de seus membros. Esses contatos proporcionavam oportunidades de estudo no exterior, circulação e publicação de obras em outros países ou mesmo ocupação de cargos públicos.

Os ambientes de sociabilidade intelectual são variados e não obedecem todos a uma mesma regra. Nem sempre são espaços formais, como a universidade – que foi muito significativa, para alguns conjuntos – ou congressos. Há grupos que tinham seus principais momentos de troca e construção em cafés ou festas privadas¹³. Na América Latina, destacam-se alguns espaços – ou experiências – que congregaram e mantiveram em atividade importantes círculos intelectuais, dentre os quais podem ser mencionados as revistas culturais e jornais, o Estado e repartições governamentais, os partidos e movimentos revolucionários, o exílio, os projetos de vanguarda artística e literária, as editoras, os organismos internacionais – como a ONU, a CEPAL e a UNESCO.

Los cafés, las redacciones de los diarios, los ateneos las revistas, las comidas de agasajo que motivaban los premios literarios o las visitas de extranjeros ilustres fueron en un comienzo los escenarios más corrientes de la sociabilidad intelectual (ALTAMIRANO, 2010, p. 13).

Por esses motivos, a pesquisa em história intelectual, ainda quando se foca na obra de um indivíduo – como nosso caso – não é comparável a uma biografia. A

¹⁰ Conferir: SILVA, P. R. **¿Alpargatas si, libros no? Produção cultural e legitimidade política durante o governo de Perón (1946-1955)**. 2009. 261 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

¹¹ Conferir: FREITAS NETO, J. A. **Percorrendo o vazio: letras, discursos e costumes na Argentina da Geração de 1837**. 2017. Tese (Livre Docência). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

¹² Sirinelli aponta que: “O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam” (SIRINELLI, 2003: 248).

¹³ “A ‘cidade’ não é apenas o centro econômico vital da sociedade burguesa. Em oposição político-cultural à ‘corte’, ela define sobretudo uma esfera pública literária inicial que encontra suas instituições nos cafés (...), nos salões (...) e nas sociedades de comensais (...)” (HABERMAS, 2014: 139).

recuperação da trajetória, importante ingrediente para o trabalho, sempre vem acompanhada da reconstrução de ligações com outros indivíduos e com instituições que contribuíram para a formação e divulgação do pensamento de um intelectual. Pode-se afirmar que o trabalho de história intelectual se dá “sobretudo através da indispensável constituição de um *corpus* documental e de uma abordagem prosopográfica de itinerários” (SIRINELLI, 2003, p. 238).

O conjunto de relações pessoais e profissionais, bem como de filiações a instituições de um intelectual foi sintetizado no conceito de *redes intelectuais*. A noção apresenta uma metáfora visual de múltiplos fios que se atam, enroscam, desviam, criam feixes e lacunas: muito adequada para os sujeitos e espaços que se entrelaçam com o percurso dos intelectuais.

La noción de red intelectual indica una forma de sociabilidad y una cadena de contactos e interacción entre artistas, gente de letras, editores y otros tipos de agentes culturales, ligados por convicciones ideológicas o estéticas compartidas. La red nos hace ver modos de comunicación y circulación de ideas entre individuos y grupos localizados en diferentes lugares (ALTAMIRANO, 2010, pp. 18-19).

O espaço do intelectual

Se, por um lado, os intelectuais intercambiam textos, hipóteses e influências entre si, validando-se e criticando-se entre si, não se pode perder de vista que também contam com um espectro mais amplo de leitores e comentaristas para suas obras. A *intelligentsia* tem como destinatários grupos que vão além de seus próprios pares, dialogando com o poder público e indivíduos da sociedade civil¹⁴, tendo como espaço de atuação principal a chamada *esfera pública*.

O conceito em questão pode ser definido a partir de uma dimensão relacional e simbólica, segundo a qual a esfera pública se constitui de informações, pensamentos e posicionamentos que irrompem do mundo privado para o âmbito compartilhado da vida social, relacionando “público, à publicidade e ao tornar público”¹⁵. O aspecto simbólico

¹⁴ “A sociedade civil se constitui como um contraponto à autoridade. As atividades e as dependências que antes estavam amarradas ao quadro da economia doméstica ultrapassam o umbral do governo da casa e aparecem à luz da esfera pública” (HABERMAS, 2014, p. 123).

¹⁵ É necessário salientar que o sentido de “publicidade” na discussão sobre a esfera pública não é, necessariamente, o de propaganda. O filósofo chama a atenção para o fato de que nas sociedades formadas sob um regime democrático nos moldes do Estado moderno a publicidade corresponde mais à crítica do público, sujeito da esfera e portador de opinião pública, e menos à comunicação em massa que

está ligado à construção de *personas* e imagens que perpassam o reconhecimento público dos sujeitos e discursos, primordial para sua recepção e construção de reputação (HABERMAS, 2014, p. 94).

Complementarmente, a esfera pública surge de uma dicotomia produzida pelas sociedades classificadas como burguesas – isto é, aquelas que romperam com a ordem monárquica e nobiliárquica e se reorganizaram em torno de um pacto social republicano –, pois o âmbito público pressupõe a existência de um universo privado. As duas concepções são indissociáveis, especialmente porque a privacidade é constitutiva dos sujeitos – mesmo as figuras públicas – nesta ordem. Por esse motivo, a esfera pública pode ser definida como

a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social (...). O *medium* desse debate político é peculiar e sem precedente histórico: a discussão pública mediante razões (*Idem*, p. 135).

Nesse entendimento, o *público* ganha novos contornos com a produção de um mercado de cultura e a própria ideia de cultura como bem de consumo. Se antes o que se entendia por cultura, sua posse e interpretação eram monopólio das autoridades e elites, na nova configuração estas passam a ser apropriáveis mediante a troca mercantil, cujas consequências últimas são ampliar a noção de *público* e do que se caracteriza como *universal*¹⁶. O acesso a obras de filosofia, literatura e arte por um conjunto mais amplo de indivíduos inclui no domínio público sujeitos que antes encontravam restrições para obter informações e códigos de pensamento, expressão e comportamento na esfera

visa a atrair a opinião pública. A publicidade, então, seria a condição de apropriação pelo público de um debate ou questão na ordem do dia, sendo estes submetidos a avaliação e julgamento – como é o caso das consultas e audiências públicas para a reformulação ou criação de uma lei, por exemplo (*Idem*, p. 94-95).

¹⁶ A concepção de cultura manejada por Habermas remete principalmente a expressões consagradas como modelares, tal qual a literatura canônica, o pensamento filosófico ou a arte acadêmica. Evidentemente, a cultura enquanto produção humana de práticas, hábitos, crenças, ritos, manifestações, linguagem, entre outros não esteve circunscrita, em nenhum momento, apenas às elites. Na perspectiva de Néstor García Canclini, a cultura engloba um leque imenso de expressões, como festas, artesanato, música, bens imóveis (edifícios, monumentos e o espaço urbano), narrativas lendárias, discursos políticos, histórias em quadrinhos, cinema, novelas, medicina tradicional, obras de arte, saberes acadêmicos, entre outros. A divisão dessas produções teria surgido para a organização de bens e instituições que os resguardam, bem como para delimitar o domínio das disciplinas que se encarregaram de estudá-los. “A história da arte, a literatura e o conhecimento científico tinham identificado repertórios e conteúdos que deveríamos dominar para sermos *cultos* no mundo moderno. Por outro lado, a antropologia e o folclore, assim como os populismos políticos, ao reivindicar o saber e as práticas tradicionais, constituíram o universo *popular*. As indústrias culturais geraram um terceiro sistema de mensagens *massivas* do qual se ocuparam (...) comunicólogos e semiólogos” (CANCLINI, 2015, p. 21).

pública. O alargamento do público, contudo, não quer dizer que a universalidade tenha atingido a todos os membros da sociedade, uma vez que o

‘grande’ público que se forma de maneira difusa fora das primeiras instituições do público, tem uma extensão extremamente reduzida em comparação com a massa da população rural e do ‘povo’ das cidades (...). [Essa parcela] não dispõe de poder aquisitivo suficiente para participar, ainda que de maneira modesta, do mercado de bens culturais (*Idem*, p. 153-154).

As chamadas *instituições da esfera pública* se aproximam – não em vão – dos citados espaços de sociabilidade intelectual, incluindo salões de arte, cafés, sociedades e academias literárias, teatro, grupos editoriais e a imprensa. Sem diminuir a importância das demais, é imprescindível destacar o papel dessa última para as dinâmicas da esfera pública moderna. Abordando uma miríade de assuntos que vão de política a literatura, crítica de arte a problemáticas sociais, os semanários e revistas foram incorporados aos debates públicos de maneira intensa a partir do século XVIII e não seria absurdo afirmar que entre os dois séculos seguintes protagonizaram as discussões do espaço público, empregando o intelectual como seu porta-voz. A influência dos meios de comunicação na vida social e política reformulou a estrutura da esfera pública (*Idem*, p. 57).

Os artigos de jornal não apenas eram transformados pelo público (...) em objeto de discussão, como também eram considerados parte integrante dessas discussões, como mostra o fluxo das cartas de leitores (...). A forma de diálogo, mantida por muitos artigos, também indica a proximidade da palavra falada (*Idem*: 162).

A valiosa discussão sobre os traços fundamentais da esfera pública, seus agentes e instituições pautada por Jürgen Habermas não se esgota em sua teoria. Pelo contrário, a experiência política e intelectual latino-americana, como diversos estudos têm sustentado, coloca novos problemas e impasses para o entendimento do conceito. Concordando com Pablo Piccato, acreditamos que o cenário da América Latina no século XX demanda uma revisitação crítica da obra de Habermas, revisando alguns termos e argumentos – não com o objetivo de condenar o trabalho, mas complexificar os conceitos, ao defrontá-los com as singularidades da constituição de uma esfera pública em território americano.

O primeiro destaque de Piccato é referente à ideia de burguesia utilizada pelo filósofo alemão. Tal grupo social seria, em *Mudança estrutural da esfera pública*, um dos pilares da nova esfera pública, já que o engendramento desse espaço seria marcado pelos caracteres e princípios burgueses. O historiador mexicano, por sua vez, aponta que a formação e ascensão de uma burguesia, junto às ideias liberais em contraposição à

antiga ordem clérico-nobliárquica é um fenômeno essencialmente europeu. O processo histórico colonial vivido no continente e a posterior ruptura com as metrópoles durante as independências não engendraram as mesmas divisões e relações sociais da Europa. Assim, falar em uma burguesia latino-americana seria uma transposição conflitante.

A solução do autor nasce da ambivalência do vocábulo usado no texto original para a definição dos matizes da esfera pública: a palavra “*bürger*” pode ser traduzida como burguês ou como *cidadão*. Desse modo, Piccato afirma que a segunda acepção seria mais interessante para a América Latina, pois permite compreender a “esfera pública burguesa” a partir da cidadania e do corpo cívico, categorias empregadas na linguagem política do continente. *“Es decir: puede haber una esfera pública burguesa sin que haya una burguesía capitalista como clase dominante, pero sí un grupo de ciudadanos con derechos de representación política a partir del nivel local”* (PICCATO, 2005, p. 12).

A segunda ressalva deriva da primeira, dizendo respeito ao desenvolvimento capitalista – que viabilizou e retroalimentou o protagonismo burguês – e o mercado de cultura. Para o historiador, não se pode descartar o argumento de que a transformação da cultura em mercadoria diversifica seus consumidores e pulveriza, parcialmente, o acesso aos produtos culturais. O desdobramento dessa mudança é a consolidação de um novo fazer artístico-cultural dentro das lógicas capitalistas mediadas pelo comércio nacional (MARTINEZ, 2019, p. 145), mas que alcança uma dimensão além delas ao remodelar a esfera pública e incorporar-se frequentemente no campo da política.

El énfasis de Habermas en la circulación de esos “productos y noticias” es importante porque refiere a una condición específica del desarrollo de la esfera pública: el mismo movimiento de la información que los comerciantes necesitaban para ejercer su negocio convertía a la “cultura” (entendida, en la tradición humanista, como espacio ajeno a la política) en productos que podían reproducirse, venderse e intercambiarse a larga distancia. Una consecuencia interesante de entender de esta manera el término “burgués” en la definición de Habermas es que el tráfico de esos productos culturales requiere la protección del Estado nacional, pero rebasa por necesidad las fronteras del mismo. O, en otras palabras, el desarrollo histórico de la esfera pública acompaña la emergencia de los Estados nacionales pero, como el capitalismo, los trasciende (PICCATO, 2005, p. 13).

No caso mexicano, objeto de estudo deste trabalho, Piccato enfatiza que se deve atentar para a exclusão de parte significativa da população que, apesar de um mercado de cultura mais amplo e difundido, ainda não conseguia consumir os bens em questão e/ou permanecia marginalizada do espaço de exercício da cidadania, debate e tomada de

decisões, em suma, alheia à esfera pública. Isto é, ao acessar informações e discussões nos livros, jornais, peças de teatro, e tomar a palavra em nome do “público”, os cidadãos se entendiam como parte de um público mais amplo que, em tese, teria as mesmas condições de obter os produtos culturais, porém, na prática, estavam privados delas (PICCATO, 2005, p. 14). Portanto, falar como cidadão (ou intelectual) pelo público significava, ao menos no México, assumir um papel de representação de grupos cuja voz não era bem recebida no espaço público, como camponeses, indígenas, operários – o que não necessariamente se traduzia em uma reverberação de suas pautas e bandeiras.

Considerando essas especificidades, Piccato advoga pelo “uso crítico do modelo, historicamente informado”¹⁷, extravasando a possibilidade de usá-lo como ferramenta descritiva da história e apropriando-se dele como uma forma de compreender as implicações do uso da racionalidade pelos atores políticos, já que a esfera pública, ainda quando existente apenas em idealização, prescinde de meios de ação “não coercitivos e racionais”¹⁸ (PICCATO, 2005).

A América Latina, então, ofereceria um espaço profícuo para o uso crítico dos conceitos, já que a esfera pública moderna, configurada após as independências, foi marcada pelas disputas entre as pretensões de modernização das elites locais e as práticas sociais pré-existentes, fundamentadas, muitas vezes, em estruturas comunitárias e tradicionais. Frente a tais aspectos, seria possível redefinir a esfera pública como espaço de uso da razão para o bem coletivo, mesmo envolvendo projetos conflitantes dos agentes e uma série de contradições sociais.

En México, y probablemente en Latinoamérica, la esfera pública no estuvo determinada por la emergencia de una clase burguesa, ni se basó en una clara división entre lo público y lo privado. Las exclusiones étnicas, de clase y de género, fueron un ingrediente central en la construcción de esa esfera pública, supuestamente moderna e inclusiva, pero con fuertes continuidades coloniales. Si tomamos esas condiciones en cuenta, el modelo de Habermas sigue siendo útil como clave interpretativa para entender la expansión de una discusión racional y la construcción de redes sociales [...]. Precisamente por su lugar marginal en la cosmovisión occidental, por el impacto de la herencia colonial y por las resistencias, negociaciones y adaptaciones que todos los modelos institucionales europeos y estadounidenses sufrieron al transferirse a la región,

¹⁷ Tradução livre.

¹⁸ O entendimento de “racional” na crítica apresentada “no se trata de una facultad transcendente, ajena a los intereses y el contexto cultural de los actores, sino de la correspondencia entre deseos, percepciones, normas y realidad histórica. Esta correspondencia define como racional las acciones o afirmaciones (...) producto de la discusión entre interlocutores capaces de alcanzar un consenso objetivo” (PICCATO, 2005, p. 19-20).

México y Latinoamérica ofrecen un ámbito privilegiado para estudiar la disputada historia del uso de la razón para el bien común (PICCATO, 2005, p. 27-28).

Política, debate e opinião pública

Tendo em vista que o intelectual apreende e media saberes, interpreta e vislumbra realidades, pauta questões e discussões, ocupa posições e cargos de referência social, sendo, portanto, um sujeito central na esfera pública, podemos afirmar que ele age diretamente na (re)construção da cultura política de uma região, em determinado tempo. Por *cultura política* entendemos o conjunto de posturas, discursos e práticas políticas que constantemente mobilizam um ideário, um vocabulário e uma visualidade específicos a fim de conformarem identidade e linguagem próprias de um grupo que busca exercer o poder – sobre a população ou sobre si mesmo, isto é, ter autonomia – ou cobrar por ações dos estratos de poder. Estão incluídos na cultura política a narrativa histórica e memorial, a ritualística cívica, a propaganda, as estratégias de obtenção e manutenção do poder, a estrutura legislativa, o pensamento jurídico, as repartições e representantes estatais, as medidas governamentais, as disputas partidárias e ideológicas, as organizações e lutas políticas e, entre outras coisas, os debates públicos e o complexo de obras intelectuais que embasam ou criticam projetos de governo ou regimes estabelecidos.

A produção intelectual fornece argumentos para as diversas facetas da cultura política. Ideias, formuladas na conjunção entre o ato de observar os dados da realidade material e o esforço em imaginar outros mundos possíveis a partir do conhecido, se desprendem das páginas dos periódicos e livros para preencher o debate público; em certos casos, chegam a concretizar-se como política de Estado.

Se há bons motivos para nos perguntarmos assim como as ideias vêm aos intelectuais, também é preciso estudar a descida, das cúpulas da intelligentsia até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, sua assimilação – ou não – pela cultura política da época (SIRINELLI, 2003, p. 258-259).

Se nem sempre o pensamento de um intelectual era apropriado pelo governo – já que não há uma relação automática entre ideia e política pública –, mais comum era a circulação das ideias nos meios de comunicação que, ao mesmo tempo em que proporcionavam teses e defesas para os agentes do debate, veiculavam análises que

alcançavam sujeitos que nem sempre tinham papel nas esferas de decisão, mas se apropriavam das discussões intelectuais para formar sua visão sobre os assuntos na ordem do dia. Quando os representantes no debate e os demais indivíduos do “público” compartilham um determinado posicionamento, forma-se a *opinião pública*.

Nesse processo, é primordial destacar o lugar da imprensa durante o século XX latino-americano na formação daquela. Dezenas de intelectuais do continente participaram ativamente de jornais e revistas, uma forma de subsistência em contextos nos quais a atividade intelectual não era reconhecida como uma profissão propriamente dita, além de um meio de publicar seus trabalhos:

El puesto público, muchas veces en escalones subalternos de la burocracia estatal, les ofreció a algunos escritores sin patrimonio familiar la posibilidad de sacar adelante una carrera literaria. Fue, junto con el periodismo, el “segundo empleo” (ALTAMIRANO, 2010, p. 14).

Os periódicos davam, ao mesmo tempo, audiência e legitimidade aos intelectuais. A primeira, porque a enorme circulação de diários e semanários permitia “expandir reflexões, conceitos, interrogações”, o que atribui a essas publicações o *status* de um “meio de partilha simbólica” (MONTAURY, 2015, p. 14), uma vez que as elaborações do pensador ultrapassavam os limites de suas redes intelectuais e se imprimiam em um suporte que viabilizava “ampliação e difusão de um olhar crítico para a sociedade” (*Idem*, p. 20).

A segunda, pois a imprensa funcionava como uma espécie de chancela à qualidade do trabalho intelectual perante os leitores. Compor o conselho editorial ou ter uma coluna fixa em um periódico era sinal de prestígio e reconhecimento daquele sujeito como autoridade nos assuntos tratados, validando sua respeitabilidade e dando confiabilidade na opinião pública. No México, “[j]ournalists, like the broader category of letrados, possessed a skill (which they defined as style) and, however precarious, the material infrastructure that allowed them to be the voice of public opinion” (PICCATO, 2010, p. 94)¹⁹.

¹⁹ Alguns autores defendem que há uma importante diferença entre o intelectual que participa da formação da opinião pública e os atuais *formadores de opinião*. Enquanto o primeiro tem um projeto complexo, que envolve leituras de mundo, interlocução com seus pares e proposição de perguntas e respostas para incômodos em sua realidade, cujo impacto se observa na reflexão e tomada de posição do público; os segundos seriam sujeitos que se utilizam de uma retórica erudita para manter “*superficialidades domesticantes* que circulam para dar forma a uma *ordem simplificadora*, (...) que assumem esse papel por, em suma, apresentarem de forma banal alguns dos problemas públicos” (MONTAURY, 2015, p. 21).

Os textos tipicamente jornalísticos – reportagens, artigos, entrevistas, resenhas – não eram, todavia, a única forma de publicação autorizada aos letrados. Muito presente também nos periódicos e, posteriormente, desenvolvendo um mercado próprio, a literatura foi muito preciosa aos intelectuais latino-americanos. Em particular, as elites culturais mexicanas do século XX, se organizaram em torno da atividade jornalística, da crítica de arte e da escrita ficcional – sendo que alguns sujeitos transitavam entre esses gêneros analíticos e textuais, como é o caso de Elena Garro.

Ainda que repleta de metáforas, representações e discursos – além de uma intenção estética e estilística –, a literatura dialoga intimamente com o imaginário social²⁰ e a experiência histórica de seus leitores. Assim, é possível afirmar que travou debates emblemáticos e apresentava argumentos, por meio da ficção, aos consumidores de livros. Nela,

[p]odem ser lidas, por exemplo, as marcas das relações institucionais do campo intelectual; ou a presença de conflitos ideológico-políticos trasladados a um cenário ficcional; pode-se rastrear pistas abertas num texto pelos sinais biográficos ou capturar traços deixados por imagens sociais coletivas nas figurações textuais (SARLO, 2016, p. 81).

O entendimento do texto literário como um produto cultural que permite entrever em sua narrativa aspectos sociais e políticos de uma época não é apenas uma leitura feita *à posteriori* pelos estudiosos do tema. A literatura foi compreendida, na América Latina do século XX, como um dos discursos privilegiados para representar e interpretar a realidade, pautando aos leitores questões de seu tempo, como o legado da colonização, a exploração imperialista estadunidense, os regimes ditatoriais, as tensões entre campo e cidade, as utopias revolucionárias, a vida urbana, os embates identitários e étnicos, entre outros.

La autoridad de estos intérpretes se relaciona con el privilegio que el discurso literario adquirió con la modernización al desplazar otros discursos – como el religioso o el histórico – en la comprensión de las modificaciones que atravesaba el continente. A partir de su pericia en la interpretación textual, los intelectuales de la literatura podían encontrar claves de identidad social o nacional y ofrecer narrativas de conjunto del pasado y del presente. [...] La literatura se erige, entonces, como el discurso con el cual es posible construir narraciones de identidad, un espacio de formación ciudadana y una crítica al estado de las cosas (AGUILAR, 2010, p. 686).

²⁰ Maria Ligia Coelho Prado define o imaginário social como “uma das forças reguladoras da vida coletiva e igualmente uma peça efetiva dos dispositivos do exercício de poder”, o qual “para se impor e sobreviver, precisa repousar em alguma legitimidade e, dessa forma, toda a sociedade deve inventar e imaginar a legitimidade com que sustenta o poder. As instituições sociais e, notadamente, as instituições políticas participam do universo simbólico que as envolve e forma os quadros de seu funcionamento” (PRADO, 2014, p. 22).

Como relatos que tinham cada vez mais público – no México, especialmente após a expansão escolar e alfabetização massiva, promovidas na década de 1930 –, as produções literárias foram responsáveis por inspirar reflexões e comunicar impasses sociais, impactando com relevante força na formação da opinião pública. “Assim, a história literária talvez chegue a escrever fragmentos de história da esfera pública e de seus atores, dos escritores enquanto vozes presentes, com um peso maior ou menor, na esfera pública” (*Idem*, p. 83). Não apenas a história literária, diríamos, como também uma história intelectual feita a partir da literatura – e do jornalismo.

Mulheres na intelectualidade

Cerca de dois anos atrás, ainda no início desta pesquisa, deparamo-nos com uma situação emblemática, no que tange os estudos da intelectualidade latino-americana: ocorria, naquele momento, a divulgação de um seminário muito interessante sobre letrados e artistas visuais na América Latina durante o século XX, a ser realizado no Brasil. Grandes pesquisadores da temática estariam presentes, com trabalhos preciosos sobre a construção da memória intelectual. Não poderia haver evento mais adequado para contribuir com nosso trabalho.

Para nossa surpresa, o programa que apresentava mais de trinta análises sobre as elites culturais do continente incluía apenas uma mulher, a já consagrada Victoria Ocampo. Na ocasião, foi inevitável pensar, com certa inquietação e curiosidade, que a cartografia da intelectualidade latino-americana ainda era, fundamentalmente, masculina. A pergunta de fundo não pode ser outra, senão: onde estão as mulheres no panorama letrado da América Latina?

Não é novo esforço em olhar com mais cuidado e atenção para as mulheres no passado, submetendo suas trajetórias, trabalhos e os registros deixados por elas a uma análise criteriosa. Nos estudos americanistas, podemos destacar alguns trabalhos seminais para a consolidação de um campo de estudos sobre as mulheres. O primeiro exemplo é o ensaio de Maria Lígia Coelho do Prado sobre a atuação das mulheres nos processos de independência da América. Sabe-se que a figura dos libertadores, como Simón Bolívar e San Martín, desempenhou um papel central na formação das identidades políticas latino-americanas. Contudo Prado chama a atenção para o fato de

que as discussões em torno dos libertadores foram realizadas principalmente nos séculos seguintes. Assim, o norte de sua reflexão no ensaio foi buscar outros sujeitos que participaram ativamente dos exércitos emancipadores, com foco nas mulheres que lutaram nas independências. A autora recupera narrativas biográficas de Maria Quitéria, Juana Azurduy de Padilla, Leona Vicario, Gertrudes Bocanegra – e outras –, analisando como foram representadas e quais memórias se construíram a respeito delas. Enfim, apresenta elementos de suas trajetórias que rompem com as biografias “domesticadas, descarnadas e liberadas de qualquer dimensão de conflito”, valorizadas “por todas as virtudes cristãs intimamente trançadas com virtudes patrióticas” e as inclui na história, devolvendo-lhes o espaço público, ao descrevê-las como mulheres “insubordinadas, agindo fora das regras e normas” (PRADO, 2014, p. 51).

Outra pesquisadora de referência no assunto é Stella Maris Scatena Franco, que tem se dedicado, há anos, a analisar os escritos de mulheres viajantes no século XIX. Em seus trabalhos, a historiadora recuperou diários e crônicas de viagem a fim de examinar os olhares de latino-americanas para regiões estrangeiras, como Europa e Estados Unidos. Os estudos contemplam a observação das descrições e representações de sujeitos e ambientes alheios à realidade de origem dessas mulheres, bem como reflexões sobre os relatos de suas vivências como “peregrinas de outrora”, os papéis que desempenhavam e os debates sociais que atravessam os textos. Enfim, há uma importante questão sobre o espaço autorizado à escrita das mulheres no período e a constituição do mundo privado em intersecção com o gênero.

A empreitada de produzir uma história das mulheres ou, ainda, incluir as mulheres na história latino-americana está longe de ser finalizada. Embora outras pesquisas sobre mulheres pudessem ser elencadas, um fato que chama a atenção é a escassez de trabalhos que versem sobre as mulheres como produtoras de cultura e conhecimento na América Latina. Parte significativa dos trabalhos que tocam nos debates de gênero é centrada na atuação feminina em lutas e conflitos, sua organização em sindicatos ou partidos políticos, a formação de grupos de mães e associações feministas, a relação de regimes políticos com os corpos femininos e as sexualidades ou as implicações da esfera doméstica e as dinâmicas familiares na vida cotidiana. Ainda não se desenvolveu com profundidade uma historiografia da intelectualidade feminina, por serem raras as pesquisas que se debruçam sobre a produção de letradas na esfera pública latino-americana.

Não ignoramos as dificuldades encontradas por estudiosos que optam pelo tema, derivadas até mesmo das condições de escrita das mulheres no passado. É verdade que os empecilhos para que elas escrevessem eram inúmeros, o que dificultou, em muitos casos, não apenas a elaboração de textos, mas sua preservação e acesso atualmente. Até o século XIX, a escrita se limitava, na enorme maioria dos casos, ao âmbito privado, da escrita de si e para si: eram comuns os diários e as cartas, ainda assim limitados por uma questão de classe, já que as mulheres alfabetizadas eram, via de regra, as de origem aristocrática. Poucas foram as que puderam adentrar o universo da ficção e escrever romances, “com poucos recursos, e que tentam ganhar a vida de maneira honrosa com ‘a pena’” (PERROT, 2019, p. 31). O quadro sofre algumas pequenas, mas significativas, mudanças no século XX: a partir desse momento, as mulheres, ainda com muitas restrições, ocupam alguns espaços de produção intelectual, ampliando sua atuação no meio literário e adentrando, então, os jornais.

Consolida-se uma imprensa feminina, com periódicos destinados a tratar do universo das mulheres – que incluía a moda, a criação dos filhos, a economia doméstica, os cosméticos –, e surgem, progressivamente, alguns jornais feministas, nos quais o debate realizado por e para mulheres focalizava a luta por direitos civis e pela emancipação feminina. O resultado da presença de mulheres na comunicação pública reformula suas ferramentas de expressão, ao mesmo tempo em que permite o exercício de um novo papel, que transpõe a esfera privada e adentra o público.

“Desde então, o jornal faz parte das formas de expressão das mulheres, (...) na maioria dos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as mulheres ganham acesso a uma profissão que antes era exclusivamente masculina: o jornalismo” (PERROT, 2019, p. 35).

Essa é uma enorme transformação no pensar e escrever das mulheres, pois, como aponta Michelle Perrot, o ato de produzir textos, em si, já era um desafio nas sociedades patriarcais. Publicá-los era ainda mais complexo, já que a escrita era admitida, inicialmente, no âmbito privado. Ao extravasarem esses limites e produzirem literatura e jornalismo como autoras, novas restrições e dificuldades são impostas: “elas ganham a vida com seu trabalho e não pretendem ter o título de ‘escritoras’: fronteira de prestígio difícil de ultrapassar, por causa da resistência em aceitá-las como tais” (p. 97-98). No entanto, com o passar das décadas, as barreiras foram arduamente transpostas e escritoras mulheres começaram lentamente a serem reconhecidas, premiadas e vistas como autoridades capazes de opinar publicamente.

Há, contudo, um aspecto do balanço feito pela historiadora francesa sobre a história das mulheres e a escrita que precisa ser discutido. Deve-se destacar uma lacuna na análise da entrada das mulheres na imprensa: Perrot aponta que as revistas femininas e os jornais feministas foram os veículos encontrados pelas mulheres para sua escritura pública. Se, de fato, aí estiveram importantes redatoras e pensadoras, não se pode ignorar que muitas mulheres, em especial, no século XX, participaram de projetos editoriais completamente distintos, na América Latina. Ao circunscrever a participação feminina no jornalismo aos periodismos ativista e feminino, ignora-se a produção intelectual das mulheres em revistas culturais e semanários políticos.

Beatriz Sarlo pontua que o ingresso das mulheres nos sistemas educacionais latino-americanos de forma mais ampla contribuiu significativamente para sua autonomia e profissionalização. A educação formal deu à população feminina domínio de códigos culturais que eram privilégio dos homens e também permitiu sua admissão na formação pública, como educadoras. Ao desempenhar esse papel, elas ocuparam espaços de decisão e se tornaram peças fundamentais nos projetos de governo do século XX.

A educação podia ser pensada como um capital simbólico: uma vez que as mulheres o obtinham, os poderosos e o Estado teriam que aceitar a integração das mulheres em todas as esferas, incluindo, obviamente, o processo de decisão na política pública (SARLO, 2016, p. 178).

Das escolas, passaram a ocupar outros setores da vida pública, os quais, na América Latina, podem ser muito bem representados pela imprensa. Sem ficarem restritas a publicações com destino específico a outras mulheres, as escritoras de diversos países contribuíram para periódicos de literatura, assim como para os jornais que faziam cobertura e análise política, econômica, cultural e policial. A lista é longa e carece de estudos aprofundados, mas poderíamos indicar: Victoria e Silvina Ocampo, Elvira Vargas, Rosario Castellanos, Emma Susana Sperati, Isabel Frayre, Leonora Carrington, Guadalupe Dueñas, Carmen Gándara, Delia Etcheverry, Perla Gonnet, Norah Borges, Maria Luisa Bastos e, é claro, Elena Garro. A presença feminina na imprensa significava que, para além da escola, as mulheres “podiam pensar em transmitir ideias, suas ideias, a um público mais amplo” e, neste novo ofício,

provaram que podiam, além de fazer uso de habilidades tidas como masculinas, transferir o conhecimento adquirido para outros campos que não aqueles

estritamente limitados por uma disciplina. Em outras palavras elas aprenderam o ofício do intelectual (...) (SARLO, 2016, p. 178-180).

Mais ainda do que aprender a profissão de intelectual, as mulheres que fundaram e colaboraram em periódicos reivindicaram seu espaço e a legitimidade de seu trabalho nas redações dos jornais, na esfera pública. Podemos mencionar, a título de exemplificação, as colaboradoras da *Revista Mexicana de Literatura*, dentre as quais se encontrava Garro. Essas escritoras, que despontaram como brilhantes contistas, novelistas e poetisas, já trabalhavam como jornalistas e, quando foram partícipes ativas da criação de uma publicação sobre cultura nacional e políticas culturais, colocaram também em curso um projeto de luta pelo

reconocimiento del papel de la mujer como intelectual y como creadora que interpreta el mundo de manera diferente (...). Los textos de mujeres ayudaron a abrir el horizonte cultural de los lectores y lectoras mexicanos (...). Las colaboradoras de la revista no sólo aportaron una nueva estética, sino una nueva ética, ejercida a través de la libertad en el ejercicio de la escritura (HORCASITAS, 2010, p. 274).

Especificamente no México, marcar presença nos espaços de formulação de ideias e tomada de decisão era um penoso desafio. A ação e o poder eram dados como atributos masculinos, perpetuando as lógicas patriarcais que constituíram a formação social e política da região desde a colônia, mas dando-lhes novas roupagens: na imagem de poder e soberania que a Revolução construiu sobre si mesma e o governo que guardaria seu legado, estão enraizados estereótipos e relações de gênero que ditam os papéis de homens e mulheres na sociedade pós-revolucionária e o próprio caráter do fazer político. A velha associação do universo feminino às sensibilidades e à obediência religiosa, contraposta a uma pretensa capacidade criadora, racionalidade e anticlericalismo masculinos associaram a condução da vida pública, a formulação de leis e a própria faculdade do pensar aos homens, deixando as mulheres distantes dos centros de reflexão e decisão neste novo pacto social (SILVA, 2017). Octavio Paz assinalara a dificuldade encontrada pelas mulheres mexicanas em terem credibilidade e reconhecimento social por suas ações públicas devido a uma construção cultural no imaginário nacional que articula modelos religiosos e profanos.

[Os] mexicanos consideram a mulher um instrumento, seja dos desejos do homem, seja dos fins que lhe atribuem a lei, a sociedade ou a moral. Fins, é preciso dizer, sobre os quais nunca lhe pediram consentimento e de cuja realização ela só participa passivamente, como “depositária” de certos valores. Prostituta, deusa, grande senhora, amante, **a mulher transmite ou conserva, mas não cria os valores e energias** que a natureza ou a sociedade lhe confiam.

Num mundo feito à imagem dos homens, a mulher não passa de reflexo da vontade e do querer masculinos (PAZ, 2014, p. 36).

A replicação desse discurso a respeito das mulheres produz uma aura por vezes mística, por vezes arquetípica, que as desumaniza. Ao retirar sua concretude, sua existência corpórea, suas trajetórias, extrai também sua capacidade de pensar e agir no mundo. O que não significa que o México não abrigou dezenas de mulheres de letras que se impuseram como verdadeiras protagonistas do meio cultural e da política pública, usando das estratégias e alianças possíveis para ocupar lacunas no campo da arte e da intelectualidade. Particularmente, o século XX viu emergirem vozes femininas nas letras mexicanas e em importantes círculos de pensadores. Mas não se pode negar que a invenção da mulher dentro da cultura revolucionária tem um peso que explica, ao menos em parte, os percalços vividos por letradas em suas carreiras.

As pistas apontam caminhos que podem ser seguidos, mas o trabalho está em aberto. Se quisermos ouvir a voz das mulheres na intelectualidade “é preciso abrir não somente os livros que falam delas, os romances que contam sobre elas, que as imaginam e as perscrutam (...), mas também aqueles que elas escreveram” (PERROT, 2019, p. 31). Assim, talvez, compreendamos melhor seu papel enquanto agentes do político e construtoras da esfera pública. Na América Latina, há muito a ser feito, já que, apesar de pesquisas recentes demarcarem que a intelectualidade do continente se fez por “*hombres y mujeres, sean escritores o artistas, creadores o difusores, eruditos, expertos o ideólogos*” (ALTAMIRANO, 2010, p. 9), permanecem escassos os trabalhos específicos sobre intelectuais mulheres.

[A] relação precisa entre as palavras mulheres, história e ideologia permanece não resolvida na cultura latino-americana. É verdade que vivemos uma atmosfera ideológica que passou por grandes mudanças; no entanto, pareceria estranho, e de alguma forma redundante, falar de homens, história e ideologia porque os últimos dois ainda mapeiam “naturalmente” um território masculino, no qual as mulheres podem entrar se elas reunirem determinadas qualificações e estiverem preparadas para admitir privilégios e diferenças (SARLO, 2016, p. 172).

Assim, urge que lancemos novos olhares para as escritas de mulheres e renovemos a história intelectual latino-americana, não apenas propondo novas questões e perspectivas de análise, mas também inserindo outros sujeitos. Mesmo porque, como antecipou Horcasitas, os textos escritos por intelectuais mulheres revelam preocupações e perspectivas para a sociedade, a cultura e a política distintas daquelas pautadas pelos homens. Possivelmente, porque até mesmo dentro de um meio privilegiado, como o das

elites letradas, dinâmicas de exclusão e relações de poder impuseram alguns percalços para a atividade profissional das mulheres. Sua experiência histórica, ainda quando cercada de oportunidades e distinções, inclui vivências que nascem de um sistema maior de hegemonia, o que talvez explique a importância que pautas como a liberdade, a autonomia, a justiça e a democracia tiveram para inúmeras escritoras latino-americanas.

[A] narrativa contada por vozes femininas coincide com a narrativa feita por camponeses, trabalhadores e favelados, frequentemente apontando o mesmo sistema de aliados inimigos, padrões de tópicos similares, bem como as tensões entre os discursos e as práticas (SARLO, 2016, p. 192).

É preciso estudar a escrita de intelectuais mulheres, campo extremamente profícuo por sua pluralidade e extensão, a fim de diversificar os rostos da intelectualidade latino-americana, além de – por meio de seu discurso público – compreender outras tensões e debates do passado do continente, silenciados ou marginalizados nos textos canônicos dos intelectuais homens. Em outras palavras, o estudo de mulheres na intelectualidade pode abrir novas perspectivas para a análise dos processos históricos e enriquecer a historiografia.

Com o objetivo de responder, ao menos parcialmente, a esse propósito, nossa pesquisa se empenhou em estudar a trajetória e obra da autora mexicana Elena Garro, examinando sua atuação na literatura e na imprensa, a fim de analisar os debates políticos e culturais que pautou na esfera pública do México entre os anos 1952 – quando escreve seu primeiro romance – e 1968 – marco de um pequeno recesso em sua produção intelectual, após o atentado governamental contra estudantes em protesto na *Plaza de las Tres Culturas*, o chamado Massacre de Tlatelolco.

Antes, porém, consideramos necessário localizar Garro na intelectualidade mexicana de sua época, já que julgamos que o dado de gênero tem um peso relevante para sua obra, mas não determina, sozinho, todos os contextos dela. Uma série de outros aspectos da formação e carreira da autora dão indícios de que ela esteve em uma posição de notoriedade intelectual no século XX, paradoxalmente sendo silenciada ao longo do tempo. Mesmo colocada em evidência, no entanto, não pertencia a grupos canônicos da época, como os escritores do *boom* literário ou os intelectuais a serviço do governo pós-revolucionário mexicano.

Por ser uma mulher, mas não se alinhar a uma tendência de escrita feminista; por articular uma tradição liberal clássica às pautas revolucionárias nacionais e à ética

cristã, alternando entre perspectivas progressistas e conservadoras; por circular entre grupos de vanguarda sem ser propriamente a intelectual vanguardista; por transitar entre salões da elite letrada e organizações camponesas; por interseccionar jornalismo e literatura, relativizando os limites e características dos estilos; Elena Garro se encontra em um não-lugar. Está no ponto de encontro – ou de deslocamentos – entre várias orientações políticas, estéticas e experiências históricas, o que lhe garante uma variedade de interpretações que perpassa sua obra, sem precisar responder aos pressupostos de um determinado grupo ou projeto intelectual.

Em outras palavras, Garro modifica suas orientações, temas de interesse, argumentos, estilo e interlocutores de acordo com as circunstâncias e as conveniências – o que inclui também seus encantos e decepções –, sem se preocupar em seguir à risca, uma diretriz literária ou jornalística pré-estabelecida; por isso é capaz de colocar em consonância leituras e argumentos que julgaríamos, *à priori*, incompatíveis. Nesse jogo muito bem articulado por ela, levanta suas próprias bandeiras e assume seus combates, que, não raro, eram bastante distintos do restante da intelectualidade nos anos 1950 e 1960.

¡Viva México! ¡Viva la Revolución!

O trabalho intelectual de Elena Garro, como afirmamos, é um exemplo das diversas produções e reflexões deixadas por mulheres que ocuparam a esfera pública nas disputas pela construção e crítica do pensar e da realidade social. Em tais análises, ainda pouco exploradas, as mulheres assumiram um lugar e se ocuparam de assuntos tidos como masculinos, contribuindo com visões que deslocavam as questões sociais e políticas para outros patamares, pouco notados pelos intelectuais homens. Em outras palavras, embora muitas delas se aproximassem de questões dominadas pela masculinidade, seus olhares convocavam para a discussão elementos novos, transformando as origens e centros dos problemas em aspectos secundários e apresentando outras hipóteses para os embates públicos. No caso de Elena Garro, é notável que a autora se interessou profundamente pelo tema da Revolução, ao menos entre as décadas de 1950 e 1960.

Não apenas no México, debater a ideia de revolução foi um marco em meados do século XX: o mundo vivia uma onda de rupturas nos sistemas políticos e culturais

nas mais diversas localidades do globo durante o período. Tanto os processos revolucionários das décadas iniciais e os regimes que construíram – como são as experiências mexicana e russa –, quanto as diversas movimentações e organizações de inspiração revolucionária dos anos seguintes traziam ao clima do momento a sensação de mudanças iminentes.

Fossem de filiação marxista – como o grupo Sendero Luminoso ou as brigadas muralistas chilenas –, fossem de viés libertário – como as agitações de Maio de 1968 e a Primavera de Praga –, fossem como elaborações completamente novas, apropriando referências de culturas variadas – a exemplo do movimento *hippie* ou da estética *beatnik* –, as manifestações populares transpiravam insatisfação e desejo de mudança, principalmente após o sucesso da inauguração de um novo governo em Cuba, em 1959, suscitando ânimo e esperança no continente americano.

A Revolução, portanto, é uma pauta que caracteriza os anos em questão, justamente pelo horizonte de transformação latente e pelos ânimos contagiados de muitos grupos sociais. Enquanto parte da América Latina se encontrava frente à ameaça e concretização do militarismo, vislumbrar uma alternativa à esquerda parecia ser a saída mais possível para as máculas coletivas e a exploração internacional. Assim, debater a Revolução era, antes, sonhar e planejar um futuro mais autônomo.

El hechizo que generó la Revolución cubana en América Latina, en los años de mayor calentamiento de la Guerra Fría, tuvo que ver, justamente, con que en esa isla del Caribe llegó al poder un movimiento cuya composición social y orígenes ideológicos eran muy parecidos a los de toda la izquierda regional. El giro al socialismo que produjo el gobierno revolucionario (...) fue defendido por buena parte de esa izquierda y, de hecho, alentó el tránsito del populismo al marxismo en amplios sectores de la juventud latinoamericana (ROJAS, 2018, p. 10).

Debater a revolução no México, contudo, era diferente. Ocorrida entre 1910 e 1920, a Revolução nacional não simbolizava, três décadas depois, a novidade ou o pensar coletivamente em soluções inéditas: falar em Revolução era evocar um ideário rígido, muito bem estabelecido e sacralizado no país. A Revolução era o partido e o regime revolucionários, únicas instituições capazes de garantir a perpetuação dos valores defendidos pelo povo no início do século: a terra e a liberdade. Ou, ao menos, esse era seu discurso.

Críticas e reformulações de estratégias não eram bem-vindas. Debater a Revolução deveria ser, na verdade, propagar a Revolução institucional e manter o seu

legado. Paradoxalmente, a palavra que remetia, no mundo inteiro, à entrada no futuro era, no território mexicano, uma grande devoção ao passado. Não se pode negar que a sustentação de um discurso político como esses residia em práticas restritivas e em uma ilusão produzida pela riqueza: o momento de maior crescimento e prosperidade econômica do regime pós-revolucionário, chamado de “milagre mexicano” (CAMÍN & MEYER, 2000) foi também o período de maior fechamento e terror empreendidos pelo Estado. A aproximação aos Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial produziram uma fantasia de sucesso e fortuna para o país, o que, somado à repressão governamental e a reverência que se devia à memória revolucionária, engendrava um “consenso autoritário” (LOAEZA, 2009) que tornou a Revolução uma matéria quase religiosa, fora do campo da política.

Ainda assim, Elena Garro se atreveu a tocar nas profundas feridas que a escassez de discussão sobre a Revolução agravavam. Sua obra jornalística e ficcional, entre 1952 e 1968, retorna e incansavelmente repete temas que acabaram silenciados pelo debate público e pela história oficial, sobrevivendo dolorosamente no cotidiano dos mexicanos mais vulneráveis. A intelectual, assim, procurou colocar nas colunas dos jornais e nas páginas de seus livros provocações e argumentações sobre a questão agrária; as políticas culturais do regime; os católicos na Revolução; os direitos de camponeses, operários e indígenas; os *caudillos* revolucionários do passado e de seu presente; a institucionalização da Revolução e a formação do Partido Revolucionário Institucional (PRI); violência e autoritarismo políticos; a relação entre ideias, discursos e práticas políticas; a legalidade e a justiça; entre outros, a fim de que essas pautas voltassem a ser examinadas, refletidas e julgadas pela opinião pública.

Considerando, portanto, a Revolução como um tema que costura a obra de Elena Garro para levantar outros problemas e visões, é também ela o eixo norteador deste trabalho. Assim, escolhemos desenvolver a análise da obra da autora a partir desta temática, em intersecção com os sujeitos dos embates, debates e combates no México durante os anos pós-revolucionários de 1952 a 1968. Acreditamos que, desse modo, podemos oferecer reflexões e contribuições sobre a política mexicana nas décadas mencionadas, mas, principalmente, sobre a atuação intelectual de Elena Garro por meio da escrita sobre temáticas que escolheu problematizar e reelaborar.

Pensando, portanto, na Revolução e seus sujeitos – ou, melhor dizendo, daqueles que Garro define como seus sujeitos –, o primeiro capítulo se centra nos intelectuais. Em diversos textos, a autora discorreu sobre o fazer intelectual (incluído também o exercício artístico) e sua relação com a sociedade e com os governos, inserindo-se em um amplo debate sobre o papel do intelectual na Revolução e no Estado. Nesse capítulo, a partir da obra jornalística e do romance *Los recuerdos del porvenir* (1963), exploramos as visões de Garro acerca da intelectualidade latino-americana, suas críticas e modelos, bem como a construção de uma autoimagem no universo do pensar, ora se identificando como intelectual, ora se distanciando desta função.

No segundo capítulo, são protagonistas os estratos de poder, isto é, os grupos que dominaram a arena política institucional durante os anos 1950 e 1960. Entre políticos, latifundiários, banqueiros e burocratas, Garro denuncia e critica longamente as estruturas governamentais de teriam mantido desigualdades e um descompasso entre a utopia revolucionária e a realidade mexicana. Analisando principalmente os artigos sobre o PRI (1966-1967) e as reportagens biográficas de Ricardo Flores Magón e Francisco I. Madero (1968), assim como as peças *Felipe Ángeles* (1956), *El árbol* (1963), *La dama boba* (1963), *Un hogar sólido* (1956), *Benito Fernández* (1954) e, novamente, o romance *Los recuerdos del porvenir* (1963), o capítulo aborda a violência no poder revolucionário, a produção de uma narrativa histórica e linguagem política do regime – inversamente, do choque dessas estruturas discursivas com a memória coletiva e o esvaziamento de sentido do vocabulário revolucionário –, além de explorar a questão da legalidade no exercício do poder, tão cara à escritora.

Por fim, o último capítulo enfoca nos marginalizados em contexto de Revolução, contemplando indígenas, camponeses, operários, ferroviários e trabalhadores domésticos, que figuram nas inúmeras reportagens sobre o problema agrário mexicano (1958-1965) e nos artigos sobre a questão indígena (1967), também na coletânea de contos *La semana de colores* (1964) e nos romances *Y Matarazo no llamó...* (1957) e *Reencuentro de personajes* (1961). Submetendo os textos à leitura, historicização e crítica, o terceiro capítulo debate as exclusões sociais produzidas pelo regime pós-revolucionário e os problemas decorrentes delas, como a incompletude do projeto de reforma agrária, a concentração de renda e a exploração do trabalho. Também reconstrói a trajetória de lutas e resistências de tais grupos, por meio de greves, organizações

sindicais e centrais camponesas. Ao cabo, questiona a ideia de que a repressão política e o consenso público minaram qualquer tipo de (re)ação popular, autorizando apenas as mais controladas, que dariam ares de oposição a um sistema supostamente inabalável.

CAPÍTULO 1

Uma Revolução em branco e preto

Quais foram as cores da Revolução Mexicana? A história oficial diria: verde, branca e vermelha, as cores da bandeira da nação que nasceu em 1910 e conservou a defesa da pátria nos valores de “terra e liberdade”. O historiador militar provavelmente afirmaria que da tríade nacional, o vermelho se destaca mais na pigmentação do movimento revolucionário: vermelho do sangue mexicano, que simboliza a dor dos camponeses clamando pela restauração do *ejido*, que literalmente escorreu nos campos de batalha, que foi derramado nos fuzilamentos durante a construção do regime pós-revolucionário.

Um historiador da cidade discordaria: é o cinza dos inúmeros monumentos, memoriais, mausoléus e placas de ruas gravados em concreto nas ruas mexicanas que constroem boa parte da narrativa desse passado. Na capital, a cultura material que representa a Revolução é vasta: as vias “5 de mayo” e “Francisco I. Madero”, as estações de metrô “Zapata” e “División del Norte”, a tumba compartilhada com os restos mortais de diferentes líderes sob o “Memorial de la Revolución”, os bustos espalhados pelo “Paseo de la Reforma”. Mas para a história da arte, a Revolução seria colorida, como nos enormes murais de Diego Rivera e Clemente Orozco espalhados pelo país, representando a ruptura política e o novo tempo mexicano.

Elena Garro, por sua vez, argumentou insistentemente em sua obra jornalística e literária que a Revolução teria predominantemente uma cor: preto, das tintas de pena e máquina que os escritores usavam para traduzir em frases o pensamento revolucionário. Ou, em alguns casos, o pensamento sobre as revoluções – a que se tinha pensado e realizado no início do século XX e a que se vivia por volta dos anos 1950 e 1960 – e as cisões e disputas em torno delas. Ao menos era nessa Revolução que Garro acreditava: uma transformação ancorada em ideias e constantemente refletida. Pouco parecia importar se as ideias nasciam de analfabetos e despojados de terra, se fossem boas, verdadeiras e justas. Diante de suas necessidades, o povo fizera uma Revolução que, para a autora, fora genuína e inovadora. Caberia, portanto, aos homens e mulheres de letras decifrar os princípios que guiaram tão nobre causa e preservá-los, repaginando as

soluções quando novos problemas surgissem. Para ela, o intelectual e as ideias eram peças fundamentais no regime pós-revolucionário.

A concepção de uma intelectualidade mexicana imbricada no passado e presente revolucionários foi gestada por Garro durante décadas, o que é verificável em boa parte de sua produção. Logo no início da carreira como escritora em seu país de origem, o tema era uma constante nas publicações, como se pode observar no grande sucesso literário, o romance *Los recuerdos del porvenir*, e em seus escritos de periódicos. Elena Garro regressara da Europa para a América em 1953 com o manuscrito original de *Los recuerdos...* na mala e alguns projetos literários em mente. Suas participações entre 1956 e 1958 no grupo *Poesía em Voz Alta*²¹, cujo objetivo era popularizar novas poesia e dramaturgia no México, e de 1955 a 1964 na *Revista Mexicana de Literatura*, uma publicação de análise política e cultural e criação literária nos moldes da argentina *Sur*, lhe renderam importantes contatos intelectuais e reconhecimento público enquanto dramaturga, em um primeiro momento.

A produção de teatro dera, inicialmente, destaque a Garro principalmente porque, apesar de ter escrito ao menos dois romances nos quatro primeiros anos de moradia e atividade no México, as obras da autora que vieram ao público de 1953 a 1957 foram de dramaturgia. É somente no segundo semestre de 1958 que alguns contos da escritora são publicados e conhecidos: primeiramente, o periódico *Novedades* circula o texto *El árbol o fragmento de un diario*²² na edição de 22 de junho; e, depois, a publicação da UNAM, denominada *Revista de la Universidad*, inclui no número 12, de agosto daquele ano, o conto *Perfecto Luna*, que comporia, em 1964, a coletânea *La semana de colores*.

O sucesso crescente e progressivo de Elena Garro no mundo literário a partir do final da década de 1950 não foi motivo para fazer com que sua aparição em colunas de

²¹ Segundo um de seus criadores, Octavio Paz, *Poesía em Voz Alta* teria sido uma espécie de descendente do grupo *Ulisses*, organizado por Xavier Villaurrutia e Augustín Lazo. Os dois projetos se pretendiam vanguardas estéticas e revelariam uma nova expressão teatral, com caracteres nacionais. Jovens talentos teriam fundado ou despontado em meio às apresentações públicas do círculo, como Leonora Carrington, Juan Soriano e Juan José Arreola, no primeiro caso, ou Elena Garro e Héctor Azar. Nas palavras de Paz, o intuito dos literatos ligados ao grupo era “*devolverle a la escena su carácter de misterio: un juego ritual y un espectáculo que incluyese también al público*” (PAZ apud LOPÁTEGUI, 2014: 290).

²² Após leituras e revisões, Elena Garro reformula o texto, transformando-o em peça de apenas um ato, mantendo o título original. A versão teatral é publicada pela *Revista Mexicana de Literatura* nos números 3-4, de março a abril de 1963. Posteriormente, o escritor e cineasta amigo da intelectual Archibaldo Burns executa uma adaptação fílmica para o texto, sob o título *Juego de Mentiras* (1967).

periódicos como escritora e intelectual fosse tardia. Pelo contrário, o trabalho como dramaturga e especialmente como membro da *Revista Mexicana de Literatura* foi, já nos anos 1950, motivo para convites de contribuição em suplementos de cultura de jornais e revistas como voz capacitada para analisar as tendências de produções do momento em questão.

Desde 1958 – e pelos anos seguintes –, escreveu uma série de resenhas, artigos e cartas abertas sobre literatura e cinema mexicanos. A atuação como críticos era um papel comumente atribuído a letrados de renome na América Latina, como destaca – com foco na produção cinematográfica – Miriam Gárate (2017): no início do século XX, por exemplo, inúmeros escritores bastante familiares ao público se dedicaram a escrever crônicas sobre o cinema e os filmes produzidos, como João do Rio e Lima Barreto, no Brasil; Roberto Arlt, na Argentina; Horacio Quiroga, no Uruguai; e José Juan Tablada, Ramón López Velarde e Alfonso Reyes, no México. Esses autores, incorporados pela imprensa, reformulam sua escrita e se adéquam às novas pautas da cidade e jornalismo com projetos modernizadores (*Ibidem*, p.20-21), sem deixar de reivindicar para si “o pretendido papel de árbitros da cultura, incumbidos de sancionar a condição artística ou antiartística da nova atração” (*Ibidem*, p. 63).

Em certa medida, a manutenção de figuras intelectuais como críticos, especialmente escritores de literatura, nos suplementos de cultura dos grandes jornais, reitera a tradição dos pensadores como intérpretes e mediadores – e por que não qualificadores – da produção cultural. Além disso, as divergências e querelas entre indivíduos e grupos intelectuais se entrelaçavam com as críticas escritas, aquecendo polêmicas e, evidentemente, provocando sucesso no público. Elena Garro se envolveu intensamente em tais debates, elaborando textos e respostas nos quais não se restringia a analisar produtos culturais, mas tecendo comentários e avaliações mais amplas, sobre autores e diretores, sobre as instituições e mecanismos de valoração da cultura e, enfim, sobre a função social da arte e da intelectualidade.

1.1. Uma crítica aos intelectuais

Sua primeira aparição nos jornais mexicanos, aliás, foi com um texto de crítica do livro *La región más transparente*, de Carlos Fuentes. Incumbida de analisar o

romance, seu texto dividiu com Luis Cardoza y Aragón a capa do nº. 478 do suplemento “*México en la cultura*” que acompanhava o periódico *Novedades*. Cardoza y Aragón, com uma leitura positiva da obra de Fuentes, ganhou, na manchete, a posição de “pró”, ao passo que Garro seria o “contra” da “escandalosa novela”. A sucinta resenha apresenta brevemente o romance e lança potentes argumentos a respeito de supostas falhas na narrativa e da fraqueza na escrita do autor por sua completa fuga da realidade. Para Garro, Fuentes aborda a temática da Revolução de maneira simplista e que compreenderia apenas um amontoado de “*palabras, nombres, incidentes (...), imágenes*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014: 125) sem, verdadeiramente, dar-lhes sentido.

No fragmento, a autora presume que “*ciertos críticos mexicanos (...) van a decir que el libro es ‘una denuncia’ y por lo tanto es un libro magnífico para México. (El culto a la denuncia es un culto policíaco y por lo tanto siempre sospechoso*²³)” (*Ibidem*, p. 125). O argumento é revelador para a compreensão de como a intelectual encarava a escrita, o consumo de cultura e as práticas políticas mexicanas: Garro recusa a ideia de que o escritor deva ser um denunciante, que acabe produzindo imagens e analogias de acusados e culpados. Por um lado, a rejeição desse tipo de postura estaria ligada à fraqueza do discurso literário ancorado em metáforas abstratas e na construção de visualidade e impacto, sem ação e reflexão, já que a então dramaturga aponta a falta de “interioridade” aos personagens de Fuentes, que desapareceriam em meio a situações externas desconexas e sem função no enredo (*Idem, ibidem*). A trama, portanto, seria uma denúncia tímida e confusa em meio a uma porção de sujeitos e ações desencontradas, que de forma alguma colaboram para a evidência de uma crítica fundamentada.

Por outro aspecto, a ideia de uma obra-denúncia desagrada a Garro pela relação que constrói com os leitores. Considerar como aclamável uma prática ligada à vigilância e perseguição, especialmente quando relacionada à Revolução, é, para a escritora, a propagação de uma postura violenta e recriminatória capaz de gerar resultados desastrosos. Em outros relatos, como a peça *Felipe Ángeles* (1956), o romance *Los recuerdos del porvenir* (1963) e a série de reportagens *Caudillos de la Revolución*

²³ A escolha do termo “*sospechoso*” (suspeitoso) abre margem para duas interpretações da fala da intelectual: podemos entender que o culto à denúncia sempre suspeita de algo ou de alguém, ou seja, é desconfiado e impõe uma série de incertezas e inexatidões; ou podemos acreditar que se trata de um culto digno de suspeição, isto é, duvidoso e que, assim, dele não se pode fiar.

(1968), Elena Garro destacou que a idolatria à denúncia e à acusação criou emboscadas e produziu mortes de inocentes durante o processo revolucionário. Diante de divergências políticas e interesses pessoais, os líderes de então e – argumenta na série de artigos *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida* (1964) e nas entrevistas com Carlos A. Madrazo (1965-1966) – os membros do Partido Revolucionário Institucional, em meados do século XX, travaram conflitos internos concretos e simbólicos, em vez de debater democraticamente os rumos de um governo revolucionário. Para Garro, a denúncia tem um histórico de imposição do poder e silenciamento do diálogo, enquanto o intelectual deveria prezar pelo debate de ideias, sustentar argumentos com provas e, quando voltado à ficção, produzir um discurso de valor estético e social.

Essa última noção se desdobra em dois outros argumentos do texto: o aspecto “universal” da literatura e a produção intelectual como ferramenta de compreensão da realidade. Ao declarar que as denúncias levam a um culto policiesco que é suspeito, Garro indaga: “*¿Por qué las obras dudosas son buenas para México o Buenos Aires y malas para París o Londres? Si los críticos pensarán con lógica descubrirían que lo que es malo en París o Londres es malo en México o Buenos Aires. Y a la inversa*” (*Ibidem*, p. 125). O intelectual que não produz uma narrativa que se baseie e discuta valores compartilhados é, para Garro, digno de desqualificação.

Não significa que não deva tratar de problemas locais ou usar referências de seu entorno para produzir uma obra: ao contrário, a escritora sempre defendeu e se utilizou dessas estratégias para produzir textos, do mesmo modo que utiliza Juan Rulfo como exemplo positivo de uma literatura que reverbera em muitos países por sua “universalidade”. A grande questão colocada na provocação de Elena Garro é, na verdade, que o intelectual, mesmo quando decide tratar de uma realidade específica ou utiliza elementos fantásticos em sua estética, deve buscar sentido na realidade concreta e, mais além, na realidade humana compartilhada. Uma história despertaria identificação com o leitor quando os personagens tocam em sentimentos, tensões e princípios humanos. E a Revolução se torna uma pauta de reflexão coletiva não quando assume a forma de uma alegoria picaresca, mas quando exhibe suas faces de dor e revolta do abandono, em Rulfo, ou quando evoca a profunda solidão e impotência humana diante do autoritarismo, em Garro.

Assim, a dura crítica de Garro a *La región más transparente* por sua falta de universalidade e caráter duvidoso ou incerto teria sido motivada pela produção de um caos que não toca o leitor com incômodos inerentes a ele ou reflexões sobre o mundo material, mas apenas joga com a casualidade e a aleatoriedade. Isso porque Elena Garro sustenta que a literatura – e, mais amplamente, as produções culturais – têm o objetivo de prover recursos para o entendimento mais profundo dos lugares e momentos em que a sociedade está inserida. Essa função social da cultura que norteava a escritora tornaria os produtos intelectuais elaborações que mobilizam escolhas estéticas e discursivas para um olhar ao redor de si mesmo, destinado a compartilhar uma visão de mundo com outras pessoas. Por isso lhe causa grande inquietude que a obra de Fuentes não proponha embates da realidade, envolvida por uma pressa e um excesso de retratos visuais que não permitem o pensamento e a digressão:

También se va a decir que en el embrollo que ocasiona Fuentes reside 'lo mexicano' (...). ¿Por qué? ¿Qué acaso el escritor no es aquel que desembrolla las marañas más complicadas? (...) De esa velocidad proviene que los incidentes queden puramente en incidentes sin nunca llegar a un conflicto. El conflicto requiere un tiempo, un espacio y un lugar que (...) Fuentes es incapaz de reproducir (Ibidem, p. 125-126).

À primeira vista, o trecho poderia tratar apenas de uma questão de estilo e linguagem: visto desse modo, o apontamento de Garro seria ainda bastante contundente e demonstraria que *La región más transparente* não alcança o ápice narrativo de uma obra que coloca seus personagens em uma trama comum e os leva ao clímax. Sugeriria, ainda, que Carlos Fuentes emergira no cenário cultural mexicano – segundo a autora, pouco tempo antes de sua avaliação, junto a Rosario Castellanos e Guadalupe Amor – com promessas de uma arte de ruptura com a tradição das novelas históricas de Revolução e uma estética inovadora sem corresponder às expectativas do público. Mas é preciso estar atento à construção argumentativa de Elena Garro: regressemos à sentença “acaso o escritor não é aquele que desfaz os nós mais complicados?”. Desfazer os nós embaraçados é reordenar os fios da escrita, ao mesmo tempo em que reordena o mundo e suas tensões por meio das palavras. Assim, a tese não limita a ideia de conflito a um evento da narrativa, correspondendo também a uma circunstância da realidade, representável na literatura.

“Flaubert, por ejemplo. Flaubert se encuentra un día con una maraña femenina: una suicida. Y Flaubert deshace la maraña y nos da a Emma Bovary. A partir de Emma Bovary, sabemos por qué se suicidan ciertas mujeres” (Ibidem, p. 125).

A crítica, então, ganha explicitamente novas dimensões, já que Garro expõe sua discordância frente a um fazer intelectual que não dialoga com a vida e as problemáticas de um tempo. É evidente que sua leitura de *Madame Bovary* não é a única possível, mas nos interessa perceber que, para a autora, o ponto principal da obra de Gustave Flaubert é a análise e compreensão de um problema social, que deve ser publicamente conhecido e debatido por meio da literatura. Tomando, pois, a problemática (suicídio feminino), o intelectual (Flaubert) pensa arduamente sobre o tema a fim de elaborar um personagem e uma obra com referências na realidade (*Madame Bovary*) e, por fim, publica sua solução. Isto é, o próprio entendimento mais apurado de uma questão coletiva quando filtrado pela ficção. A produção intelectual – nesse caso, a literatura – é a solução em si, porque Garro acredita que a elaboração do pensamento é o primeiro e mais seminal passo para a resolução de máculas sociais. Esse argumento aparece discretamente no texto inaugural, mas ressurgue na maior parte dos artigos em que discutiu o papel do intelectual, como buscaremos explorar melhor no desenvolvimento do capítulo.

Diferentemente de Flaubert, Fuentes, na opinião de Elena Garro, teria criado um ambiente alheio ao mundo concreto, povoado de “sombras” que não chegam a corporificar personagens.

Inventa a la manera de los niños, sin pies ni cabeza (...) nombres absurdos para bautizar sombras absurdas que desfilan locamente en un caleidoscopio parlante (...). Nadie se llama Ixca Cienfuegos, por lo tanto nadie es Ixca Cienfuegos (*Ibidem*, p. 126)

O fantástico e o absurdo não são problemas para Garro, já o distanciamento do intelectual dos problemas de seu povo sim. Os pensadores que não utilizam seu tempo e ofício a serviço da população comum nada mais seriam do que aproveitadores. A ação intelectual, segundo a autora, deveria ser pública e política, caso contrário acabaria por sacrificar o próprio povo, como afirmou posteriormente no artigo *Los intelectuales pelean el hueso* (1964): “*Cuando los intelectuales carecen de principios que dictan su conducta y ejercen el oficio de intelectual con fines simplemente lucrativos, la sociedad que los padece se vuelve caótica*” (*Ibidem*, p. 333). Fuentes, na resenha o alvo das repreensões, mas exemplo de muitos outros indivíduos criticados por Garro, cometera o delito de se afastar das máculas mexicanas no final da década de 1950 e fugira para um mundo alheio.

Este mundo alegórico e ingenuo de Fuentes, desarrollado en unas páginas de celuloide opaco (...) no es el mundo ni la dimensión de la novela. Fuentes no ha encontrado todavía las palabras con las cuales quiere transmitirnos sus

palabras. Se enloquece con ellas y, nosotros lectores, nos impacientamos o reímos (Idem, p. 126).

De nada servia, como conclusão da autora, um romance que tratasse de maneira inédita sobre a Revolução se, ao cabo, não tratava da Revolução. Este é mais um ponto que se repete em diversos textos posteriores e que conduz nossa análise: as relações complexas entre intelectuais e a Revolução no ponto de vista de Elena Garro. Se alguns apenas adulavam o evento, apagando os resultados desastrosos de um regime fundado na violência e abusos de poder, Fuentes teria ensaiado uma profanação que, na opinião da escritora, não teve fôlego para causar impacto: *“La Revolución, especie de Virgen cristiana echada del Circo romano y condenada con el pulgar invertido de cortesanas y senadores, es una alegoría infantil que pierde validez por obvia” (Ibidem, p. 126).*

1.2 *Nem governistas, nem comunistas: a resposta está na Revolução nacional*

Havia ainda outra classe de intelectuais que em muito incomodavam a jornalista e ficcionista: os letrados que se abstinham de discutir a Revolução e os governos pós-revolucionários. Para ela, o conformismo em muito se parecia com o apoio explícito e ambos os grupos – de uma intelectualidade governista e de outra silenciosa – seriam sustentados pelo Estado. Essa análise foi longamente desenvolvida em muitos textos, que procuravam demonstrar como os homens e mulheres de letras no México haviam falhado no papel de partícipes do espaço público durante a Revolução, na consolidação de um governo revolucionário e nas décadas de domínio do partido oficial.

Garro acreditava que o alijamento da intelectualidade desde as origens do movimento revolucionário teria parcela considerável de responsabilidade na emergência de um governo autoritário, violento e que, em mais de quatro décadas, não colocara em prática plenamente a agenda da Revolução de 1910. No artigo de 1964, *Los intelectuales pelean el hueso*, a autora indica alguns “fatos que demonstram a decomposição da classe intelectual mexicana” que, em sua concepção, não era dotada de princípios e valores, o que explicaria a entrada de líderes políticos brutais no governo, “traindo” o sonho revolucionário, sem qualquer protesto das elites culturais do país: *“La cobardía o la ineficacia de los pensadores mexicanos hizo que el pueblo, al hacer su Revolución, olvidara su existencia” (Ibidem, p. 334).* Em outro artigo,

intitulado *¿Hacia donde va el PRI? ¿Hacia la izquierda, el centro o la derecha?* e publicado dois anos depois, Garro reafirma sua posição:

La Revolución careció de un sistema filosófico. Los intelectuales mexicanos, acostumbrados a pensar poco y a disfrutar de muy buenas prebendas, se abstuvieron de ejercer el pensamiento (...), prefirieron las carteras de Ministro a la incertidumbre del desempleo. Así permanecieron ajenos al movimiento que conmovió y formó a México. Más adelante siguieron siendo lo que antes: simples comentaristas, bien pagados, de los ejecutores de la política revolucionaria (Ibidem, p. 475).

O resultado desastroso do não-envolvimento com a pungente Revolução criou um cisma entre a cultura e a política mexicanas, campos que, para Garro, são inseparáveis e constituintes da essência de uma nação. O abismo entre o fazer político e o fazer intelectual provocaria confusões, desentendimentos e incompreensão das ideias revolucionárias, o que, ao fim, seria a lacuna que permitiria que governos conservadores e contra-revolucionários se denominassem partidários da causa nacional, já que a estrutura institucional engendradora abarcava “diferenças de interesses tão heterogêneos” e alguns “conflitos potenciais” (CAMÍN & MEYER, *Op. Cit.*: 244).

La confusión de principios, de política y de retraso cultural que reina no sólo en México sino en toda América Latina no se debe a sus políticos, sino a la llamada clase intelectual de este hemisferio, que ha sido incapaz de dirigir o de crear el pensamiento propio de estos países (Ibidem, idem).

Em sua crítica, Garro evidencia a antítese que atravessa sua insatisfação: acredita que a intelectualidade tem poder e que a produção de ideias é capaz de organizar uma sociedade e balizar a política, ao mesmo tempo em que não se fia das práticas intelectuais dos pensadores mexicanos. Além dos apontamentos explícitos que fez nos jornais, uma representação relevante de desconfiança do fazer intelectual que buscava combater os desvios do governo revolucionário é o personagem Juan Cariño, de *Los recuerdos del porvenir*. Figura que reúne dois arquétipos – o político e o intelectual –, Cariño é descrito como ex-prefeito do povoado de Ixtepec, onde se passa a violenta história dos conflitos *cristeros* do governo Plutarco Elías Calles (1924-1928), deposto por generais revolucionários que passaram a mandar na região por meio de perseguições, prisões e fuzilamentos. Mesmo diante de um cenário de horrores, Juan Cariño permanecia com a crença de que os livros salvariam Ixtepec dos derramamentos de sangue e do medo paralisante.

O personagem, então, atribui a si mesmo uma série de pequenas missões de preservação dos livros e das palavras, mas não se aproxima da política, nem da

população, mantendo-se isolado no palácio de governo. Os espaços de poder estão negligenciados e obsoletos, já que o poder público fora minado pela truculência dos generais. Em certa passagem do romance, o ex-prefeito comenta que ocorrera uma ocupação e os invasores não oferecem nada de bom. Todos os ambientes formais de exercício da política – a Câmara de Comércio, a Presidência Municipal e a Inspeção de Polícia – ficaram sob seu domínio e o poder público minguara. Assim, o fazer político se transformara em um punhado de ordens prontas que chegavam da capital e eram repassadas e cumpridas pelos oficiais, enquanto os antigos representantes e pensadores não tinham lugar no jogo político. Juan Cariño, que reúne os dois atributos, é um personagem debilitado e obsoleto, mas bondoso. No entanto, sua bondade – que o leva a sustentar La Luchi e as *cuscas*, um grupo de prostitutas – não é suficiente para derrotar qualquer tipo de ameaça real ao povoado. Leituras e boas intenções não destroem um poder autoritário, se estiverem distantes da esfera pública²⁴.

O ex-prefeito Cariño é um homem de letras, que se aproxima do que seria um intelectual. Mas sua estratégia de combate ao poder imposto é falha e não impede que corriqueiramente inocentes sejam mortos pela mão do Estado. As crenças do político-letrado – estudo, razão, fraternidade – são ideais liberais com os quais também compactua Garro, mas se mostram completamente ineficientes por estarem distantes da realidade da população. O governante amparado pela intelectualidade não promove falácias ou atos violentos para legitimar seu poder, mas também não consegue agir. Em outras palavras, os projetos políticos e intelectuais que se distanciam da realidade concreta e não respondem às demandas do povo parecem representar, para a autora, abrem caminho para a propagação da violência. Se conhecimento e pensamento não se ligam às questões pungentes na sociedade em que se inserem, não corresponderiam a uma forma de ação política, mas um mero autoengano aos que se dedicam à nobre tarefa de produzir pensamento. A escritora, portanto, critica os intelectuais que se cobrem de sensibilidade e boas intenções, mas se abstêm do espaço público possível de ser ocupado.

²⁴ Em entrevista com María Luísa Mendoza, em 1964, tratando de *Los recuerdos del porvenir*, Elena Garro comentou que Juan Cariño: “*era el único inteligente porque creía que las palabras significaban algo (...). Cada palabra respalda algo (...). No creo en sistemas político, ni en personas que degradan el idioma, porque están degradando las personas que lo crearon; como todos los líderes políticos, por ejemplo, todo el santo día lo degradan: inventan una jerga política corriente y soez. Por eso, al pensar en los niños de hoy que se mueven en un ambiente terrible (...) me asusto tanto; se están perdiendo las formas del espíritu. Juan Cariño también tendría miedo, ¡pero estaba loco!... Él no quería hablar con ninguno de nosotros, si viviera leería a gente muy importante*” (LOPÁTEGUI, P. R. *Op. Cit.* p. 263).

A exemplo do que afirmam os historiadores mexicanos, Garro procura defender que, apesar de violento e restritivo, o sistema político do México tinha uma “natureza autoritária mas flexível” (CAMÍN & MEYER, *Op. Cit.*: 244), o que garantia algumas liberdades, pelo menos no que toca o campo da produção dos saberes. Assim, o privilégio do poder de expressão se tornava um dever de opinar sobre a vida pública, como julga Elena Garro em *¿Para quiénes esta tumba es un delito?*, coluna de 1964.

*La Libertad es un acto de responsabilidad mutuo: se otorga y se toma. Los que rechazan la libertad otorgada se convierten (...) en enemigos del régimen, ya que su silencio es utilizado peligrosamente por los traidores de la política de México. Abstenerse de ejercer una libertad otorgada, es volver culpable, por ineptitud propia, al régimen que la otorga (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*: 326).*

Na visão da escritora, entretanto, não interessava à maior parte dos intelectuais mexicanos defender o regime – que, a seus olhos, era uma entidade, um ideal de governo que garantiria a solução dos problemas mexicanos –, mas sim os “traidores da política”, indivíduos que adentravam o Estado pós-revolucionário como membros do PRI ou para desempenhar cargos burocráticos, assim como detentores do poder econômico e pequenos *caudillos* dos interiores. Sem criticá-los, os intelectuais se misturariam aos grupos que trabalhavam na manutenção das desigualdades e restrição de direitos à parcela majoritária da população mexicana. Preocupados com temas incompreensíveis para os leigos, os letrados, em geral, estariam deslocados da realidade – tal qual o romance de Carlos Fuentes –, usufruindo de regalias e benesses, enquanto o povo padeceria em miséria. Ao relatar o drama do povoado rural de Nueva Era (*La Nueva Era*, 1965), Garro acusa os intelectuais de negligenciarem os problemas nacionais e jogarem com todas as tendências e agrupamentos políticos, para garantir seus próprios interesses. O custo desse trânsito seria entregar, diariamente, a população mais vulnerável a seus exploradores.

*Las columnas de los periódicos (...) vienen colmadas de noticias de interés nacional: los intelectuales se pelearon, se insultaron, se arrojaron whisky a la cara, insultaron al gobierno y se llamaron nazis en nombre de la inteligencia porque no ganaron todos el premio de \$20,000 pesos que era para uno solo [...] Pero señores escritores mexicanos, (...) ¿Y los crímenes, atropellos, robos, despojos, cárceles y golpizas de que son víctimas todos los días, en todo el país, los campesinos mexicanos, no merecen de ustedes una sola palabrita? No. De eso es mejor no hablar. Este **malinchismo intelectual**, este verdadero malabarismo de mala fe de las ideas y las causas, que utilizan los escritores para justificar impunemente el título de escritor de izquierda y gozar, al mismo tiempo, de todas las prebendas de que goza un funcionario corrupto del Departamento Agrario, es más peligroso y más depreciable que el del mismo funcionario (Ibidem, p. 337-338. Grifo meu.).*

No mesmo artigo, a escritora chama a atenção para o fato de que a intelectualidade mexicana não apenas ignoraria os problemas internos, como também se ocuparia de debater, quando não questões que considerava supérfluas, os embates de outras sociedades, sem aproximar a reflexão de sua própria população. O olhar para as mazelas internacionais era, para Garro, mais uma estratégia para defender uma imagem progressista do que verdadeiramente ter uma visão ampla e humanitária dos problemas coletivos. Contra esse escapismo, ela destaca sua crença no *métier* intelectual como decifrador de seu entorno, ainda que tocando questões humanas compartilhadas, como a fome, a pobreza e a opressão.

Los escritores mexicanos (...) saben que si ha sido posible arreglar o poner en vías de arreglo el problema racial de los Estados Unidos, ha sido justamente porque todos los escritores de Norteamérica, desde Faulkner hasta el más modesto periodista, han tomado parte en la polémica y se han ocupado de esa lacra nacional. Pero nosotros preferimos tomar parte también en esa polémica, que, porque no es la nuestra, es más fácil de llevar. (...) Cuando en su propio país, en una sola semana, se arrasan varios pueblos y centenas de familiar indígenas se quedan a la intemperie, los hombres en masa son encarcelados, se burlan [los intelectuales] de las protestas de la CNC²⁵ y los causantes de estos atropellos sin nombre se pasean libremente, burlándose de las leyes de la Constitución y de la Carta de los Derechos Humanos, los intelectuales mexicanos sonríen y dicen: ¡Qué quieres que haga yo, si tenemos un gobierno de ladrones! (Ibidem, p. 338).

A autora levanta a hipótese de que nem todos os pensadores fugiam dos debates nacionais mais urgentes por hipocrisia ou malabarismo retórico, mas por medo. Embora afirmasse que não havia censura governamental, Garro aponta um grave problema nas dinâmicas de poder, que acabavam por influenciar na produção de conhecimento: a repreensão sutil e velada de ideias, textos e letrados que se lançassem às polêmicas e assumissem posições incômodas para o governo.

México es un país esencialmente Cortés (...), si [los escritores] piensan escribir sobre alguno de los crimines que suceden en el campo, inmediatamente surgen los intermediarios risueños, los compradores generosos de las plumas, los “amigos” condescendientes que aconsejan claramente: “No puedes atacar fulano, es una persona encantadora...”. Y aunque unos aseguran que no se trata de fulano, sino de una situación nacional que es necesario remediar, el amigo insiste, intriga y al final, si no se cede ante su voluntad silenciadora, la amistad termina estrepitosamente (Ibidem, p. 337).

²⁵CNC era a sigla para *Central Nacional Campesina*, um órgão independente do Estado, organizado por um grupo de advogados que dava apoio jurídico a camponeses que desejassem abrir processos contra o governo reivindicando a posse de pequenas terras, restauração de *ejidos* ou dissolução de latifúndios. Elena Garro participou de diversas reuniões da central e dedicou muitos textos a falar do trabalho realizado em parceria entre camponeses e profissionais urbanos para o cumprimento das leis que regulavam a Reforma Agrária e os direitos no campo.

Mesmo acreditando que era parte da ética intelectual não ceder a essas pressões e tomar partido das lutas populares, a autora, em parte, fala de si e nos auxilia na compreensão de seu paulatino esquecimento: não foi silenciada ou censurada, não sofreu exclusão da intelectualidade – visto que circulava entre dezenas de grupos letrados, incluindo alguns canônicos –, mas tocou em feridas abertas em um tempo em que delas não se podia aproximar. Nesse processo, expôs suas contradições de pensamento e argumentação, muitas vezes classificadas como fraquezas ou falta de qualidade intelectual, contribuindo para sua coadjuvação do cenário literário do México.

Portanto é fundamental entender que sua ação política e seu projeto intelectual de valorização da liberdade de pensamento e participação ativa na vida pública – por meio da construção de conhecimento e opinião – são aspectos centrais da marginalidade a que foi relegada por anos. A crítica à intelectualidade mexicana – e, em certa medida, latino-americana – se liga diretamente à observação de um fazer intelectual permeado por relações e negociações de poder incompatíveis com sua concepção de pensador e sua atividade como tal. A desvalorização do pensamento e o cerceamento de contestações minavam a capacidade criadora de novas soluções para a sociedade, mantendo a ordem e os atores políticos em seu mesmo lugar continuamente.

En México también existen cabezas claras y privilegiadas, capaces de resolver los problemas más arduos (...) pero existe una voluntad suicida de desperdicio, no sólo en lo que se refiere a la economía y a la política, sino en lo que se refiere a todos los campos de la inteligencia (...). Esa voluntad extraña, síntoma inequívoco de una oligarquía en plena descomposición, la encontramos en todos los órdenes y la podríamos llamar el 'sueño de gloria del imbécil' [...]. Este desconocimiento sistemático de la inteligencia es lo que ha conducido, entre otras causas, a que nuestra inteligencia se refugie en ideas que, aunque en México resulten novedosas, en otros países ya han sido experimentadas con resultados dudosos. Pensamos que debe de haber alguna manera de corregir esta situación de descontento (Ibidem, p. 470).

A análise citada acompanha uma entrevista denominada *Carlos A. Madrazo y la izquierda mexicana* realizada pela jornalista com o político ex-presidente do PRI, Carlos Alberto Madrazo Becerra e publicada em “Sucesos Para Todos”, em maio de 1966. O entrevistado, parecendo estar em concordância com Garro sobre a lastimável relação entre intelectualidade e poder, acrescenta: “*La razón (...) es el lenguaje de las altas inteligencias, y el mundo se compone de muchedumbres que solo entienden El sencillo y sonoro lenguaje del sentimiento y las pasiones*” (MADRAZO & GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014: 470).

Quando criticou os intelectuais que protegiam os sujeitos à frente do poder e os que não abordavam as preocupações na ordem do dia em seu próprio país, Elena Garro não se identificou com uma parte da esquerda mexicana que se baseava no marxismo e militava em partidos comunistas e socialistas. No fragmento examinado de *La Nueva Era*, estava posto discretamente seu incômodo com as expectativas de certos intelectuais quanto à doutrina marxista, como sugere ao declarar que a intelectualidade se “refugia” em “ideias novas para o México”, mas já conhecidas e com “resultados duvidosos”.

Não foram poucas as ocasiões em que expressou sua discordância em relação à solução revolucionária dessa vertente – de forma ainda mais explícita, inclusive –, embora reconhecesse que a leitura econômica de Karl Marx para o contexto europeu fosse bastante adequada. Não era ela uma leitora apressada da obra marxiana ou da experiência socialista na Europa, como sugerem seus cadernos com anotações de leitura²⁶, e seu principal incômodo era com a transferência e tentativa de aplicação da teoria alemã na América Latina. No primeiro artigo da série *Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida*, composta por cinco textos escritos para *Presente!* de janeiro a maio de 1964, declara:

En los países subdesarrollados como el nuestro, en donde el totalitarismo ha tenido éxito, Marx se equivocó en su predicción, y las fórmulas marxistas al aplicarse en los países que no contaban con una industria produjeron unas formas degradadas de su pensamiento. Por eso la Libertad del Hombre, con mayúscula, se convirtió en la esclavitud de los hombres; el Gobierno del Pueblo por el Pueblo, en el poder absoluto de una camarilla de pseudo intelectuales que no tienen nada que ver con el pueblo; la Emancipación de la Clase Obrera, en la anulación de todos los derechos obreros (GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014: 312).

O temor de Garro frente a uma intelectualidade de esquerda marxista se manifestava ora com sarcasmo, ora com contundência. Em todas as menções, todavia, ressaltava que a principal origem de sua rejeição a esses pensadores estava na observação de experiências socialistas nas quais a utopia se transformara em regime

²⁶ Dentre as dezenas de cadernos de leitura e anotações de Elena Garro que se encontram preservados no acervo da autora na *Firestone Library* (Princeton University), é possível mencionar uma quantidade relevante sobre o tema da revolução marxista e do socialismo soviético, como as notas sobre as obras: “Manifesto Comunista”, de Marx; “*El año I de la Revolución Rusa*”, de Victor Serge; “*Eleanor Chronique familiale des Marx*”, de Yvonne Kapp; “*Fusillez ces chiens enragés: Le génocide des trotskistes*”, de René Dazy; “*La révolution Russe*”, de Richard Kohn; “*Le Bolchevisme em Russie: livre Blanc anglais avril 1919*” da Embaixada da Grã-Bretanha, “*Nomenklatura: The Soviet Ruling Class*”, de Michael Volensky; “*Quand Fera T-II Jour, Camarade? Histoire de la Revolution D’Octobre*”, de Jean Paul Olivier; “*The Russian Revolution*”, de Alan Moorehead. Conferir: <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/tt44pm881>. Acesso em: 01 jun. 2021.

fechado, perseguição e traição de princípios, a exemplo do que diz no texto jornalístico *Una conducta superior* (1964):

España, Bolivia, Cuba, China, Nicaragua, Rusia, la Republica Dominicana, etcétera, llevan desde hace muchos años el mismo apellido.²⁷ Son países gobernados por aventureros que asaltaron el poder para salvar a sus países de unos males reales, con unas fórmulas imaginarias. Todos presentan los mismos síntomas: luchan por la libertad mientras la persiguen a sangre y fuego. Aplican interpretaciones personales de ideologías, que en su origen fueron opuestas a lo que pretenden representar actualmente (Ibidem, p. 327-328).

Curiosamente, suas críticas são repetidas – como trataremos no capítulo seguinte – ao analisar o próprio Estado pós-revolucionário. De certo modo, ao observar o crescimento do autoritarismo governamental nos países que realizaram revoluções marxistas, a escritora identifica os próprios horrores no cenário em que vive. Uma das representações desse desencanto com a usurpação do poder mexicano e deturpação da Revolução é a construção do General Francisco Rosas e sua banda militar, no romance *Los recuerdos del porvenir*:

Su presencia no nos era grata. Eran gobiernistas que habían entrado por la fuerza y por la fuerza permanecían. Formaba parte del mismo ejército que me había olvidado en este lugar sin lluvias y sin esperanzas. Por su culpa, los zapatistas se habían ido a un lugar invisible para nuestros ojos y desde entonces esperábamos su aparición (...) (GARRO, 2003: 15).

Después de las batallas ganadas por la Revolución se deshicieron entre las manos traidoras de Carranza y vinieron los asesinos a disputarse las ganancias, jugando al dominó en los burdeles abiertos por ellos. Un silencio sombrío se extendió del Norte al Sur y el tiempo se volvió otra vez piedra (Ibidem, p. 36-37).

A diferença fundamental entre as experiências de Revolução, motivo que a fazia defender uma e desqualificar as demais, era o apreço que o processo mexicano tivera, ao menos em princípio, pelos valores democráticos – operando na lógica dos direitos, de um pacto social sagrado na Constituição, de participação popular por meio do voto – e pelo caráter espontâneo das camadas atuantes na ruptura política. Em outras palavras, a Revolução não fora concebida como um projeto de poder, mas nasce, antes, como a luta por duas condições básicas de vida: acesso à terra e liberdade política.

²⁷ É notável que a autora incorre em uma aproximação que gera estranhamento aos leitores atuais quando aponta similaridades entre os governos de ditaduras militares, Estados socialistas e o regime franquista. Sabemos das inúmeras distinções entre os princípios governamentais e a filosofia política que regeu cada um dos processos em questão, de modo que pareceria superficial reuni-los sob o mesmo arco. Entretanto, enquanto fonte para a compreensão do pensamento formulado e defendido por Elena Garro, o trecho é revelador, uma vez que, para a autora, as noções de justiça social e salvaguarda de direitos só eram possíveis dentro de um sistema democrático. Assim, o caráter centralizador e muitas vezes violento de tais experiências políticas os tornava, na visão da escritora, similares por seus métodos e mecanismos de governo.

O que não quer dizer que, conforme transcorria o tempo, a ideia de tomada do poder e constituição de um Estado não tivesse sido incorporada às pautas revolucionárias, nem que os propositores de tais rumos fossem somente oportunistas que se infiltraram no movimento. Mas é justamente o apreço que Garro tem pelo caráter popular, original e, em sua visão, democrático da Revolução Mexicana – que não deixam de ser aspectos reforçados pela história oficial, embora parcialmente verdadeiros – o dado que legitima, para a escritora, a ação de uma política e intelectualidade revolucionária nacionalista e não de esquerda marxista. A interpretação de Elena Garro sobre as leituras que fizera do marxismo e do socialismo associam a teoria à concentração de poder e à quebra da ordem republicana e democrática liberal. A Revolução Mexicana, por sua vez, pressupunha a preservação dos instrumentos e instituições democráticas para existir e prevalecer. A substituição desse projeto revolucionário por outro seria, para ela, uma espécie de delírio conceitual que só funcionaria nas abstrações intelectuais ou por pensadores sedentos de poder, que se aproveitariam dos clamores populares.

La Revolución mexicana tiene su propia lógica y su propio mecanismo; así, para preservarse, le fue necesaria la creación de un partido único. Pero al cerrar la posibilidad del juego democrático, cerró también la posibilidad de una democracia interior, única forma de preservar la dialéctica revolucionaria dentro de las filas de la misma Revolución. [...] Destruir la ideología de la Revolución mexicana, significa la quiebra de la Revolución de 1910 y abrir la puerta a una más tardía o más temprana rebelión, cuyo lógico fin sería el comunismo. La ideología marxista es impecable para los países desahuciados (GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 456).

Criticar o pensamento de esquerda marxista era um modo de reafirmar que, embora a Revolução Mexicana fosse passível de julgamentos e revisões, especialmente no que diz respeito à condução da política e fundação de instituições revolucionárias no período posterior ao conflito armado, era ela a única revolução possível, absoluta em seus propósitos e reflexo perfeito das demandas populares. Garro não é uma contrarrevolucionária ou uma opositora ao regime: ao contrário, acredita veementemente que a perpetuação das aspirações de 1910 e a defesa da Constituição de 1917 são as vias mais corretas de resolução para os problemas mexicanos.

Esse é um dos fatores determinantes para que defendesse uma elite cultural que se dedicasse a atuar em prol do pensamento revolucionário, atenta aos acontecimentos de seu presente e compromissada com a fiscalização do poder público. Mas também não se pode perder de vista que o desprezo por uma intelectualidade marxista não se

relaciona apenas à defesa de uma Revolução que teria viabilizado a criatividade e o livre pensar na solução das crises nacionais, como também remete a uma leitura do lugar ocupado por homens e mulheres de letras em outras experiências revolucionárias do século XX.

Quando menciona a Rússia, em “*Los intelectuales pelean el hueso*” (1964), Garro aponta que Vladimir Lênin e Léon Trotsky teriam escrito longos ensaios versando sobre a necessidade de exterminar os escritores, o que, segundo a autora, correspondia a um propósito de eliminar o espaço necessário entre o Estado e o povo e assegurar a existência de uma ditadura (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.* p. 334)²⁸. Em outro artigo – *¿Hacia dónde va el PRI? ¿Hacia la izquierda, el centro o la derecha?* (1966) – afirma que os intelectuais que subsistiram no país foram os que promoveram e executaram o socialismo soviético (*Ibidem*, p. 476). É muito relevante pensar que esse comentário carrega algumas noções muito importantes sobre o que é o intelectual e seu papel na vida pública. A sociedade revolucionária necessitaria de pensadores que pudessem exercer a criatividade e o pensamento crítico no limite entre governo e população. Isto é, o compromisso do escritor é observar o mundo que o rodeia e tecer ideias, opiniões, provocações que agreguem argumentos e sujeitos, fomentem debates e estimulem o tempo todo que as pessoas comuns comparem as propostas políticas e sua execução, questionando sempre que necessário. É evidente que a leitura de Garro sobre a Revolução Russa é anti-marxista, mas o mais relevante é perceber que nas ausências que identifica no outro, fala dos incômodos que enxerga em sua própria sociedade.

O mesmo ocorrera na série “*Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida*” (1964), composta por cinco textos que analisavam a situação agrária do México e as atividades da Central Nacional Campesina (CNC): a escritora aponta que filiados do Partido Comunista Mexicano, como o poeta Arcadio Nogueira, teriam se convertido em funcionários do Estado, interessados apenas em preservar as desigualdades sociais e lucrar com a miséria do povo. No caso de Nogueira, Garro afirma que suas duas posições representam formas similares de exploração dos camponeses e pobres, defendendo “*en su pasado el comunismo y en su presente las altas finanzas, pero nunca*

²⁸ Embora não tenhamos localizado os exatos textos a que se referia Garro, a ideia de um alinhamento obrigatório à Revolução foi frequente nos escritos marxistas russos. Alguns exemplos da postura dos autores citados sobre o assunto podem ser encontrados em “*A intelligentsia e o socialismo*” (1910) e “*The bourgeois intelligentsia’s methods of struggle against the workers*” (1914), de Trotsky e Lênin, respectivamente.

a México, a sus leyes y al gobierno de la República” (*Ibidem*, p. 322). O intelectual, pois, não estaria cumprindo sua missão de pensar comprometido com a causa revolucionária e a serviço do povo, pois transitara por interesses convenientes e práticas que favoreciam a si mesmo e a uma elite econômica.

Essa seria a marca da Revolução marxista, na opinião da autora: jogos de interesses em meio à repressão do pensamento. Ainda na série, se refere ao governo cubano de Fidel Castro como uma ditadura e volta a pontuar que a ausência da boa política e a impossibilidade ou abstenção do pensar resultariam em violência estatal e opressão da população: *“Esto lo hemos visto en la China de Chiang Kai-shek, en la Indochina, en Cuba. Es decir, allí donde los malos políticos han sustituido a una justicia social Elemental por el terror de la tortura y del crimen”* (*Ibidem*, p. 324). O México, diferentemente, ainda tinha a possibilidade de reformular seus letrados nos moldes desejados por Garro.

O cenário intelectual mexicano, como se infere pelas fontes, estava povoado de figuras diversas, com marxistas e reacionários, defensores cegos do Estado e críticos simplistas, pensadores encastelados em questões teóricas incompreensíveis e mercadores de cultura em massa. Carecia, porém, de homens e mulheres de letras que se aproximassem da população comum, acompanhassem o cotidiano do país e se engajassem na causa revolucionária, assumindo uma postura vigilante e questionadora. Tal missão Garro teria atribuído a si mesma, ao que parece. Mas desfiar extensos apontamentos sobre os erros e insuficiências da classe intelectual mexicana não era o suficiente para corrigi-los. Antes, era necessário responder para si e para o público: o que, afinal, faz um bom intelectual? Para isso, dedicou alguns textos e distribuiu elogios a figuras que admirava no período.

1.3 Os princípios da atividade intelectual

O panorama mexicano dos anos 1950 e 1960 estabelecia alguns limites sensíveis à atividade intelectual. Uma notável contribuição do trabalho de Elena Garro foi perceber e afirmar que havia espaço para contestação dentro da rigidez e brutalidade dos governos priistas. Analisar a natureza do poder governamental em meados do século XX permitiu-lhe compreender que a construção do autoritarismo fora progressiva e o

domínio do regime de terror vivido à época não era absoluto. É certo que nem todos poderiam adentrar lugares de importância e expor suas ideias com pouca ou nenhuma represália governamental. Tampouco era impossível atuar na esfera pública por meio do pensamento: Garro reconhece os limites e é perturbada por eles, mas também vê que justamente ali onde se erguem barreiras o intelectual pode agir nas margens.

Nessa atividade limítrofe, alguns predicados eram essenciais aos letrados para desempenhar seu papel sem acabarem expulsos da fronteira ou permanecerem em posição de espera contemplativa e isenta. A autora não escreveu ensaios teóricos sobre a arte narrativa, como fez seu admirado colega Jorge Luis Borges, nem elaborou tratados sobre os escritores, a exemplo de Horacio de Quiroga e seu manual, decálogo e truques do “perfeito contista”. Porém não deixou de discorrer, em seus diversos textos jornalísticos e ficcionais, sobre a função e as necessidades do intelectual.

O primeiro aspecto importante para a atuação do intelectual era a liberdade. Parece irônico pensar nesse termo em um contexto repressivo, mas o “consenso autoritário” gerado pelo PRI nos anos 1950 prescindia de uma aparente normalidade democrática, o que inviabilizava mecanismos explícitos de censura e restrição do direito à liberdade de expressão. O movimento ambíguo do regime transitava entre não empreender a força para impedir o trabalho de intelectuais e lançar mão de estratégias indiretas de cerceamento das liberdades. Justamente, a imprecisão e a contradição são posturas governamentais que abrem a possibilidade de atuação de alguns pensadores, como Garro, mas provocam desconforto entre eles, razão pela qual a escritora frequentemente retoma, em seus textos, a pauta da liberdade de pensamento como necessidade básica para os letrados.

Garro acreditava que pensar garantia aos homens a movimentação e, consequentemente, a própria vida. Na entrevista de 1965 com Carlos A. Madrazo, intitulada “*Algo muy raro: un político habla de literatura*”, se apropria da fala do político para explicitar que a história só existe ligada à possibilidade de pensar e agir, ou seja, é sempre construída pela mobilidade e mudança. “*La política, como la poesía, se hace con palabras y la política es la historia del hombre. (...) Sólo las dictaduras, a las que podríamos llamar ahistoria, temen a la palabra*” (MADRAZO & GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014: 457). A interrupção do pensamento livre e da enunciação de ideias configurava, para eles, um desvio do curso da história e do cerne da vivência humana.

A atividade intelectual, assim, era uma tarefa criadora de realidade, porque se usa da imaginação para produzir universos inéditos e transformadores, a partir do mundo conhecido. Em *Los recuerdos del porvenir*, uma das personagens principais, Isabel Moncada, é repreendida por suas falar por uma senhora amiga da família, que afirma que não se pode imaginar coisas que não existem, porque a imprevisibilidade gera resultados catastróficos. Ao que a garota responde: “*lo único que hay que imaginar es lo que no existe*” (GARRO, 2003: 19). O esforço imaginativo e comunicativo do intelectual era o caminho para vislumbrar novos horizontes e findar os problemas encontrados no cotidiano. Essa reflexão aparece em outro fragmento do romance, quando o irmão de Isabel, Nicolás Moncada, cavalga de volta para casa em uma serra penosa e árida, parecendo perdido: “*Sentía que sólo la voluntad lograría abrirle un camino en aquel laberinto de piedra. Sin la ayuda de su imaginación nunca llegaría a su casa, y quedaría aprisionado en las murallas de piedra, que le hacían signos maléficos*” (*Ibidem*, p. 32-33). O pensar e a imaginação estão ligados pela liberdade, que é condição de existência para eles e também seu resultado: na medida em que há espaço livre de criação de ideias, elas também adquirem um potencial libertador.

A falta de liberdade plena para o intelectual não era sustentada apenas pelos líderes políticos, mas por uma estrutura governamental que reduz o alcance dos letrados. De forma mais específica, Garro tratou das instituições que chancelavam e financiavam o trabalho intelectual no México dos anos 1950 e 1960. A cena cultural não se constituía apenas de indivíduos produtores de ideias, mas também de concursos públicos e premiações, órgãos de fomento aos artistas e pensadores, organizações trabalhistas destes profissionais. Com interesses e preocupações diversas, os grupos em questão travavam disputas em torno da criação intelectual e legitimavam – ou não – suas produções, o que se revertia diretamente em financiamentos, honorarias e parcerias. Nesse contexto, a preocupação com a liberdade era muito mais um tema dos intelectuais – organizados ou individualmente – do que de algumas instituições, que buscavam replicar determinados discursos e imagens nos produtos culturais mexicanos.

Em setembro de 1963, Elena Garro se envolveu em uma polêmica que abarcou todas essas questões e que escolheu trazer a público nos jornais. Segundo seu relato, fora procurada para escrever um roteiro de cinema, pela diretora do *Ballet Folklórico de México*, grupo de altíssima reputação ainda hoje, ligado à Secretaria de Cultura e ao Instituto Nacional de Bellas Artes (INBA). A história deveria tratar da cultura popular

mexicana e ser pensada como narrativa para um espetáculo de dança, a ser protagonizado pela companhia. Garro afirmava ter produzido o conto “*La feria o De noche vienes*”, que adaptaria para roteiro com auxílio de dois companheiros intelectuais: o escritor mexicano e fundador da Liga de Escritores e Artistas revolucionários – a qual integrava Octavio Paz –, Juan de la Cabada, e o cineasta Marcel Camus, cujo sucesso com *Orfeu Negro* ainda era latente no campo das artes.

A escritora afirmava que a obra fora aprovada pela diretora Amália Hernández, razão pela qual, em seguida, teria registrado o texto no Sindicato de Autores do México. Tendo respaldo da organização, Garro acordara os valores de pagamento dos três intelectuais envolvidos e aguardara novas orientações do ballet. As respostas, no entanto, nunca chegaram diretamente. Em agosto daquele ano, o periódico *Esto* noticiou que o roteiro saíra das mãos de Garro para a própria Hernández, que em encarregava Celestino Gostiza, diretor do INBA, da escrita. A fonte do jornal teria sido a chefia de Relações Públicas do Ballet. Dias depois da notícia, o periódico *Novedades* publica uma declaração de Amália Hernández na qual dissera à imprensa que a narrativa de Garro não servia, de acordo com a própria avaliação do diretor Marcel Camus, que teria classificado a obra como “anti-cinematográfica”. Na mesma semana, a escritora é convidada pelos dois jornais a expor sua versão dos ocorridos, oportunidade que aproveita para questionar as políticas culturais do governo.

Nos dois textos, que têm diversas similaridades, Garro expõe os impedimentos encontrados pelos intelectuais para a realização do projeto cinematográfico, dando destaque principalmente às contestações de Hernández, que teria vetado inicialmente a ideia de adaptar uma história sobre pessoas comuns dos povoados de San Miguel Allende e Guanajuato porque “*quería que yo en la historia de la película diera una versión ridícula sobre las costumbres sexuales del hombre mexicano*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014: 187). A reclamação sinaliza precisamente o incômodo com a falta de liberdade de criação e com a restrição dos discursos possíveis dentro da arte: o intelectual, para Garro, deveria poder observar, imaginar e produzir autonomamente. A cobrança que argumenta ter recebido, ao contrário, demonstra uma pretensão das instituições de reproduzir um único discurso sobre os objetos escolhidos para tematizar uma obra. Não há, no relato, um trabalho coletivo, a negociação entre os interessados: há imposição de uma ideia acima de outra.

Discordando do que afirma Patrícia Rosas Lopátegui, a polêmica – e o desconforto de Garro – não se dá pela insistência dos órgãos de cultura em retratar o nacional, em vez de se atentar a questões universais trazidas por Elena Garro. Embora exista, para a escritora, tal preocupação com os caracteres ditos universais (ou humanos), como já exploramos anteriormente, o elemento nacional, regional, local também tem enorme presença em sua obra. Assim, o impasse reside na disputa entre o que pode ser entendido como nacional e como popular. Essa tensão não ocorre dialogicamente, como um debate saudável de ideias, mas com a restrição da liberdade intelectual e artística.

Outro ponto levantado por Garro que correspondia a uma forma distinta de limitação da livre atividade do pensar e criar era a falta de recursos monetários para a realização do projeto. Como assinala a própria autora, o registro da obra no sindicato garantia o pagamento pela obra e resguardava sua propriedade intelectual. A realidade, no entanto, fora outra, já que a escritora declara à imprensa que Amália Hernández desviou do assunto até assumir que não havia recursos para remunerar os envolvidos. Seus protestos demonstram que Garro entendia o ofício intelectual como profissão e sustento, sendo incabível desejar a entrega de uma obra sem o devido pagamento por ela: *“Si no hay dinero, y se ha hecho un trabajo, y este se pide fiado, lo menos que se puede exigir el trabajador es cortesia”* (*Ibidem*, p. 185). Ademais, a escritora chama a atenção para o fato de que o ballet produziria, após sua saída do projeto, um filme exatamente com as mesmas características de sua obra, incluindo assunto, cenários e trama. Mais do que não viabilizar a produção da obra por seus idealizadores, a companhia pública estaria se apropriando indevidamente da produção intelectual de outrem.

Nesse sentido, infere-se que o pressuposto básico de liberdade para a produção intelectual se compõe da possibilidade imaginativa e criativa, que se respalda não só na capacidade e talento do autor, mas também nas condições materiais para realização de seu trabalho. Não foi apenas no imbróglio do ballet folclórico que Garro apontou a falta de investimentos em cultura por parte dos órgãos oficiais, não apenas das iniciativas que não reproduziam discursos e representações engessadas da cultura nacional: o problema da cultura e seu abandono durante os governos pós-revolucionários é um tema que reaparece em outros textos e que se liga, na opinião da escritora, à crise política e agrária mexicanas, como discutiremos nos capítulos seguintes.

Há apenas uma ressalva a ser feita sobre a valorização da liberdade no ofício do intelectual. Voltando a *Los recuerdos del porvenir*, é possível encontrar uma passagem na qual Juan Cariño, o político-letrado, usa a ideia de “livre pensar” como um defeito, uma postura corrompida. Sendo ele a representação da loucura e sensatez, uma figura que é repleta de virtudes e falha nos momentos em que deve agir, podemos nos questionar: o que significaria esta crítica?

Es una librepensadora... Son ellos que han vuelto el mundo tan horrible (...). La codicia del general es insaciable. Es un librepensador que persigue a la hermosura y al misterio. Sería capaz de tomar una medida persecutoria y provocaría una catástrofe. El hombre se perdería en un idioma desordenado y el mundo caería convertido en cenizas [...]. ¿Sabe usted lo que es un librepensador? Un hombre que ha renunciado al pensamiento (GARRO, Op. Cit., p. 63-64).

Duas hipóteses interpretativas saltam aos olhos quando nos encontramos com esse fragmento. A primeira é de que o “livre-pensador” a que se refere Juan Cariño é o liberal anticlerical extremo (pautas da Constituinte de 1917), que teria extrapolado as medidas de laicização do governo e transformado o regime em um instrumento de perseguição às expressões de fé fora do domínio privado e, com isso, se distanciara de valores pregados pela religião. Isso porque na formação e na obra de Garro, o discurso cristão é um elemento regulador da moral humana, que resguarda princípios admirados pela autora e encarnados alguns de seus personagens – como Juan Cariño, Felipe Ángeles, Loreto Rosales, Francisco Madero etc. –, dentre os quais se poderia mencionar a bondade, a honestidade, a coragem, a ternura, a sabedoria, o amor, a caridade, a humildade e até mesmo o martírio.

No *pueblo* de Ixtepec, a proibição das práticas religiosas resultara na eliminação da última instância que mantinha os habitantes vivos intimamente e civilmente, já que desempenhava o duplo papel de ser o ambiente de profissão de fé e, na ausência de espaços públicos de discussão e decisão coletiva, de integração social, o único lugar de convívio e socialização. A restrição da liberdade de credo é também a alienação da escassa convivência. Quando Ixtepec enfrenta a suspensão dos cultos e as ordens de submissão completa da Igreja ao Estado, o santuário se transforma em local de mobilização política.

El grito de los voceadores de los diarios que anunciaba la suspensión de los cultos religiosos atravesó mis calles, se introdujo en los comercios, penetró en las casa y puso en movimiento al pueblo. La gente salió a la calle, formó grupos y se dirigió al atrio de la iglesia. [...] ¿Qué haríamos sin ella, sin sus fiestas, sin sus imágenes que escuchaban pacientes los lamentos? ¿A qué nos

condenaban? A penar entre las piedras y a trabajar la tierra seca? ¿A morir como perros callejeros, sin una queja, después de llevar su vida miserable? (Ibidem, p. 157-159).

O “livre-pensador” de Cariño seria, portanto, não o libertário que defende os direitos dos indivíduos e do corpo civil, como se identificou muitas vezes Elena Garro, mas a radicalização do pensamento liberal clássico com foco no anticlericalismo. Transformada a postura laica em abolição da religiosidade dentro da sociedade, a sociedade mexicana perderia valores e princípios, na visão da escritora, e estaria fadada a se isolar cada vez mais, permanecendo distante dos espaços de ação e movimentação civil.

A segunda hipótese é de que este “livre-pensador” é o intelectual que não tem compromisso com a Revolução e, conseqüentemente, com o povo. Pensando apenas no que lhe interessa com o argumento da liberdade e autonomia completa de seu ofício, este pensador não sentiria necessidade de responder a qualquer urgência concreta por meio da reflexão. Ainda que representasse um discurso político e social, como o general Francisco Rosas, mencionado por Cariño, não tem apreço verdadeiro pelas vidas que povoam o mundo, fazendo da abstração seu deleite e nada mais. Essa leitura se liga a outro aspecto do fazer intelectual para Garro: o dever da crítica.

Na entrevista *Algo muy raro: un político habla de literatura* (1965), destaca a declaração de seu interlocutor, que afirma: “*Creo en la rebeldía como una forma viva del pensamiento. Creo que es una de las formas más puras de expresión. Los grandes sabios, los grandes escritores, los descubridores no han sido otra cosa que rebeldes*” (MADRAZO & GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit*, p. 457). Mais do que deixar a resposta na transcrição do diálogo, escreve um comentário no qual elogia a insurgência e o poder da contestação pelo pensamento e prática. Questionar desnaturaliza situações tidas como incontornáveis e desestabiliza certezas que, por vezes, são a única sustentação retórica de um poder tirano.

O intelectual, para Garro, deve ser crítico porque sem a avaliação criteriosa das elites culturais a Revolução se perde em superficialidades, aparências e busca por dominação. Mas a crítica não é somente sinônimo de oposição ou ruptura de certas medidas ou costumes: ela é também a leitura da realidade por meio da linguagem, do pensamento, das artes. No artigo *Los crimines se cometen en silencio* (1965), a escritora faz uma análise da cultura mexicana na década de 1960 e aponta uma série de atentados

contra a cultura, que alimentavam a violência, a falta de formação e letramento (artístico, linguístico e político) da população.

O texto comenta sobre duas categorias de artistas ou criadores: os “pais” e os “filhos”. A argumentação sugere que os primeiros são aqueles que criam mundos completos, desnudando a condição humana e seu destino, de modo que debatem questões universais e coletivas, deixando como legado sabedoria e reflexões existenciais. São fundadores de genealogias, escolas, corrente e ideias; criam a tradição. Entre eles, se incluiriam Goethe, Velázquez, Tolstói, Balzac, Rembrandt. Por sua vez, os segundos correspondem à rebeldia e contestação da tradição, isto é, a crítica. Suas obras não estariam dispostas a revelar o trágico fim do homem, mas contrariá-lo e reinventá-lo. Por meio da singularização e individualização, produziram trajetórias únicas e tocaram em questões particulares, a exemplo de Rimbaud, Hoelderling, Nerval, Kleist, Fitzgerald, Salinger.

Garro, no entanto, afirma que a intelectualidade mexicana não possui nenhum dos dois tipos de pensadores, porque foi incapaz de fabricar uma tradição sólida, reconhecida e compartilhada. Essa suposta ausência de referencial permitiu originalidade por parte dos letrados do país, mas resultou na falta de formação cultural nacional, criando um distanciamento entre os intelectuais e o público, que não os compreende. Além disso, aponta que muitas obras ruins sejam escritas por ausência de referências nacionais aos artistas, que tentariam romper com uma ordem que jamais se solidificara. Nesse sentido, o bom intelectual mexicano seria aquele que tenta ordenar, com sua visão e poética, a desordem do contexto artístico e do próprio mundo.

A crítica do intelectual mexicano, portanto, inclui a observação e análise do âmbito político público, fazendo enfrentamento às posturas e atitudes que reverberem negativamente na vida da população, ao mesmo tempo em que corresponde a uma leitura da realidade ancorada em ideias e teorias que auxiliem no ordenamento e compreensão do entorno ou, em outras palavras, que deem luzes e possibilidades a um país que, como sua cultura, se encontrava em caos, desconhecimento e confusão.

Quando se coloca diante da realidade e se dispõe a interpretá-la crítica e criativamente, o intelectual faria uma oposição contundente aos líderes que impõe seu poder por meio da violência, do autoritarismo e das exclusões, como era o caso mexicano na metade do século XX. Para Garro, um bom exemplo de crítica intelectual

engajada era o livro *Los falsos demonios*, do literato guatemalteco Carlos Solórzano. Nas palavras da jornalista, durante a entrevista realizada com o autor,

De tarde en tarde se escribe una novela; cuando esto sucede los escritores deben alegrarse. Especialmente los escritores que producen tantos “libros-periódicos”, destinados sólo a relatar hechos diversos en el lenguaje que corresponde a las segundas secciones de los diarios. Abrir un libro es abrir la puerta a la aventura; es ir de viaje hacia paisajes interiores e imprevistos. Entrar en Los falsos demonios es deslizarse, poco a poco, a un mundo inseguro (...). Su lenguaje fugitivo y a su propósito de no ser visto ni escuchado, como si la experiencia de entrar al mundo visible, activo y agresivo debiera pasar inadvertida para no provocar a los demonios (...), Solórzano trata de esquivar la grosería, la barbarie que amenaza a aquellos cuyos valores son los de la fuerza bruta (GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 381).

Solórzano parece concordar com Garro, ao declarar que o romance latino-americano da época não encontrara uma linguagem adequada para representar os próprios latino-americanos, como se tivesse medo de olhar a realidade que os cerca. *“Hablamos de héroes y heroísmo para olvidar que tenemos un destino de dictaduras y de dependência de dictaduras. La libertad se expresa en acciones” (SOLÓRZANO & GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 383).* A fala do escritor aponta para um entrelaçamento de liberdade, crítica, mirada para a realidade e comunicação com o público local. Esse último ponto é também um dos aspectos defendidos por Garro para o trabalho intelectual.

A escritora mexicana argumentava que era central uma ligação direta entre intelectualidade e população, mais do que com o Estado. O papel do intelectual no regime revolucionário passava necessariamente pela mediação entre povo e líderes, concretude e ideias, presente e futuro. O tema, que tinha lugar de grande importância no projeto político-intelectual da autora, aparecera desde suas primeiras publicações jornalísticas no México. Em 1959, a série de crônicas dissertativas publicadas em *Presente!* sob o nome de *Breve historia de Ahuatepec* narra um caso verídico de aproximação da autora aos problemas da população rural em Cuernavaca. O relato em primeira pessoa lança mão de memórias dos anos de 1956 e 1957 e documentação legal que acompanhou o ocorrido.

Nos quatro textos, há uma progressiva evolução dos acontecimentos que é, ao cabo, a própria vinculação da escritora, antes alheia ao debate, à causa agrarista em seu presente. No fragmento inicial, Garro nos apresenta um círculo de artistas e pensadores indignados com a situação do campo. A história do povoado de Ahuatepec, comentada por eles, comove a intelectual, quando se dá conta de que as leis e repartições públicas

não atendem às demandas dos necessitados. A publicação seguinte descreve o encontro entre o desconforto que atingira a escritora, ao tomar conhecimento da situação de Ahuatepec, e o clamor das vítimas de expropriações e perseguições, que procuram Garro para ajudá-la. A continuação se dá no texto publicado depois de uma semana, no qual conta sobre a conversa que tivera com os camponeses, que evidenciavam a falta de recursos para se proteger e reagir aos crimes encomendados por fazendeiros e autoridades locais. Nesse momento, a letrada parece tomar para si o problema e se reconhecer como mediadora que domina as dinâmicas políticas e, portanto, pode ajudá-los. Na derradeira crônica, escreve sobre a saga que viveu tentando recorrer a jornais para tornar pública a violência conhecida em Ahuatepec, acreditando neste meio de comunicação como espaço fundamental de debate de questões políticas e sociais. Embora fracassada no intento de publicar as histórias de sofrimento dos camponeses e com tom pessimista no desfecho, a narrativa parece subverter o insucesso por lograr o objetivo de veicular, dois anos depois, o ocorrido, que era apenas um exemplo de uma situação maior e recorrente no país.

A circulação da história que, afirmou depois na série *Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida*, repercutiu em todos os grandes periódicos da capital aponta para uma mudança nos interesses dos jornais e, principalmente, para uma espécie de convocação, por meio do exemplo, da intelectualidade mexicana se aproximar do restante da sociedade. A sequência de um incômodo intelectual com a realidade concreta, seguido por uma espécie de “chamado” pelos oprimidos – adquirindo propositalmente uma atmosfera quase mística –, que chega até a pensadora como responsabilização individual se transforma em um compromisso com o coletivo de colocar sua escrita à disposição dos que não são ouvidos, amplificando sua voz: compromisso que seria indissociável do trabalho de todo intelectual no México (pós-)revolucionário. Para Garro, tal ofício era, nos anos 1950 e 1960, uma via de mão dupla entre pensar e agir.

A ação de homens e mulheres de letras poderia se dar em três níveis distintos: receptivo, representativo e comunicativo. A dimensão de recepção existe em função da escuta, já que Garro acreditava que o intelectual mexicano deveria ouvir a população, especialmente os sujeitos mais vulneráveis, e amplificar sua voz nas esferas de poder das quais participava, fosse por meio da publicização de depoimentos e acontecimentos envolvendo estes grupos, fosse interferindo nas instituições públicas em favor dos

marginalizados. Como no caso de Ahuatepec, o intelectual seria um ouvinte sensível da situação popular e um ator que buscava colocar os problemas sociais no debate público.

Já a dimensão de representação corresponde à convicção de que o pensador deve também escrever sobre o povo em suas diversas obras, incluindo-o não apenas nos meios de comunicação, mas também na literatura, nos ensaios filosóficos, nas análises sociológicas. Na visão de Elena Garro, essa produção textual sobre “o popular” não deveria ser uma invenção ou idealização dos indivíduos – ainda que ela assim o faça em dados momentos – destinada a olhares estrangeiros, consumidores do mercado editorial latino-americano, ou a acadêmicos insensíveis à vida das pessoas representadas. Era preciso, em sua concepção, tratar do popular que se encontrava nas ruas, invisibilizado, todos os dias. Durante a polêmica do filme com o *Ballet Folklórico de México*, declarara em tom de defesa, mas também de reafirmação de um projeto intelectual que os personagens de seus contos e suas obras de teatro eram sempre populares (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 187). Na entrevista-resenha *El presidente de Carlos Solórzano*, analisa a produção artística mexicana como um grande apagamento das pessoas simples, dos homens e mulheres de carne e osso, sem romantizações que serviam à manutenção de regimes sangrentos e repressores que reivindicavam raízes populares e falavam supostamente em nome dos humildes:

Si revisamos la novela, la pintura o la poesía de nuestros países, encontramos un recargo de adjetivos, de figuras, de colores excesivos y una casi total ausencia de espacio. No es un descaso ni un gozo la contemplación de nuestros mítines pictóricos, el abigarramiento de adjetivos de nuestra poesía, o las situaciones barrocas, repetidas y conocidas de nuestra novelística. “Es una obra muy fuerte”, se dice [de Los dos demonios], y en el adjetivo “fuerte” se concentra la excelencia y virtud inherentes a la obra de arte, aunque ese adjetivo lo único que encubra sea la condición totalitaria del mural, del poema o la novela. [...] El barroco no es sino una hermosa forma del miedo, miedo de enfrentar el vacío por la desaparición de los antiguos dioses, para encararse con el hombre americano del siglo XX (...). El hombre común, excluido de este nuevo poder (...) queda reducido al terror diario de la policía, del crimen impersonal y del atropello cotidiano y colectivo (Ibidem, p. 381-384).

Esse bom intelectual, comprometido e socialmente conhecido, falava das pessoas simples, de situações ordinárias que, em sua banalidade, revelavam os problemas que foram esquecidos – ou ignorados – pelas repartições públicas, pelos ocupantes do poder, pelos grupos sociais privilegiados, pela história oficial. A insistência de Garro ao tratar, por exemplo, da concentração fundiária após uma ampla política de repartição de terras executada por Lázaro Cárdenas (1934-1940) é uma mostra de como a reflexão sobre os pressupostos do trabalho das elites culturais era, no

fundo, uma exposição de seu projeto intelectual. Por outro lado, ao defender seu ponto de vista sobre o ofício, a escritora não se submetia à própria crítica, tratando de sua produção como o registro da verdade observável e a tradução do pensamento Revolucionário. Sua leitura, entretanto, é permeada de filtros da experiência e formação que, se por um lado são capazes de identificar questões e incômodos ignorados por parte da intelectualidade do momento, por outro reproduzem juízos de valor de seu próprio tempo.

No que tange a representação do povo, a autora construiu personagens complexos e contraditórios de todos os setores sociais e identidades, dando humanidade e pluralidade a eles, que na literatura ou mesmo nos jornais haviam sido tratados como seres de mesmas características, analisáveis como conjunto homogêneo, mas quase nunca como sujeitos. Quando destacados individualmente, simbolizavam toda uma classe ou grupo identitário. Ao advogar por universalidade na produção intelectual, Garro abordou questões humanas em seus personagens, fossem eles de camadas dominantes ou marginalizadas. Nos romances e peças de teatro, nos contos e artigos, há gerais violentos, assim como frágeis; há camponeses que sofrem com pobreza ou perseguições e camponeses que se levantam contra o governo; há mulheres boas, más, incoerentes; há trabalhadores singelos, gananciosos, visionários, controladores... Há vida em seus personagens, porque representar “o popular” era sinônimo de encontrar singularidades nas multidões²⁹.

Se Garro julgava o mural totalitário, é porque este representa massas de homens e mulheres muito parecidos – e por que não indistintos – em sua narrativa. Se dizia que os adjetivos e artifícios retóricos enfeitam para construir pessoas e situações excepcionais, é para distanciar aqueles que produzem arte e pensamento daqueles que são seus objetos. Elena Garro iguala público e personagens ao humanizar estes últimos com características que criam identificação entre o leitor e eles. Autora que acredita no direito universal, consegue expor conflitos, opressões e diferenças a partir do particular

²⁹ Ainda assim, é importante ressaltar que, como mulher de seu próprio tempo e cercada de privilégios, as intenções de se aproximar mais da população comum com um olhar mais genuíno e respeitoso nem sempre foram suficientes para livrá-la de falas simplistas e reducionistas. Como discutiremos adiante, no capítulo 3, a questão racial é particularmente um entrave para a autora, que não é capaz de distinguir uma condição de classe (pobre) de uma situação sócio-espacial (população rural) de um dado de raça (indígena). Embora as categorias coincidam em muitos casos, a pensadora planifica e equivale os três caracteres, tratando de maneira confusa – e às vezes errônea – os sujeitos destes grupos, chegando a desqualificar políticas e instituições de estudo e proteção aos indígenas, nos artigos *El Instituto Indigenista* e *Los desalojados de Oaxaca*, ambos de 1967.

e do compartilhado, sensibilizando – e não despertando compaixão ou pena – seu público, quando representava o povo mexicano.

Desse modo, alcança a dimensão da comunicação, já que direcionava seus textos não apenas ao público urbano e erudito dos grandes centros, mas também às centrais campesinas, aos pequenos *pueblos* do interior, às organizações sindicais. Dialogar com as elites urbanas por meio de reportagens ou de ficção transformava sua produção em um modo de converter silenciamentos em gritos de protesto. Para os grupos que apareciam em suas obras, era uma maneira de pautar – com suas entrevistas, relatos e cartas – questões que não encontravam acolhimento nos ambientes tradicionais aos quais recorriam, como os palácios de governo e comandâncias de polícia. Garro não foi uma redentora ou uma missionária, porém é preciso lembrar que em um contexto de autoritarismo e violência, não são todos os que gozam da prerrogativa de falar o que pensam sem grandes represálias. Ainda mais considerando que expor tensões era, para o regime, uma afronta, já que produziu “*una retórica de la concordia, llamada a mitigar los enfrentamientos particulares y garantizar la estabilidad del (...) orden. La nota mayor del nuevo orden es la reconciliación del país en la nacionalidad revolucionaria*” (AGUILAR CAMÍN, 2018, p.66).

O compromisso do intelectual, pois, era se utilizar de seu privilégio para veicular as ideias populares, amplificando a voz dos marginalizados e, conseqüentemente, dando caminhos para seu ingresso na esfera pública que lhe fora alienada. O pensador não deveria ser um Tomás Segovía, personagem rico e douto ironizado pela autora em *Los recuerdos del porvenir*, que acredita que a poesia está abandonada porque “*éste es un país de analfabetos*” (GARRO, *Op. Cit.*, p. 28): antes, deve ouvir a poesia das ruas e campos e transformá-la em fala nos livros e periódicos.

Incluir realidades e perspectivas implicava em ampliar os participantes da vida pública e em agregar outros discursos à reflexão intelectual e, conseqüentemente, ao debate político. Correspondia, assim, a uma noção de pensamento e ação que estavam baseados na pluralidade de ideias, um ponto muito importante para o trabalho de Elena Garro. Na mesma linha da defesa de direitos, liberdades e individualidades, a autora acreditava que era fundamental resguardar as diferenças de olhar e compreensão da realidade. Desse modo, a coletividade e a produção intelectual só poderiam existir plenamente com as diferenças de ideias.

Mesmo que criticasse duramente as posturas políticas e acadêmicas de líderes governamentais, figuras históricas e grupos culturais, não deixava de lutar pela possibilidade de concepção e expressão de interpretações e ideias diversas no espaço público. Analisando os efeitos de história – e presentes – livre de confrontos e disputas, “sem fissuras”, “terreno fraterno de concórdia” como o discurso do PRI entre os anos 1940 e 1960 produziu (CAMÍN & MEYER, *Op. Cit.*, p. 214), Garro comenta em “*Carlos Madrazo y la izquierda mexicana*” (1966): “*Es peligroso seguir una política unilateral, privada de diálogo y polémica. Muchas voces, la mayoría, se quedan fuera de la posibilidad de ser escuchadas*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 471).

Uma rápida viagem a Ixtepec nos leva a outra face desse argumento. No povoado em crise, a figura do general Francisco Rosas, representante da Revolução, assombra os habitantes e aniquila qualquer intento de contradição social. O elemento desestabilizador é justamente o estrangeiro Felipe Hurtado, que apresenta uma crença e um modo de vida completamente novos no *pueblo*. A coerência e autoritarismo de Rosas mortificam; as questões e contradições de Hurtado devolvem vida e pensamento a Ixtepec. Como ele, o intelectual deve se opor às ideias únicas, imposturas, pacificadoras.

Todo mi esplendor caía en la ignorancia, en un no querer mirarme, en un olvido voluntario. Y mientras tanto mi belleza ilusoria y cambiante se consumía y renacía como una salamandra en mitad de las llamas. En vano cruzaban los jardines nubes de mariposas amarillas: nadie agradecía sus apariciones. La sombra del general Francisco Rosas cubría mis cielos, empañaba el brillo de mis tardes, ocupaba mis esquinas y se introducía en las conversaciones. Quizá el único que me apreciaba era Felipe Hurtado y el único que sufría por la inercia en que habían caído mis gentes (GARRO, *Op. Cit.*, p. 118).

Garro procura demonstrar, então, que nos anos 1950 e 1960, não é a unicidade narrativa e interpretativa imposta pelos governos priistas – em busca de coerência e coesão social, demonstrando a força dos ideais por meio da retidão e infalibilidade de suas ações – que solucionará os problemas da realidade. Ao contrário, é trabalho do intelectual, próximos aos mais sofrendores e tocado por um ideal de liberdade ampla e irrestrita, olhando para as cisões e abismos deixados pelo curso da história que fará triunfar a Revolução. Ela, aliás, deveria ser o norte dos intelectuais do país.

As elites culturais não podiam, em sua visão, abandonar ou ignorar o movimento que pulsava visceralmente entre os mexicanos, que desnudara seus anseios e eclodira como esperança de um novo pacto social. Era preciso que, ainda para criticá-la, o

intelectual estivesse alinhado à causa revolucionária e conhecesse a fundo seu processo de formação. Incomodava-lhe, sim, o descompasso entre o discurso revolucionário – no passado e no presente – e as práticas dos governos: cabia, portanto, ao intelectual pensar e atualizar a Revolução, recuperando seu sentido original e atribuindo-lhe novos, para realmente mudar a vida das pessoas. Assim sustenta na reportagem *El problema agrario sigue en pie después de 50 años de Revolución* (1965):

Los problemas evolucionan con el tiempo. La situación económica, demográfica, cultural y política de México ha variado en cincuenta años (...). La Revolución mexicana resulta anticuada ideológicamente frente al nuevo planteamiento de las revoluciones modernas (...). La solución romántica de la revuelta al grito de “¡Tierra y Libertad!”, puede producirse otra vez si no se da rápidamente una solución moderna a la vieja Revolución mexicana; si no se replantea el problema agrario desde bases más modernas. Evadir el problema, con frases y declaraciones que sólo tienden a encubrir la protección de intereses de una clase muy pequeña, significa la quiebra entera de la economía y política mexicanas (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 440).

Garro é incontornável: os intelectuais deviam pensar a Revolução e deviam estar conscientes da realidade fora de suas bibliotecas. Para ela, a mudança não se faria, nos anos 1950 e 1960, com a repetição automática de jargões e palavras de ordem, mas com tintas sobre o papel, com diálogo e escuta, com debate público. Era o momento de voltar às bases de 1910, compreendê-las e reformulá-las à luz das urgências de cinco décadas. Mas, para aqueles que se diziam intelectuais de esquerda, não se podia deixar de defender essa Revolução, que não se encarnara em políticos profissionais, burocratas ou símbolos nacionais e sim nas ideias e rostos da população geral. Defender a Revolução, dizia Garro, era defender a democracia e, por conseguinte, todos os princípios do trabalho intelectual e de uma vida mais digna: liberdades, direitos e ação pública.

1.4 As palavras e as ações

Há outro discurso interessante na produção intelectual de Elena Garro que oferece pistas para compreender o cenário cultural e político do México em meados do século XX: a íntima relação não só entre economia e política, como visto anteriormente, mas a integração entre política e cultura. A criação artística estaria imbricada no fazer político, de modo que tanto os intelectuais estavam no centro da leitura e intervenção da realidade – ou idealmente, para ela, deveriam estar –, quanto a base de uma política

ética e popular residia no reconhecimento e construção de uma cultura sólida, unificadora e educadora.

No primeiro artigo da série *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida* (1964), por exemplo, a intelectual produz uma relação entre cultura – “*una conducta, una manera de ser*” –, identidade “*común a todos los ciudadanos*” – e moralidade – “*produce una conciencia y una responsabilidad colectiva*”. Por meio dessa articulação, a sociedade se entenderia como um corpo único – metáfora clássica dos filósofos políticos modernos – e assim poderia se apropriar das mazelas que atingiam partes da população mexicana e torná-los compartilhados pelos membros da sociedade civil e de seus representantes. A realidade mexicana, todavia, parecia diferente desse modelo: “*un país es un país cuando forma un solo cuerpo vivo e indivisible (...). Pero en América Latina, gracias a las castas coloniales, existe un desmembramiento tal, que lo que les sucede a los de abajo es como si no sucediera o si sucediera en otro planeta* (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 310).

No texto citado, a autora insiste que a falta de cultura dos governantes implicaria em um desleixo estatal com o assunto, deixando-a sem incentivo, sem investimento e resultando na geração de uma população inculta. Políticos, pensadores e pessoas comuns teriam melhores instrumentos de ação na esfera pública, portanto, quanto mais acessassem espaços, produtos e expressões culturais. O desenvolvimento das ideias era a raiz da reflexão coletiva e saída para os problemas enfrentados nos anos 1950 e 1960, como a miséria, o desterro, a concentração de terras, a falta de transparência governamental, o autoritarismo. Dito de outro modo, Garro defendia que a formação literária e filosófica compreendia o motor da política e um elemento de sua valoração.

Isso porque os textos de Garro sinalizam uma defesa das ideias como alicerces para a ação, dinâmica que, na análise da autora, era pungente nos conflitos de 1910 e se perdera nas décadas seguintes, especialmente a partir da década de 1940, com os mandatos presidenciais de Manuel Ávila Camacho (1940-1946) e Miguel Alemán (1946-1952), que procuraram consolidar o poderio do regime por meio do discurso memorialístico e da noção de Revolução permanente e inconclusa, um legado parcial do governo Lázaro Cárdenas, com decréscimo sensível nas políticas públicas – como a reforma agrária, a expansão do sistema educativo, a promulgação de direitos e conjuntos

de leis para grupos de trabalhadores e sindicatos – encampadas pelo popular general que governou o país entre 1934 e 1940.

Nesse sentido, a escritora argumentava que os bons políticos mexicanos foram aqueles que mais se aproximaram das formas originais da Revolução, isto é, da assistência ao povo por meio da elaboração e discussão de ideias que respondessem adequadamente aos problemas da realidade concreta. O político bem formado, de profundos conhecimentos em áreas diversas, que dominava as tradições culturais de sua nação e outras era capaz de confrontar experiências e buscar caminhos plausíveis para a condução da política. Ao contrário dos políticos vorazes, pouco familiarizados com a história e a arte de seu próprio país ou as ditas “universais” – conceito usado por Garro, á época –, eram capazes apenas de proferir as mesmas palavras desgastadas dos discursos prontos e se usar da brutalidade para aterrorizar a população e se manter no poder. Era desse segundo modo, contudo, que a autora lia e caracterizava não apenas os presidentes priistas, como também uma ala relevante do partido e uma série de secretários e chefes de repartições públicas, como Norberto Aguirre Palancares, chefe do Departamento Agrário em 1965; Celestino Gostiza, diretor do INBA; Arcadio Nogueira, secretário geral do Departamento Agrário e outros tantos.

O político, então, teria um fazer similar ao do escritor, na medida em que lhe cabia decodificar a vida social e se utilizar de um arcabouço teórico e cultural que se encontrava na literatura e na filosofia, a fim de criar soluções para as demandas do povo. Essa aproximação entre intelectuais e políticos é notada na coluna *Los crimines se cometen en silencio* (1965) e a entrevista comentada *Algo muy raro: un político habla de literatura* (1965): nas publicações, Garro expõe similaridades em seus trabalhos e modos de fazer. Em nossa visão, ao dissertar sobre os dois campos destacando os aspectos que pertencem a ambos, a intelectual atribui à política um lugar, assim como a arte, de espetáculo, imaginação, olhar voltado à realidade e às pessoas, de fundar ou romper tradições, discutir problemas, tratar de questões humanas, pensando o coletivo e o subjetivo e, enfim, mobilizar o público, despertando paixões e reflexões racionais.

Se, para Garro, os dois ofícios coexistem e compartilham traços marcantes, a boa política não se faz desligada da produção intelectual e artística, da mesma forma que a intelectualidade não sobreviveria sem estar entranhada na política. Esse argumento é de extrema força, por convocar os grupos de pensadores mexicanos aos debates mais

urgentes de sua nação. Várias ocasiões foram marcadas pela insistente voz da escritora mexicana pedindo atenção dos jornais, literatos e círculos de pensadores: motins no campo, ocupação de escritórios do governo, passeatas estudantis, greves operárias e outras mobilizações que demonstravam uma insatisfação enorme da população se arrastando desde a década de 1950 e se contrapunham à ideia de que o governo autoritário do PRI permitia que apenas inimigos autorizados se manifestassem contra o regime, com o objetivo de incorporá-los às fileiras do partido ou de manter uma ideia de democracia no território. Ao contrário, as reclamações populares, nem sempre noticiadas e debatidas pelos meios de comunicação e intelectuais de destaque, eram mostras de um grito repetidamente sufocado pelo que Garro classificou como “*el poder absoluto de una camarilla de pseudo intelectuales que no tienen nada que ver con el pueblo*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 312).

Em vez de encarar os clamores populares como ameaças à estabilidade e ao poder, principal visão sobre as agitações vividas na metade do século, a intelectual indicava como saída a utilização da energia despendida pelos setores sociais para levar os assuntos às instituições oficiais responsáveis, às capas dos periódicos, às páginas dos livros. Intelectualidade e política em cooperação possibilitariam a construção e apresentação de sujeitos modelares que inspirariam o coletivo a agir, assim como atrairiam o povo para o cenário de atuação, projetando ideias e emoções que traduzissem as experiências cotidianas (*Ibidem*, p. 458).

Apesar de preencher suas publicações com críticas e questionamentos aos intelectuais, sugerindo uma ausência de pensadores que assumissem tal postura no México ou mais amplamente na América Latina, alguns textos trouxeram a público sujeitos admirados pela autora. Aqueles que julgava bons intelectuais, mas ainda mais relevante, os que mantiveram correspondência ativa com a autora, concederam-lhe entrevistas, renderam-lhe resenhas de obras e tornaram-se, em alguma medida, parceiros intelectuais de Elena Garro.

É possível citar como exemplos Guadalupe Amor e Rosario Castellanos, suas companheiras de trabalho na *Revista Mexicana de Literatura*, as quais classifica como destaques do romance mexicano nos anos 1950 em diversas entrevistas e também na resenha *El pro y el contra de una escandalosa novela* (1958). Ao lado delas, emerge no mesmo texto, a figura de Jorge Luis Borges, contista e ensaísta argentino descrito por

Garro como voz crítica e sensata das avaliações literárias no continente, junto ao grupo *Sur*. Os intelectuais da revista ganharam o apreço de Garro por seu projeto cultural, bem como a postura de oposição à política de Juan Domingos Peron, personagem que era lido por Garro como um dos tantos representantes da manipulação popular e sustentação do poder pessoal em benefício próprio, como afirma em *Javier Rojo Gómez: contra uma política suicida/II* (1964):

[los] intocables de América Latina (...), Perones, esos seres solitarios, rodeados de pistoleros, provenientes de Venezuela, de Cuba, de Argentina, de Colombia, de Santo Domingo, etcétera. Su vida vagabunda y destartalada es la imagen y el resultado de una conducta que ha durado varios siglos. (...) Se comen sus millones en silencio (Ibidem, p. 315).

Se Garro afirma em tal artigo que nesses grupos falta “Perones” mexicanos, também defende que não é necessário abrir espaço para sujeitos deste modelo na política nacional. A ligação com os escritores argentinos foi fundamental para que Garro olhasse uma experiência externa e refletisse sobre sua própria, repensando as formas políticas assumidas pela Revolução. Não apenas por meio das publicações literárias e críticas do grupo – dentre as quais Garro esteve presente, a exemplo da coleção de 1965 de *Antología de la literatura fantástica* –, como também pela troca de cartas e análises textuais entre os intelectuais, com foco em José Bianco, Adolfo Bioy Casares e Victoria Ocampo³⁰.

O engajamento político que aproximou Garro e *Sur* não se restringiu a tal relação: a escritora também tinha como referências de intelectuais compatíveis com sua ideia de pensadores comprometidos e de qualidade outro nome nacional, o de Elena Poniatowka. Também membro da *Revista Mexicana de Literatura*, compartilhava com Garro o trânsito entre ficção e jornalismo, bem como o comprometimento em movimentos e causas sociais. As duas Elenas se misturaram aos anônimos da cidade e do campo, em busca de histórias que narrassem um México profundo e esquecido pela narrativa heroica da Revolução permanente. Um desses momentos é relatado por Garro em *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/III* (1964), artigo de debate sobre a questão agrária e a pobreza nas áreas rurais:

Elena Poniatowska, distinguida periodista, me hizo el honor de hacerme una entrevista para la revista Siempre! En dicha entrevista me formuló varias preguntas, las cuales contesté de acuerdo con mis convicciones. Pero mis

³⁰ A listagem de ampla correspondência entre o grupo e Elena Garro pode ser consultada em: *Firestone Library* (Princeton University), Elena Garro Papers. Conferir: <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/tt44pm881>. Acesso em: 01 jun. 2021.

convicciones hirieron tan profundamente a los redactores de Siempre!, que éstos le pidieron al director del semanario que no publicara la entrevista. Entonces, Elena Poniatowka llevó la entrevista a Hoy, y allí aceptaron publicarla a condición de mutilarla (...) ¿Cuáles eran esas opiniones que hirieron tan profundamente a los colaboradores (...)? (...) una comparación que yo establecía entre la Revolución cubana y la Revolución mexicana, en la cual esta última resulta favorecida (Ibidem, p. 318).

No episódio, a procura fracassada por um periódico que veicule a entrevista entre Poniatowska e Garro se frustra pelo conteúdo que ambas apreciavam e buscavam postular no debate público: a permanência dos problemas sociais no México, a urgência de chamar a atenção do público geral para o tema e as barreiras encontradas dentro do próprio meio intelectual para um debate crítico dentro das próprias balizas da Revolução Mexicana. Não que fosse o único caminho ou o mais correto a se seguir, já que tal discussão resulta irrelevante para o campo da historiografia, mas a existência de entraves nos próprios meios de publicação intelectual, como os jornais, sinalizam uma espécie de hegemonia de oposição aceita nos meios políticos.

Como buscamos argumentar, Garro via o intelectual como uma figura que assumiria o caminho do meio entre a reprodução acrítica do discurso revolucionário desenhado ao longo de décadas pelo partido da Revolução e a difusão de ideias de esquerda importadas de teorias europeias, como o marxismo. Os polos da política – e, dentro dela, da produção de pensamento – são representados por Garro e seus parceiros intelectuais como lugares dominados por duas posturas contrárias, sem possibilidade de negociação ou flexibilização entre os grupos que combatiam as práticas autoritárias e promotoras de desigualdade que se viam nos governos pós-revolucionários.

Tomada por esses incômodos, a escritora se aproximou, ainda, de dois outros intelectuais com quem se correspondeu, propôs entrevistas e tornou-se leitora da obra: o cubano Roberto Fenández-Retamar e o francês Régis Debray, escritores vinculados a grupos populares e revolucionários de Cuba e Bolívia. O primeiro despertara interesse na autora durante a entrevista *Roberto Fernández Retamar: Poeta entrevistado e imprevisto* (1967), ocorrida durante um encontro entre diversos intelectuais cubanos, mexicanos e argentinos, dentre os quais estavam presentes José Bianco, Alejo Carpentier, Lisandro Otero, Nicolás Guillén e Ernesto Cardenal. Garro demonstra surpresa ao se deparar com um escritor partidário do regime cubano cuja postura intelectual não tornava sua produção artística engessada por premissas doutrinárias;

antes, bebia nelas para uma avaliação crítica da experiência política cubana, contrastando com outros escritores familiares à autora:

El mundo moderno, dividido en dos campos, ha dividido al pensamiento y delimitado, cada vez más, el antes abierto campo de la imaginación. El lugar común, las soluciones dadas de antemano, las fórmulas aplicadas mecánicamente, eliminan la posibilidad de lo imprevisto y la ocurrencia de milagros cotidianos. La presencia de los poetas actuales casi siempre es irritante, ya que han cambiado el peligroso ejercicio de la belleza por el aparatoso y aparente peligro de una carta política. Tal vez no valga la pena conocer a los poetas y, muchas veces, ni siquiera leerlos. Conocer a Roberto Fernández Retamar, poeta cubano y representante de un régimen decididamente político, ha sido una experiencia desconcertante (Idem, p. 386).

A conversa com Retamar, comentada por Garro na publicação preparada para *Siempre!*, versara sobre literatura, política e, principalmente, sobre o lugar da Revolução na intersecção entre elas. Ao discutirem poéticas e experimentações estéticas, os dois intelectuais, alinhados a movimentos revolucionários distintos, parecem concordar com a importância do olhar para a realidade do povo em que se inserem e a necessidade da imaginação como instrumento de liberdade, atributos do “intelectual ideal” de Garro e guias para sua própria produção – e, como sugere, para a de Retamar:

Su actuación en la Casa de las Américas lo señala como a un joven y nuevo tipo de revolucionario que se inventa en Cuba y que finalmente se extiende por toda la América Hispana. Un revolucionario abierto al pensamiento, sin miedo a la palabra ni a la acción que implica la palabra misma (Ibidem, p. 388).

O apreço pelo escritor, como nos outros casos, advém principalmente da capacidade de dialogar em meio às divergências e do entendimento da atividade intelectual como trabalho plural, livre e comprometido com a realidade social. O encerramento da entrevista é marcado pela descrição de artista e obra como “*la misteriosa realidad cotidiana*”, o que certamente era um elogio ao poeta. Como Retamar, o pensador que observa e participa do mundo concreto era, para Elena Garro, representante de um grupo que conseguiria, concretamente, tornar a América Latina mais justa e liberta de posturas violentas e repressoras das elites políticas. Outro nome que simbolizava essa luta intelectual era, no mapa elaborado por ela, Régis Debray.

Nascido na França, o filósofo e ensaísta vivera entre Paris e a América, nos anos 1950 e 1960. Com passagens pela Bolívia e por Cuba, se dedicara a acompanhar e estudar movimentos políticos populares, com especial interesse pela temática revolucionária. Não foram as trajetórias e objetos de investigação similares, no entanto, os únicos fatores que levaram Elena Garro a se voltar para Debray. Em maio de 1967,

Debray e outros dois pensadores que trabalhavam como jornalistas, George Andrew Roth e Carlos Fructuoso, foram desaparecidos e mantidos em cárcere pelo regime militar boliviano. A perseguição deliberada à intelectualidade não era um assunto novo na produção de Garro e as formas violentas de repressão eram frequentemente abordadas em seus textos.

O caso Débray tomou as páginas do trabalho de Garro durante três meses de publicações em *Sucesos para todos*, no ano da prisão do estudioso. Nos cinco textos dedicados a ele, empreendeu análises duras sobre as tendências políticas na América Latina, advogando pela democracia e rechaçando o cerceamento dos intelectuais na época. No primeiro artigo que escreveu, intitulado *Regis Debray o “cuando oigo la palabra intelectual saco mi revolver y disparo...”* (1967), afirmou: “*Nadie más tenebroso para un gorila que un intelectual, y cuanto más brillante, más aumenta su peligrosidad en esas obtusas cabezas*” (*Idem*, p. 527). Como se falasse do imbróglio para combater o desprezo e medo do governo pelos pensadores de seu próprio país, a escritora ressaltava as ameaças vividas por pensadores de todo o continente frente aos insistentes regimes que denominava totalitários, vigentes na América:

Régis Debray resulta altamente sospechoso para la lógica de los hombres en el poder de Bolívia, que no es otra que la ya muy conocida llamada de Göring: ‘Cuando oigo la palabra intelectual saco mi revólver y disparo’. Ante esta peculiar manera de pensar, Régis Debray está condenado a muerte de antemano (Ibidem, p. 529).

Por outro lado, os artigos não constituíam uma confissão de temor e angústia das elites culturais, embora apontassem explicitamente a violência sofrida por elas: mesmo com as perseguições e acuamentos, chamava a atenção não apenas para o autoritarismo estatal, mas também para a importância da reação contínua e incansável dos escritores e artistas. Ressaltando o trabalho de Debray, argumentava que sua persistência em refletir e analisar o presente seria, como outros que se dispusessem a essa tarefa, o meio de transformação do continente, solucionando seus problemas com novas soluções – hipótese que sustenta tanto no texto supracitado, quanto em outro, publicado três semanas depois, sob o nome de *Regis Debray, ejemplo para América* (1967)³¹:

Como resultado de sus estancias en Bolivia, Debray llegó a la conclusión de que la Revolución encabezada en dicho país por el MNR era la primera revolución obrera en la América Hispana. Fascinado por los problemas, la

³¹ O texto foi recortado e republicado parcialmente no Chile no mês seguinte pela revista de esquerda *Punto Final*. Conferir: **Punto Final**. Chile, n. 35, agosto/1967, p.19.

miseria, la humillación y el crimen a que están sometidos los países de Sudamérica, Régis Debray regresó a este continente en 1965 (Ibidem, p. 527).

La vida de Régis Debray, teórico, ensayista y periodista es ejemplar. Debray no tenía ninguna misión política que cumplir en Bolivia. Régis estaba allí como pensador, para confrontar sus ideas con las realidades (Ibidem, p. 532).

(...) decía que si América Latina necesitaba teoría, Europa necesitaba acción. Debray es lo contrario de un ingenuo, al mismo tiempo que pertenece a la raza de aquellos que no olvidan jamás la mirada de un niño hambriento (Ibidem, p. 533)

Ainda que valorizasse a ação individual, aspecto recorrente em sua obra, Elena Garro ressaltava, no caso Debray, que a mobilização coletiva poderia alcançar impactos muito maiores. Os escritos do francês geravam debate e provocavam os poderosos bolivianos, mas sozinho acabara submetido às forças que confrontava. Em sua leitura, Garro sustenta que um esforço intelectual conjunto seria a única forma de dar repercussão e trazer indignação ao caso, ao mesmo tempo em que seria, a longo prazo, o mecanismo de combate e desconstrução de uma tradição autoritária que acreditava existir nos países latino-americanos. É possível destacar essa posição em *Régis Debray, ejemplo para América (1967)*:

Mientras crece la estatura espiritual del jovencito francés, la estatura de los dos policías bolivianos se rebaja penosamente hasta alcanzar límites en verdad lastimosos. Los hispanoamericanos vivimos perpetuamente avergonzados por estos ejemplares ridículos y sanguinarios que nos sitúan en el ámbito internacional como países de cultura altamente subdesarrollada. Es necesaria una total revisión de nuestros valores para abolir, para siempre, al gorila entorchado (Ibidem, p. 531)

Também em um texto posterior, *Los católicos con Régis Debray (1967)*, reaparece o apelo aos outros pensadores, para que atuassem na situação, mas indicava, na contramão, os limites dessa iniciativa, impostos pelos meios de comunicação que respondiam aos interesses de grupos de poder autoritários na Bolívia e no México:

(...) el caso Debray no es un caso de política tendenciosa, sino un caso que concierne a la democracia de toda la América, ya que ningún país puede violar abierta y públicamente los derechos y libertades que suscribe la Carta de los Derechos Humanos y pertenecer a las Naciones Unidas. El derecho y la obligación de las clases pensantes mexicanas era, pues, hacer un llamamiento a la opinión pública para que esos derechos se cumplieran en Bolivia (Ibidem, p. 534)

Los intelectuales mexicanos, ante este hecho contrario a nuestra manera de ser, enviaron cartas de protesta a los diarios de México. Estas cartas no fueron publicadas por aquellos rotativos que difieren de la opinión democrática oficial y nacional, que apoya la dignidad del hombre, la libertad de expresión y los derechos humanos (Ibidem, p. 534)

O impasse vivido por Debray e comentado por Garro evidencia alguns dos embates da intelectualidade latino-americana nos anos 1950 e 1960, contexto que produziu novos governos ditatoriais ou o acirramento de regimes antigos com traços autoritários e violentos, como era o mexicano. Os intelectuais admirados por Garro correspondiam a seus ideais de pensador e se engajavam nos problemas nacionais ou continentais, o que, muitas vezes, rendia uma série de represálias que impactavam a opinião pública: *“si los demócratas se atrevían a protestar por el trato salvaje al que ha sido sometido por un régimen militar a todas luces reprobable, corrían el riesgo inmediato de ser calumniados como activos agentes de la subversión de izquierda”* (Ibidem, p. 534)³².

Mesmo assim, a necessidade de manter ativa uma oposição organizada em diversos âmbitos da vida cívica, como as Centrais de trabalhadores ou intelectualidade, é ressaltada pela escritora como meios para combater e minar a violência estatal, reconstruindo um regime revolucionário diferente. Iniciativas como essa produziram, de fato, resultados que paulatinamente contribuíram para o desgaste do monopólio político do PRI amparado pelo uso da força e da censura: *“las grietas del autoritarismo mexicano postrevolucionario no son nuevas. Resultaron muy visibles las dejadas por el movimiento insurgente de los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y por el movimiento de 1968 de reivindicación de la democracia”* (MEYER, 2008, p. 57).

1.5 O poder revolucionário das palavras

Elena Garro escreveu, em vários textos de ficção e jornalismo, sobre o papel do intelectual, deixando considerações a respeito do que julgava ser um conjunto de atitudes desejáveis a esse sujeito dentro da sociedade e na esfera pública. Essas análises, contudo, não foram desprovidas de outra reflexão: o potencial das palavras – isto é, das ideias e livros elaborados – na ação política, na intervenção da realidade. A Revolução pensada por Garro é branca e preta, permeada por imagens, opiniões, utopias, porque nela teoria e *práxis* caminham juntas. A ação se inscreve no papel como as letras saltam para a realidade. A crença no poder da escrita é a principal responsável por dar destaque, em sua obra, à figura do intelectual.

³² Retirado do artigo *Los católicos con Régis Debray*. Publicado em *Sucesos para Todos*, em 15 de julho de 1967.

No período pós-revolucionário, o poder das palavras, para a autora, é o de recuperar o caráter revolucionário primeiro e ser um lampejo de liberdade diante de um regime que assumiu formas violentas, autoritárias e repressivas. Se a ação é constantemente minada, se o espaço público é limitado, o lugar da produção intelectual e imaginativa permite transcender as barreiras da experiência política e germinar novas ideias. Para isso, meios como a imprensa, os círculos literários e as revistas culturais se apresentavam como ambientes privilegiados para a agência de literatos e pensadores no contexto pós-revolucionário.

Os espaços de produção periodística e literária eram igualmente caros à escritora, que circulou entre ambos. Suas obras sinalizam que o discurso que constrói a respeito da Revolução e seus sujeitos passa, necessariamente, pela atuação dos intelectuais nesses meios, com papéis distintos, todavia, complementares. Ainda que articule uma escrita jornalística à narrativa de ficção, transpondo elementos de uma na outra – como a criação de uma prosa embasada em documentação histórica e trabalhos de campo ou a redação de artigos e reportagens com metáforas, descrições de cenários, tramas entre personagens e relatos em primeira pessoa –, Garro demonstra uma admiração pela natureza diversa das duas escritas e suas funções sociais.

O jornalismo, por exemplo, é representado em *Los recuerdos del porvenir* como um veículo de informações que poderia ser a esperança de boas notícias que demonstrassem uma mudança no cotidiano violento vivido pelos habitantes de Ixtepec, mas que acaba trazendo desalento para a comunidade, uma vez que apenas replica os horrores já conhecidos pela população.

Todos los días, a las seis de la tarde, llegaba el tren de México. Esperábamos los periódicos con las noticias de la ciudad como si de ellas pudiera surgir el milagro que rompiera el hechizo quieto en el que habíamos caído. Pero sólo veíamos las fotografías de los ajusticiados. Era el tiempo de los fusilamientos. Entonces creíamos que nada iba salvarnos. (...) A veces el tren no llegaba en varios días y corría la voz “¡Ahora sí ya vienen!” Pero al otro día el tren llegaba con sus noticias y la noche caía irremediable sobre mí (GARRO, 2003, p. 35-36).

Contrapondo essa imagem do que seria o jornal típico, Garro apresenta na própria estrutura de seus textos um outro tipo de jornalismo, com ampla busca de fontes, informações e documentação comprobatória que respaldava argumentos e procurava trazer ao conhecimento do público indivíduos e instituições envolvidas nos acontecimentos do período. Talvez o texto mais emblemático da escritora, nesse

aspecto, fosse a extensa reportagem *El problema agrário sigue en pie después de 50 años de Revolución* (1965), composto por um vasto *corpus* de cartas, fragmentos de legislação – como a Constituição de 1917, o *Reglamento de inafectibilidad agrícola y ganadera*, a *Ley Florestal*, a *Ley de Terrenos Baldíos y Demasías* –, além de tabelas e dados estatísticos. A documentação exemplifica o problema da inconclusão da Reforma Agrária, representado por casos de venda de terras nacionais e constituição de latifúndios, amplamente pesquisados e relatados por Garro. O texto ainda ressalta o dever dos intelectuais nas questões coletivas, engajando-se nas causas sociais:

La ciencia nos da el ejemplo: no es un sabio el que es necesario para llegar a la luna, sino el esfuerzo colectivo de muchos sabios y varios centenares de técnicos empeñados en el mismo objetivo para que la empresa de llegar al planeta tenga éxito. La economía y la política también son trabajos en equipo. (...) Actualmente, la vedette en política o en el arte o en la ciencia, brilla a la medida en que funciona dentro de la totalidad de un equipo (GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 444).

Garro nomeia, como em outras ocasiões, os sujeitos participantes do esquema de fraudes em concessões de terra, após estudar a fundo materiais que comprovavam sua atuação em tais práticas ilegais e nocivas ao país, convocando mais escritores à iniciativa. Desse modo, representa o jornal como um espaço de investigação da realidade e protesto, no qual se podia dar a conhecer à população os responsáveis por determinados problemas coletivos, além de apontar caminhos para solucionar tais questões. A palavra no jornal, pois, tinha forte impacto político, desde que seus colaboradores estivessem dispostos a trabalhar neste jornalismo investigativo – ao menos na visão de Elena Garro.

A literatura, por sua vez, junto ao teatro, tinha o potencial de gerar reflexão a partir das notícias e informações conhecidas e apresentar uma página em branco para ser preenchida com novas realidades. No *pueblo* de Ixtepec, a montagem e apresentação de uma obra dramatúrgica, idealizada pelo forasteiro Felipe Hurtado e pelos irmãos Moncada, retira a população de uma condição de obediência amedrontada aos generais revolucionários e produz um encanto que os mobiliza coletivamente à ação. Não mais estarecidos com a realidade dolorosa, o teatro é um ponto de virada fundamental no romance, a partir do qual se desdobra um conflito entre a população e os governantes locais, inserido no contexto maior da Guerra Cristera. O poder das palavras no teatro é de trazer vida.

- *¿Y em Ixtepec no hay teatro? – dijo el fuereño cambiando la respuesta por otra pregunta (...).*

Los demás se miraron sin saber qué decir.

- *La gente vive más feliz. El teatro es la ilusión y lo que le falta a Ixtepec es eso: ¡La ilusión!*

- *¡La ilusión! – repitió melancólico el dueño de casa. Y la noche oscura y solitaria cayó sobre ellos llenándolos de tristeza. Nostálgicos, buscaron algo impreciso, algo que no lograban darle forma y que necesitaban para cruzar los innumerables días qque se extendían ante ellos como un enorme paisaje de periódicos viejos, en cuyas hojas se mezclan con grosería los crimines, las bodas, los anuncios, todo revuelto, sin relieve, como hechos vaciados de sentido, fuera del tiempo, sin memoria (GARRO, 2003, p. 74)*

El encantamiento se rompió y por primera vez tuvimos algo que hacer, algo en qué pensar que no fuera la desdicha. La magia que invadía el pabellón de doña Matilde invalidó en unos cuantos días a Ixtepec. Mis gentes hablaban del “Teatro” con asombro, contaban los días que faltaban para el estreno y se preguntaban por qué antes nos privábamos de esa diversión (Idem, p. 121).

O teatro de Ixtepec, como fora do romance, possibilitou novas leituras de mundo e conferiu ação às ideias do povoado. Difícil seria imaginar uma peça de teatro que promovesse a paralisia; o teatro é a arte da ação, da performance, do acontecimento. A relação de Garro com a literatura dramática, fosse escrevendo ou lendo/assistindo, é visível em sua produção – que inclui 12 roteiros publicados – e emerge como uma opção de escrita que dialoga com seu projeto intelectual. Ao escrever teatro – ou sobre ele – a autora demonstra que seu poder também está ligado à centralidade do verbo, dos eventos, em detrimento das descrições estáticas: “*En América Latina, donde el verbo ha sido sustituido por el adjetivo y la acción por la promesa, es un milagro encontrar una organización que no pronuncia discursos abigarrados y que en cambio actúa*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014, p. 311)³³.

Contudo não é apenas no teatro que as palavras assumem um poder transformador. Em um contexto violento, como o maximato de Plutarco Elías Calles (CAMÍN & MEYER, *Op. Cit*, p. 102) ou a crescente autoritária dos governos priistas entre 1952 e 1968, as palavras poderiam operar como instrumentos de ameaça e terror ou de combate e ruptura. Os intelectuais eram vistos por Garro como guardiões dessas palavras e disseminadores de ideias que enfrentassem discursos de medo e violência, como o prefeito deposto de Ixtepec, Juan Cariño:

³³ Série *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/I*. Publicado em *Presente!*, em 12 de janeiro de 1964.

las palabras eran peligrosas porque existían por ellas mismas y la defensa de los diccionarios evitaba catástrofes inimaginables. Las palabras debían permanecer secretas. Si los hombres conocían su existencia, llevados por su maldad las dirían y harían saltar al mundo. Ya eran demasiadas las que conocían los ignorantes y se valían de ellas para provocar sufrimientos. Su misión secreta era pasearse por mis calles y levantar las palabras malignas pronunciadas en el día. Una por una las cogía con disimulo y las guardaba debajo de su sombrero de copa. Las había muy perversas, huían y lo obligaban a correr varias calles antes de dejarse atrapar (...). Al volver a su casa se encerraba en su cuarto para reducir las palabras a letras y guardarlas otra vez en el diccionario, del cual no deberían haber salido nunca. Lo terrible era que (...) su labor no tenía fin. Todos los días buscaba las palabras ahorcar y torturar y cuando se le escapaban volvía derrotado (...). Sabía que en la mañana habría colgados en las trancas de Cocula y se sentía responsable (GARRO, 2003, p. 61).

A empreitada, no entanto, só lograria resultados se fosse praticada coletivamente, tanto pela associação de diversos intelectuais, quanto por meio da interlocução direta com o povo. Cariño guardava as palavras para si e buscava escondê-las dentro do dicionário, ao qual ninguém tinha acesso. Isoladas, as palavras perdiam sentido e magia, deixando a população abandonada à própria sorte. As palavras postas em circulação, em partilha, lidas em jornais e livros ou ouvidas no teatro eram efetivamente potenciais armas para o enfrentamento dos regimes autoritários no período pós-revolucionário³⁴.

Essa postura se relaciona intimamente à noção de que a política é um exercício de palavras e atos. O intelectual, portanto, como partícipe ativo da esfera pública, imbricado na política cotidiana teria, no projeto de Elena Garro, uma função de unir os dois universos – da escrita e da prática – para manter a vida pública ativa, em movimento e apropriada por todos os membros da sociedade civil, não apenas as lideranças de governo. Na entrevista com Carlos A. Madrazo, *Algo muy raro: un político habla de literatura* (1965), a intelectual concorda com o ex-presidente do PRI quando afirma que:

Hay varias políticas: una, en la que el gobernante se reconoce en el gobernado y establece un diálogo amoroso con el pueblo, ya que gobierna a sus iguales. Y otra, la del silencio aterrador en la que el gobernante o el cacique establece un foso entre él y el pueblo, porque gobierna esclavos. Yo creo en la palabra... [...] Sabe usted, una parte del arte de la política es nombrar a las cosas antes que se vuelvan dañinas. La política, como la poesía, se hace con palabras (GARRO & MADRAZO *apud* LOPÁTEGUI, 2014, p. 457).

³⁴ Há um momento excepcional na novela, em que Juan Cariño divide as palavras com Felipe Hurtado, o estrangeiro. Diferentemente da jornada incessante e frustrada de todos os dias, nesse episódio, as palavras se enchem de capacidade para dar outras formas à cidade: “*Juan Cariño cogió el libro con reverencia y empezó a iniciar su amigo em sus palabras predilectas. Las repetía silabeándolas para que su poder bañara a Ixtepec y lolibrara del poder de las palabras dichas em la calle o em la oficina de Francisco Rosas*” (GARRO, 2003, p. 63).

O modelo de intelectual frequentemente discutido por Garro é, em suma, seu próprio projeto individual de trabalho. Em seus romances e peças de teatro, bem como nos artigos, entrevistas e reportagens, procurou entremear palavras e ações, investigação e imaginação, crítica e defesa, interlocução com os marginalizados e com as altas classes políticas. No ofício de jornalista ou no de escritora, usou estratégias e ferramentas diversas para evidenciar que os sujeitos da esfera pública tinham como tarefa manter vivo o debate de ideias e a liberdade de pensamento, a fim de construir um regime mais democrático e igualitário, que sintetizariam sua visão de governo da Revolução Mexicana. Ao falar dos intelectuais latino-americanos e suas obras, falava também de si e seus combates, que giravam em torno de uma realidade discrepante à utopia revolucionária que construía, pelo engendramento de um sistema político complexo e contraditório, que, com o passar das décadas, extraía da população o protagonismo político, e atribuía para uma figura imaterial – o Partido Revolucionário Institucional – a própria essência dos movimentos de 1910, como trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

As instituições políticas na mira de uma escritora

Até os dias atuais, o México respira Revolução. Não porque o governo ainda sustente um regime dito revolucionário, mas pelo incontornável legado de 1910 na memória e história mexicana. As marcas estão por toda parte: nos museus, nos monumentos, em costumes, no arcabouço cultural, nos currículos escolares, nas narrativas familiares. Durante as eleições, as colônias da Cidade do México se preenchem de flâmulas e faixas em apoio a um ou outro partido que disputa o jogo político no presente, demonstrando certa abertura e diversificação no cenário institucional, por décadas dominado pelo partido da Revolução (PRI); ainda assim, entre apoiadores do PRD, partidários do MORENA, eleitores do PAN e apostadores em projetos independentes, a presença da Revolução Mexicana na retórica política é um ponto de inflexão.

De uma perspectiva mais celebrativa ou com olhares críticos, a história da eclosão de um movimento revolucionário no início do século passado e da consolidação de um regime supostamente dedicado a salvaguardar os propósitos de tão sensível ruptura é recontada por muitos mexicanos, de dentro ou fora da intelectualidade, em espaços formais – como salas de aula e lugares de memória – ou pelas ruas. Em certa medida, é possível justificar tal fenômeno pela sobrevivência de algumas construções revolucionárias na vida pública nacional: o sistema político que se engendra nas décadas de 1910 e 1920 (re)funda categorias político-discursivas, grupos de poder e instituições cujo valor permanece sendo reconhecido e propagado na espaços de debate e decisão.

A questão não é nova para os historiadores, que desde os primeiros momentos após o evento buscaram refletir sobre as circunstâncias que levaram a um motim em escala nacional, que perdurou por meses e se construiu, entre confrontos físicos e convenções, como um novo projeto de país para um povo que se encontrava em intensa desigualdade e exploração durante o governo de Porfírio Díaz. Trabalhos como *“La crisis de México. El sistema político mexicano”*, publicado em 1947 por Daniel Cosío Villegas procuraram interpretar e dar sentidos à revolta e produzir expectativas e imagens sobre o incipiente regime que lentamente se construía, primeiro com a

elaboração da Constituição Revolucionária de 1917 e, em seguida, com a fundação do Partido Nacional Revolucionário. Posteriormente, outros mantiveram aceso o debate sobre as origens e dinâmicas revolucionárias mexicanas, tanto no movimento armado, quanto na institucionalização do processo, culminando em Estado. Dentre eles, é possível citar os estudos de Arnaldo Córdova (1973), Adolfo Gilly (1974) e Friedrich Katz (1982).

Não foi apenas a História que se voltou para a Revolução Mexicana imediatamente após a tomada do poder e pelos anos subsequentes. Também a literatura se encarregou de registrar, à sua maneira, relatos, memórias e pontos de vista sobre o processo revolucionário. A temporalidade das obras, que começam a ser escritas durante os levantes e permanecem levando o tema às páginas de ficção por décadas depois, conta uma espécie de história da história revolucionária mexicana, uma vez que falam do movimento popular dentro das possibilidades e chaves interpretativas de cada momento. Mesmo assim, as produções literárias apresentaram, desde muito cedo, visões mais críticas de variados aspectos da Revolução e do regime pós-revolucionário, constituindo um material muito rico para o estudo do tema.

O cânone acerca da Revolução envolve obras como *Los de abajo* (1915), de Mariano Azuela; *Cartucho* (1931), de Nelie Campobello; *Pedro Páramo* (1955), de Juan Rulfo e, mais tardiamente, incontáveis obras de Elena Garro, dentre as quais é possível mencionar as narrativas ficcionais *Los recuerdos del porvenir* (1963), *Felipe Ángeles* (1967) e diversos textos jornalísticos publicados entre 1958 e 1968. A temática é debatida pela autora em muitas facetas, estabelecendo pontes entre o passado e seu presente, respondendo a inquietações dos anos 1950 e 1960 por meio de remissões e genealogias do processo revolucionário. Garro parece perguntar: o que é essa Revolução com tantas formas e como ela nos trouxe ao ponto em que nos encontramos? As respostas se delineiam em séries de textos que encaram a própria Revolução como personagem – e máscara de outros atores – do cenário político em meados do século XX.

2.1 A Revolução como categoria política

O discurso político no século XX mexicano esteve ancorado fortemente na Revolução. A elaboração de uma agenda governamental se vinculou ao movimento armado – por suas pautas, princípios e componentes sociais – e a produção de uma narrativa da história contemporânea nacional foi associada intimamente ao processo revolucionário, articulando um passado de anseios sociais e ruptura, e um novo tempo, que fundia presente e futuro, no qual a Revolução se perpetuaria diariamente. “A linguagem política estabelecida a partir da Revolução parecia estar baseada não apenas em um recomeço, intrínseco ao processo revolucionário, mas também em uma reafirmação da incompletude das transformações prometidas na luta armada”. (PAVANI, 2009, p. 68).

A ideia de uma infinitude da Revolução foi um dos pilares para sua institucionalização, aparecendo frequentemente nos discursos presidenciais da primeira metade do século³⁵. Em uma fala de 19 de julho de 1928, Plutarco Elías Calles afirmou que “*la Revolución, generosa y dignificadora, está siempre en marcha, a pesar de los arteros atentados, y tendrá que culminar definitivamente para el bien de la gran familia mexicana*” (*Ibidem*, p. 72). Dois anos mais tarde, durante sua campanha eleitoral, o general Lázaro Cárdenas declarou:

No debemos dar por terminados los compromisos de la revolución, la que debe usar del poder para la depuración y renovación constante de sus hombres y de sus principios, obrando con el mismo espíritu de sacrificio y de limpia intención que se tuvo en los momentos de combate por la destrucción del viejo régimen (*Ibidem*, p. 78).

A mobilização da ideia em questão não desaparece após se consolidar o Estado pós-revolucionário, feito tradicionalmente atribuído a Calles e Cárdenas: ao contrário, torna-se uma noção constantemente utilizada para legitimar os discursos e ações do governo, inserindo-os em uma tradição de “nova política” defendida pelo Partido Nacional Revolucionário – depois renomeado Partido da Revolução Mexicana e, enfim, Partido Revolucionário Institucional. Elena Garro apontou em diversos textos que a retórica da revolução era uma categoria política importantíssima para a organização mexicana no século XX.

No entanto, se para o discurso oficial a reiteração da revolução e sua incompletude eram apenas a comunicação de um fato amplamente conhecido e vivido

³⁵ “*Tenemos entonces un discurso oficial de larga sombra: una tradición revolucionaria, un presente progresista, un futuro de revolución permanente*” (AGUILLAR CAMÍN, 2018, p. 68).

pela sociedade, para setores intelectuais e políticos críticos ao regime tratava-se de uma estratégia própria dos meios de governar do partido revolucionário. Garro, por exemplo, identificava que, para além de uma elaboração teórica, o ímpeto de “concretizar a Revolução” ainda em meados do século XX era um verdadeiro condutor de práticas políticas na esfera pública.

A própria constância do tema da Revolução em seus textos jornalísticos e literários sinaliza que a discussão estava longe de ser encerrada e que a pauta de um transformação que se estendeu pelas décadas ainda era mobilizada por grupos de poder e disputada no meio intelectual. Mais inacabada do que a utopia de 1910 estaria a contenda estabelecida entre autoridades estatais, dissidentes do partido, movimentos sociais e círculos intelectuais em torno de sua história e a consolidação final das reivindicações que levaram à destituição de Porfírio Díaz.

A partir dos textos de Garro, é possível identificar que a Revolução era, ainda nos anos 1950 e 1960, um conceito intensamente operante na sociedade mexicana, sem o qual seria bastante difícil compreender, por exemplo, as corridas eleitorais e fissuras no PRI nas duas décadas ou mesmo as sucessivas greves e manifestações realizadas por ferroviários – como a paralisação de 1958 –, camponeses – a exemplo da ocupação da Secretaria Agrária em 1965 – e estudantes – marca da icônica tragédia ocorrida em Tlatelolco após um protesto universitário.

Há, porém, um importante e contraditório detalhes na escrita da autora. Apesar de reconhecer a Revolução em um lugar central e fundamental para a identidade política mexicana, permeada por disputas legítimas de seu significado e ação cotidiana, Garro demonstra, nos textos, um grande incômodo com o amplo uso do conceito. Em alguns fragmentos, questiona o que verdadeiramente caberia na ideia de Revolução, quais seriam seus limites e como essa noção – que assume, em seus artigos, uma forma próxima à de uma entidade viva – seria, em sua visão, manipulada e subvertida por lideranças sanguinárias e corrompidas no meio do século. Ademais, demonstra um interesse em responder, a seu modo, as perguntas que coloca, elencando figuras exemplares do passado e do presente que, em tese, representariam dignamente a essência e sobrevivência do espírito revolucionário.

Garro aponta, portanto, que a Revolução teria sido constitutiva de uma nova forma de ser mexicano, por um lado, e de organizar o Estado, por outro. Desse modo, o

marco refundaria o pacto social vigente ao aproximar a política do popular, em termos ideais. A Revolução não existiu sem protagonismo do povo, a conformação de um corpo cívico ativo e um poder que emana das camadas mais baixas. O regime revolucionário, contudo, agregou essas imagens a seu discurso e assumiu o lugar de mediador das ações populares em todos os níveis. Isto é, o projeto de um Estado feito pelos representantes de grupos marginalizados deu lugar a um Estado de fazendeiros e políticos de carreira que alegavam defender os interesses dos mais pobres a partir do conhecimento e trânsito que tinham dentro das esferas de poder³⁶. O governo que conduzia o México em meados do século XX era, em suma, uma nova conformação de caudillos que dosavam muito bem alianças em benefício da permanência das antigas estruturas sociais e acordos com grupos populares que ganharam aceitação entre os mexicanos.

Era uma espécie de releitura atualizada da organização porfirista, com mecanismos sofisticados de lançar políticas populares – sem necessariamente efetivá-las – para sustentar a tradicional imagem revolucionária. Deste modo, os direitos estabelecidos juridicamente nas primeiras duas décadas ficavam, especialmente em escala micro, sob constante ameaça, já que seu acesso era dificultado por figuras de poder oficiais – como burocratas – e extra-oficiais – “caciques”. Nas palavras de Garro, a Revolução que se via nos anos 1950 e 1960 era frequentemente traída por políticos reacionários, interessados em lucrar com a miséria do povo. Ou seja, ao contrário do que sugeriria uma leitura superficial de suas obras – supostamente conservadoras e contrarrevolucionárias, Garro procurou combater as permanências do porfirismo na sociedade pós-revolucionária.

Para tanto, ressaltou que embora se tratasse da mesma revolução, novos problemas emergiam e o avanço de sujeitos e políticas reacionárias demandava uma nova forma de enfrentar os problemas públicos³⁷. Assim, produziu, em seus textos, uma

³⁶ Cabe destacar que, embora Elena Garro dê um tom crítico ao afastamento do povo dos espaços de decisão e condene a eleição de homens poderosos e influentes, a própria autora não menciona, em seus textos de apoio às lideranças políticas mexicanas, algum sujeito dos grupos marginalizados: de forma semelhante aos membros do PRI, defende que o poder seja atribuído a homens de alto capital – em seu caso, privilegia o capital cultural – e notoriedade social. Sua crítica, portanto, não oferece uma solução tão distinta do cenário consolidado, a não ser pelo alinhamento a pensamentos mais progressistas e ativos dos personagens que considera gabaritados para ocupar o governo, como o político Carlos A. Madrazo, de quem foi publicamente apoiadora.

³⁷ “Obligar a esta voz pública a plantear la Reforma Agraria de una manera romántica como se planteó hace medio siglo (...) es un error que puede repetirse si las clases dirigentes mexicanas se empeñan en seguir favoreciendo sus propios intereses en detrimento de los intereses nacionales (...). Los problemas

imagem de Revolução Mexicana que considerava adequada para o momento histórico em questão, lançando mão, muitas vezes, de acomodar tensões e criar contradições como forma de solucionar impasses do presente, como a marcante posituação da imagem dos *cristeros* e sua associação aos setores progressistas em *Los recuerdos del porvenir* ou o enaltecimento do personagem Felipe Ángeles – em peça homônima – que deixou, em Garro, de ser uma representação de traição para acabar lido como vítima das perseguições carrancistas.

O esforço em construir novos heróis e reconfigurar os símbolos nacionais foi um modo de enfrentar os poderes estatais e micro-poderes operantes no cotidiano mexicano de meados do século XX. Com as provocações narrativas de Elena Garro, não se colocava em questão apenas os abusos de poder do Estado recente, mas, de maneira mais complexa, subvertiam-se os sentidos de conservadorismo e ruptura, questionando a própria institucionalização da luta de 1910 – ao mesmo tempo em que a autora não é capaz de vislumbrar outra via de concretização que não seja a das instituições e do rito cívico. A Revolução parece tão inescapável que, mesmo ao criticar seus métodos e construção histórica, a própria intelectual não se desvincula dela. Sem fugir à lógica revolucionária, sua análise, assim, volta-se para uma pesquisa e diagnóstico de quais foram os erros dos grupos ligados ao movimento e como seria possível revertê-los por meio de uma nova política revolucionária décadas depois do fim dos conflitos armados.

Nesse sentido, identificou práticas, instituições e tradições entranhadas na edificação do regime pós-revolucionário que eram, em sua interpretação, os principais obstáculos para a realização plena de um ideal de justiça social, transparência política e condução democrática que teriam nascido com as bandeiras de “terra e liberdade”. O Estado e suas leis; o personalismo político; o despreparo das lideranças; a violência; a ausência de debate no Partido; a “falta de memória” e o esvaziamento de sentido no discurso político foram temas recorrentes em seus textos jornalísticos e literários, tomados como problemas urgentes na sociedade mexicana.

2.2 Revolução, leis e Estado

evolucionan con el tiempo. La situación económica, demográfica, cultural y política de México ha variado en cincuenta años, de acuerdo con factores económicos, demográficos, culturales y políticos del mundo” (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 439-440).

O momento de maior produção intelectual de Elena Garro, principalmente a década de 1950, foi marcado pela promessa de um projeto modernizador no México, arquitetado e executado pelo Estado. Para isso, o governo central mexicano fez alianças com os setores médios da população, manipulou eleições e concentrou o poder a fim de manter grande estabilidade, fabricar um apaziguamento de conflitos internos e aumentar o crescimento econômico, sob a justificativa de uma “*consolidación de las conquistas revolucionarias*”. A restrição da participação popular, a valorização do espaço privado e o resgate de valores tradicionais foram tomados como postulados do governo “herdeiro da Revolução”, que promoveu um enorme conformismo político através de uma postura autoritária, cujo maior e mais inquestionável símbolo era o presidente da República (Loaeza, 1998, p. 120-122).

Nesse período, o Estado mexicano consolidou sua autonomia frente à sociedade, silenciando as oposições com diferentes métodos, desde a compensação econômica até a repressão (...), foi um período de consolidação das estruturas políticas em um contexto de crescimento econômico acelerado (*Idem*, p. 120).

Pode-se afirmar, portanto, que no processo de construção do regime pós-revolucionário e sua permanência nos anos 1950 e 1960, engendrou-se uma forte relação entre visões historiográficas do processo revolucionário e certas lógicas de poder. Até meados do século XX, havia uma série de convenções acerca do que era a Revolução Mexicana e o que ela representava para o México. Unindo todas elas, estava a ideia de que fora a grande responsável por destruir o antigo regime porfirista e criar uma nova ordem de liberdade e justiça. No âmago da vida social e política mexicana, existia a profunda crença de que a Revolução era fator de orientação de cada ação tomada dentro do território, merecendo um respeito quase devocional. Como entidade não corpórea, a Revolução assumia contornos definidos nas faces dos governantes e nos pilares das instituições governamentais. Esse processo teria se dado, a princípio, pelo “vínculo direto e personalista entre os caudillos da década de 1920 e a Revolução” e, então, pelo ímpeto de “interpretar o processo revolucionário para criar um novo Estado e dar novo sentido para a nação mexicana” (Silva, 2009, p. 18).

A historiografia nacionalista que amparou a conservação dos grupos políticos à frente do Estado mexicano atenuou diferenças de interesses dentro do processo na mesma medida em que criou outras. Exaltando determinados personagens e acontecimentos, não localizou, necessariamente, as tensões e discordâncias inerentes ao

heterogêneo e múltiplo grupo que se reivindicou revolucionário, em diversas fases. Assim, a coerente narrativa do governo originava-se na carência e miséria resultantes do Porfiriato, rumando para a reação espontânea do povo que iniciou uma luta sob orientação de líderes carismáticos, os quais, unindo-se, foram capazes de vencer Porfírio Díaz e eleger um representante para colocar em prática as mudanças requisitadas pela população necessitada.

O primeiro momento de dissenso teria sido causado pela infidelidade de Emiliano Zapata e Francisco Pancho Villa a Venustiano Carranza, após derrotarem o oportunismo de Victoriano Huerta, militar de setores associados ao antigo porfirismo. Enquanto Carranza e o grupo de Sonora enxergavam a necessidade de ter amparo legal para a viabilização das reformas sociais e políticas pelas quais lutaram, Zapata e Villa estariam exaltados e impacientes, desejosos de agir sem qualquer planejamento. Desviando-se dos pactos e ideais comuns, teriam iniciado a Convenção de Aguascalientes, norteadas por princípios radicais e desobedientes a Carranza. A Guerra Civil entre constitucionalistas e convencionistas estremeceria relações, mas acabaria vitoriosa e triunfante para o primeiro grupo, que se colocara a missão de perpetuar a Revolução Nacional, o qual

sentiu que era seu dever centralizar as energias do país a fim de transformá-lo em uma sociedade homogênea, criando uma infraestrutura moderna em u país que carecia de comunicações, força elétrica e gestão administrativa (...), tinha que enfrentar a pressão constante do poder norte-americano e a ameaça explícita, uma vez mais, de uma intervenção estrangeira (Fuentes, 1992, p. 329)

Sob tais justificativas, os carrancistas - que, no discurso oficial, eram apenas revolucionários fiéis - elaboraram a Constituição Revolucionária de 1917, criaram o Código Penal de 1926 - com o objetivo de garantir o cumprimento das normas e preceitos constitucionais - e fundaram o Partido Nacional Revolucionário (PNR). Todos esses mecanismos tinham como objetivo centralizar o poder, atribuir importância ao Estado e burocratizar a Revolução, descaracterizando sua natureza de processo e metamorfoseando-o em um ente que está diluído por todos aspectos da sociedade. Chegava o ponto em que “a ‘era das instituições’ deveria suceder a ‘era do *caudillo*” (Silva, 2009, p. 18).

Eternizar a Revolução por meio da fabricação de uma institucionalidade era, segundo o argumento de Plutarco Elías Calles - o pioneiro deste projeto -, a única

maneira de garantir sua sobrevivência a longo prazo e a preservação de uma política popular, camponesa e renovadora. O que se vê em inúmeras publicações de Garro, todavia, é justamente uma réplica a essa interpretação do passado. Ao invés de um Estado que luta pelas pessoas, Garro representa um bando de usurpadores oportunistas que eliminaram os convencionistas para explorar o país tanto quanto seu antecessor, Porfírio Díaz, e adquirir terras, *status* e poder às custas do povo.

A Revolução transformada em Estado, segundo seus argumentos, paralisara o dinamismo potente do início do século, acumulando descontentamentos e petições em pilhas de papel que passaram a colecionar pó e traças nas repartições públicas. O Estado pós-revolucionário – burocratizado, complexo e quase incompreensível – criara na primeira metade do século XX uma série de entraves e dificuldades para o entendimento das leis e o acesso aos direitos legais pelo povo. Garro criticou frequentemente as dificuldades impostas pelos órgãos governamentais à participação popular na esfera pública e à execução de políticas públicas que respondessem aos não-solucionados problemas da concentração de terras e da transparência política. O Estado dos anos 1950 e 1960 sufocava a vida pública com sua burocracia.

A sequência de crônicas que conformam a *Breve historia de Ahuatepec* (1959) leva para os periódicos um caso concreto registrado pela intelectual, no qual habitantes de uma terra comunal em Cuernavaca sofreram com a invasão de sua propriedade coletiva por industriais e tiveram de resistir sem qualquer amparo do Estado, que, na denúncia de Garro, formara uma “máfia” com os empresários. “*Esos campesinos hace cuatro años que presentan quejas y denuncias ante el Departamento Agrario, ante la Presidencia de la Republica, ante la Cámara de Diputados... ¡Nadie les ha oído!*”, narra (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 164). E ao se familiarizar com a tragédia, tentara ajudar na busca por garantias e uma reversão da injustiça sofrida pelos comuneros. Na última crônica da série, comenta seu fracasso, detalhando a impossibilidade de jogar com a imensa burocracia estatal que, em lugar de documentar e legalizar transações, possuía ótimos dispositivos para confundir o cidadão leigo.

Desenmarañar a la espesa madeja de papeles que encubren el gran fraude de Ahuatepec, ha sido el más difícil. Ya que los despojadores no se han conformado con despojar a los campesinos de sus tierras por la fuerza, sino que se han dado la molestia de visitar notarías, Registros Públicos de la Propiedad, Departamento Jurídico del Departamento Agrario, etcétera, etcétera. Estas visitas han implicado la compra fraudulenta no sólo de los terrenos, sino también de notarios y demás funcionarios encargados de

legalizar los robos. Después, esos papeles que testimonian propiedades de una manera vaga y falsa aparecen y desaparecen como por obra de magia, y si uno llega a pedir una copia de tal o cual documento le es sistemáticamente negada (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 169-170. Grifo meu).

No entanto, ao contrário do que se poderia imaginar, Garro foi uma defensora da legalidade e mesmo com duras críticas ao Estado que se ergueu sobre a Revolução e sua interminável burocracia, argumentou que somente as estruturas políticas tradicionais poderiam agir em benefício de uma grande quantidade de cidadãos. Para a escritora, a dificuldade de acesso à terra, a restrição dos benefícios trabalhistas e a consequente desigualdade social no território seriam diminuídas na medida em que as mesmas instâncias que trabalhavam pela alienação dos direitos em meados do século XX passassem a preservar as garantias sociais previstas na Constituição de 1917 e legislações dela derivadas. Garro acreditava que apenas as instituições públicas resguardavam o direito popular: o Estado e a lei deveriam ser portos seguros para todos os mexicanos, em especial os que permaneciam sendo marginalizados socialmente. A crença na lei aparece, por exemplo, em um diálogo da autora com o camponês Enedino Montiel, de Ahuatepec, transcrito na crônica:

- O qué ¿hay dos leyes? ¿Una para los indios, como nos dicen, y otra para los ricos? Toda mi vida y la de mis gentes ha sido una vida de miserias y tristezas, por eso fuimos a la Revolución. Mi tío fue el general zapatista Antonio Barona, morimos muchos porque era preferible la muerte que la vida que llevábamos y ahora es la misma Revolución la que nos hace lo que nos hacía don Porfirio (...). Pero si la Ley existe, entonces nos podremos portar como los hombres deben portarse: respetando a los demás.

Enedino se calló. ¡Claro que la Ley existe! Y usted tiene razón. ¡Nos apegamos a ella!, pensé (*Ibidem*, p. 167).

Agarrar-se à lei era um modo de respeitar, antes de mais nada, a tradição de se fazer política dentro dos limites constitucionais, uma forte opinião da intelectual mexicana. Defendia que desde a Reforma, no século XIX, o liberalismo abrisse caminho para a ruptura efetiva com o sistema político monárquico, responsável por explorar o México e criar abismos dentro da sociedade. Na crônica biográfica sobre a vida de Francisco I. Madero (*Série Caudillo de la Revolución*, 1968), sugeriu que o seguimento das normas e do rito político zelaria a boa governança, não fossem os “desvios” ocorridos no curso da história: primeiro com o Porfirismo, depois com os governos pós-revolucionários. “*La Reforma nos había dado unos principios y unas formas a seguir. Porfirio traicionó a este pensamiento, rompió las fórmulas y nos definió y formó como un país totalitario*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 169-170). O traço indelével deixado pelo regime de Porfírio Díaz – a traição e o desdém pela legalidade –

teria sido o exemplo de muitos dos agentes que participaram da Revolução em 1910, de modo que ao invés de priorizarem as causas pelas quais anunciaram sua luta legítima aos olhos de um pacto social rompido, teriam caído na emboscada de replicar um fazer político que em muito se aproximava do Antigo Regime porfirista.

Ao afirmar, então, que Porfirio “definiu e formou” o México como um país totalitário, Elena Garro evidencia um compromisso pessoal de desenhar, em sua leitura, uma cultura política mais forte e longínqua a fim de justificar o quadro violento e autoritário que via, junto aos demais mexicanos, nos anos 1950 e 1960. Em outras palavras, ao se perguntar o que a Revolução tornara-se com o passar dos anos, buscou no século XIX uma resposta que explicasse um cenário decadente e acomodasse suas próprias desilusões com o regime. Por um lado, a perspectiva é interessante na medida em que aproxima movimentos políticos aparentemente opostos, mas que na longa duração revelam traços constitutivos da política contemporânea, isto é, uma tradição que não foi abandonada em totalidade pela ruptura revolucionária. Nesse sentido, afirma Rafael Pavani da Silva (2020):

Embora a força dos acontecimentos que tomaram lugar a partir de 1913 tenha contribuído para a perspectiva de uma nova era da história mexicana, **gera alguma estranheza a presença de uma noção de ruptura tão abrupta com o passado** [...]. Tanto na narrativa oficialista do Partido Nacional Revolucionário (...) quanto na intelectualidade herdeira do *Ateneo*, a Revolução constituiu-se como mito e origem de toda legitimidade no passado recente: ser entendido como seu verdadeiro porta-voz era ter em mãos a chave para o futuro do país. Por extensão, enfim, todo adversário tornava-se “reacionário” ou “conservador”, **mantendo assim os verbetes da linguagem política com os quais um dia o jovem general Díaz combateu o “Partido Católico” (Conservador)** durante o século XIX mexicano (p. 204-208. Grifo meu).

Visto de outro modo, entretanto, apontar as similitudes dos regimes porfirista e pós-revolucionário demonstra uma limitação da intérprete no entendimento da Revolução como processo permeado por contradições que não caberiam nas fórmulas tão mobilizadas – e por ela mesma criticadas – de revolucionários *versus* contrarrevolucionários (ou conservadores, traidores). Ou seja, para preservar uma coerência artificial inerente à Revolução – supostamente – “original” ou “genuína”, apela para o argumento da lei como receptáculo dos valores mais “puros” do movimento.

Creo que una revolución no es sólo la toma de unas ciudades por los grupos revolucionarios, sino el establecimiento de unas leyes. Las leyes las tenemos en México desde hace muchos años, y si bien es cierto que la Revolución en México ha sido traicionada de hecho, muchas veces también es cierto que la

Revolución está vigente, mientras sus leyes sigan vigentes (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 318).

Assim ficava mais palatável aceitar, uma vez mais, a imagem de uma Revolução como resposta para os males nacionais – mesmo quando tudo o que Garro apontava em seus textos revelava um México em plena crise política e social. Seus escritos são preciosos para compreender que a fragmentação do consenso autoritário e a pauta da democracia não emergiram a partir do trágico evento na Plaza de las Tres Culturas, em 1968, mas apareciam estampados nos jornais e livros de intelectuais há pelo menos uma década antes do massacre.³⁸ Com o intuito de combater a naturalização das perseguições e do personalismo político, a escritora se formou como voz pública que denunciou não propriamente a existência de Estado, regime e partido revolucionários, mas uma hipotética desvinculação entre tais instituições – bem como os sujeitos que as construíam – e os princípios de 1910.

Em outras palavras, deixou nos textos uma forte crítica às lacunas que se registraram nas leis e a conseqüente distância entre elas e a realidade concreta. Nas crônicas da *Breve historia de Ahuatepec* (1959), se depara com a situação de despojo dos camponeses e reflete: “*Si hay leyes que los amparan, que recurran a ellas. Después de todo, la Revolución fue hecha por campesinos y ganó...*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 163), mas na continuação dos textos percebe que a situação não depende apenas da esfera do Direito. O tema reaparece no romance *Y Matarazo no llamó...*, o protagonista Eugenio pergunta aos trabalhadores organizados por que temiam repressão, se havia no México o direito de greve, sendo respondido em seguida: “*En la Constitución y en las leyes del trabajo el derecho a la huelga existe. Es uno de los derechos de la clase obrera, sólo que no debemos ejercerlo*” (GARRO, 2010, p. 216).

³⁸ Até o final dos anos 1990, as análises mais canônicas da historiografia consagraram Outubro de 68 como ponto de inflexão na trajetória revolucionária. Até mesmo autores com estudos inovadores, como Soledad Loaeza e o grupo de Erika Pani com o trabalho sobre as direitas e os setores conservadores no México pós-revolucionário, atribuíram ao Massacre de Tlatelolco um lugar de profundo choque para uma população que teria lidado muito bem com a postura autoritária do governo até então. O fundamental livro de Héctor Aguilar-Camín e Lorenzo Meyer – *À sombra da Revolução Mexicana* – também descrevia um cenário pré-Tlatelolco totalmente dominado pelas decisões do PRI e com espaço restrito e hipercontrolado para qualquer oposição. Meyer, no entanto, em um estudo mais recente afirma – em uma espécie de concordância com os apontamentos de Garro, que analisamos aqui: “*Las grietas del autoritarismo postrevolucionario mexicano no son nuevas. Resultaron muy visibles las dejadas por el movimiento insurgente de los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y por el movimiento de reivindicación de la democracia encabezado por sectores estudiantiles en la Ciudad de México. Las violentas represiones con que ambos movimientos concluyeron dejaron secuelas que afectaron la legitimidad del sistema [...]. Algunos estudiosos y críticos del sistema empezaron a vislumbrar esta tercera crisis desde principios de los años sesenta*” MEYER, L. **La segunda muerte de la Revolución mexicana**. México: Cal y Arena, 2008.

A questão incômoda, afinal, era reconhecer que embora estivesse convencida do potencial da lei em abrigar a essência revolucionária, sua mera existência era insuficiente. Fazê-la valer era uma luta constante – talvez um dos maiores combates da autora. Daí que seu panteão de heróis revolucionários estivesse repleto de guardiões da justiça: políticos legalistas – como Francisco I. Madero – e advogados fictícios – como os personagens Gómez Luna e López Hermosa, da peça *Felipe Ángeles* (1967) – e reais, a exemplo de Javier Rojo Gómez, narrado pela autora como um representante civil da atitude revolucionária.

2.3 Poderes pessoais e degradação da Revolução

A perspicaz identificação do abismo entre projeto revolucionário, leis e prática feita por Elena Garro em sua produção jornalística e ficcional tornou-se um tema emblemático de debate historiográfico. Os documentos em questão, portanto, fornecem dados valiosos para compreender a forma como esse descompasso que tanto estremecia a intelectual foi cerne do regime pós-revolucionário, embora remonte, segundo historiadores, à formação do México independente, ainda no século XIX:

La negociación de la ley es una de las inercias fundacionales de México, una transacción histórica, cotidiana, entre el mandato de sus leyes y el imperio de sus costumbres [...]. La medida de la legitimidad política no era la aplicación de la ley, sino la eficacia de los gobiernos. Junto al código escrito, que podía aplicarse o no, estaba vigente el código no escrito, más o menos claro para todos, que regía en verdad los asuntos públicos (AGUILAR CAMÍN, 2018, p. 94).

Mas restava ainda uma indagação: o que sustentava a ampla aceitação da coexistência entre o direito liberal e um direito consuetudinário no México contemporâneo? Para Aguilar Camín, era a própria impossibilidade não apenas de governantes, mas da maior parte dos cidadãos, em seguir criteriosamente a legislação em todas as ocasiões, por uma histórica contradição entre a pátria ilustrada que se desejou no século XIX e os séculos de colonização que haviam forjado os costumes políticos mexicanos. O autor argumenta que a lei não era vista como cláusula pétrea, mas “*terreno de acuerdos, influencias y discrecionalidades*” (p. 95), por uma dificuldade da maior parte dos mexicanos em obedecê-las.

Há pontos comuns e divergentes que podem ser verificados na obra de Garro: a escritora também afirmava que o legado histórico das dinâmicas políticas tinha grande

peso nas relações governamentais pós-revolucionárias, mas acreditava piamente na noção de cidadania liberal e no desejo dos mexicanos – que talvez fosse uma projeção de seu próprio desejo enquanto intelectual engajada – em fazer prevalecer sempre e em primeiro lugar a palavra da lei. Ao contrário da leitura *à posteriori* feita pelo historiador mexicano, a análise de Elena Garro, elaborada no turbulento contexto de meados do século XX e permeada por suas convicções reformistas para a Revolução, considerava que a coluna de sustentação dos desencontros entre lei revolucionária e prática era o intento de alijar o povo dos espaços de decisão por meio de dinâmicas excludentes que, por sua vez favoreciam a manutenção de privilégios e se construía por meio de jogos de interesse e influência entre sujeitos que ocupavam o poder. Contrariando o propósito revolucionário, portanto, a lógica do personalismo difundida em vários níveis do poder degradava o sonho de uma pátria de direitos civis e sociais. Tal desilusão é descrita em *Felipe Ángeles*:

DIÉGUEZ: ¡Señora!... Hay hechos que usted olvida: la Revolución triunfó y ella es la única que puede absolver o condenar a sus enemigos.

SEÑORA REVILLA: ¿La Revolución? ¿Llama usted la Revolución a una camarilla de ambiciosos que están sacrificando a todos los que se oponen a sus intereses personales? (GARRO, 2016, p. 184-485).

LÓPEZ HERMOSA: No podemos aceptar que la Revolución se haya convertido en la voluntad homicida de un ambicioso (Ibidem, p. 191).

Garro aponta, em suma, a sobreposição do bem-estar geral pela força do mais influente. Os interesses das autoridades políticas e seus aliados, acreditava a autora, passavam à frente de lutas dignas – como um julgamento justo e sem arbitrariedades, no antigo caso Felipe Ángeles, ou a reivindicação da repartição ou a ratificação de terras para camponeses e indígenas. Segundo ela, entre as décadas de 1950 e 1960, permaneciam vivos problemas sociais do início do século pois por meios escusos a vontade dos poderosos impunha dezenas de entraves para qualquer um que estivesse alheio às dinâmicas personalistas e à máquina estatal, realidade vivida pelos *comuneros* de Ahuatepec e pelos camponeses que recorriam à CNC.

Mi experiencia en este caso de Ahuatepec iba a confirmar lo que siempre he creído, que hay dos Méxicos: uno minoritario, que goza de todos los privilegios; y el otro, el indígena, que vive privado de todo derecho y toda garantía. Sé muy bien que afirmar esto es un atentado. Sobre todo desde que la Revolución declaro a los indios bandera de la Patria. Pero, desgraciadamente, la verdad oficial está muy lejos de la verdad (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 167-168).

La historia de sangre y despojo del Pueblo de Ahuatepec se había escrito en el agua. La Ley de “el que tiene más saliva traga más pinole”, la ley de los

“colonos” de México, se había impuesto sobre la Ley que ampara la voluntad y los desechos de una mayoría (Ibidem, p. 313).

A responsabilidade, no entanto, não recaía apenas sobre os governantes: Elena Garro nomeia uma complexa estrutura que, articulada, era capaz de garantir a prevalência dos interesses pessoais, nas quais as trocas de favores e benefícios eram a principal moeda de perpetuação de privilégios. Os principais agentes desse enorme conluio político que degenerava o ideal revolucionário no qual acreditava a intelectual e pelo qual lutaram os mexicanos eram latifundiários – *“despojadores, los violadores imperturbables de la Constitución y del Código Agrario” (Ibidem, p. 327)* –, que também correspondiam, em algumas ocasiões, às figuras de poder local dentro da dinâmica conhecida como *caciquismo*; banqueiros e burocratas – atacados pelos textos por seu descrédito e mau serviço para a população, de modo que *“nadie cree en la honradez de los funcionarios públicos” (Ibidem, p. 322).*

Os relatos de Garro apresentam repetidamente a atuação destes personagens em episódios que a jornalista levava para a imprensa de alienação fundiária, queima de terrenos, prisão e assassinato de trabalhadores rurais, entre outros. Nos textos, a autora sinaliza uma união entre dificuldades impostas aos processos administrativos e jurídicos coordenados pelo serviço público, ocupação ilegal de terras por grandes proprietários e ordem de ataques criminosos às populações indígena e camponesa, além do financiamento de tais ações com dinheiro de políticos e elites regionais. A aliança entre poderes econômicos, territoriais e de gestão unia os escopos local e nacional em torno dos interesses privados, garantindo que os envolvidos obtivessem ganhos – financeiros ou simbólicos, como a continuação da influência sobre uma determinada área ou a estabilidade de seus negócios ilegais – com o agravamento das desigualdades sociais e o descumprimento das políticas públicas visadas pela Revolução. A população, como resultado, acabava desamparada e desorientada. Sem muitas opções às quais recorrer, seu descontentamento crescia e já nos anos 1950 e 1960 começava a eclodir em forma de rebeliões, protestos e greves.

La avalancha de descontento provocada por arbitrariedades e injusticias salvajes de los caciques, terratenientes y funcionarios, es tal que cada día, cada hora que pasa, crece y toma poco a poco la forma de la violencia [...]. Los funcionarios del Departamento Agrario logran que la ira de los campesinos se encauce directamente contra el gobierno de México, ya no contra tal o cual cacique o terrateniente (Ibidem, p. 319-320).

Contudo parte do descontentamento da escritora era que as manifestações populares não se direcionassem àqueles que julgava serem os principais culpados pela situação, mas para o governo. Isso porque, como já buscamos argumentar, a ideia de Estado e regime, para Garro, não eram, em si, problemáticas: ao contrário, guardavam e protegiam a política revolucionária e faziam com que os gritos de “Terra e Liberdade” não se calassem com o decorrer dos anos. Para ela, o problema do governo era sua composição, isto é, os indivíduos que o formavam. Assim, a defasagem e corrupção encontrada no seio do Estado nasciam principalmente de um impasse moral dos sujeitos que faziam a política no México pós-revolucionário. As raízes desse distúrbio de ordem moral poderiam ser encontradas, da perspectiva de Garro, no período do domínio espanhol, razão pela qual denomina a política reacionária que critica de uma política “colonial”.

Nosotros, herederos de la Colonia (...), somos expertos a manejar papeles, y embrollar el asunto más inocente con actas, testimonios y papeleo infinito (Ibidem, p. 169).

Este sistema bárbaro se emplea para proteger a los intereses de unos cuantos latifundistas, y lo único que delata es una grave crisis política que puede degenerar en revuelta nacional (Ibidem, p. 443).

A “casta colonial” formada por latifundiários, escrivões, *tinterillos*³⁹ e bardos⁴⁰ (p. 310), como descreve em *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/I* (1964), era protagonista de uma atitude ainda mais incompreensível para a intelectual: explorava a seus compatriotas. Ou, ainda, como formula “aquí somos nosotros mismos los colonos”. É interessante notar que essa rejeição da exploração empreendida dos pequenos poderes – ou poderes pessoais – contra os grupos mais vulneráveis está ancorada, como outros elementos do pensamento de Elena Garro, em concepções de uma democracia modelar europeia. O incômodo de fundo na fala da autora é o uso da violência contra um semelhante, ou seja, a ausência das ideias de igualdade e fraternidade no seio de uma sociedade formada por um novo pacto social coletivo. Ao mesmo tempo que é capaz de diagnosticar com bastante sofisticação algumas incongruências da Revolução, aplainadas pelo discurso oficial construído a partir da

³⁹ Os profissionais elencados por Elena Garro nesta categoria jocosa e irônica correspondiam a trabalhadores de carreira nos escritórios (geralmente repartições públicas) que não tinham conhecimento técnico ou acadêmico, mas cuidavam majoritariamente de aspectos contábeis e legais da coisa pública, tomando o lugar de contadores, administradores e advogados.

⁴⁰ Mais uma vez, a autora utiliza uma figura que remete ao arcaísmo e que se distancia dos saberes formais de modo a desqualificar os profissionais apontados. O bardo é um personagem antigo de caráter intelectual que congrega em si o papel de poeta, memorialista e conselheiro; um sábio sem formação oficial.

institucionalização, e aglutinar dentro de sua própria retórica elementos que só coabitam na América Latina – como catolicismo, anticlericalismo, liberalismo, nacionalismo, universalismo, ruptura, reforma, entre outros – a mesma autora não consegue vislumbrar os conceitos de direito e cidadania operando distintamente do modelo filosófico das Revoluções burguesas.

Portanto continuamente se perturbava com as dinâmicas que se prolongaram após a ruptura, apontando-as nos textos como deformidades de uma Revolução que poderia ter logrado seus objetivos, se guiada pelo povo mexicano e por valores cívicos maiores. A força da tradição e o peso da herança colonial, ainda assim, parecem ser maiores no cenário dos anos 1950 e 1960. Uma questão parece atribular a autora nos relatos de ficção e não-ficção, levando anos a fio para ser respondida: o que, enfim, mudou com a Revolução? O que há de novo no movimento, se o novo Estado – na figura de Victoriano Huerta, Venustiano Carranza ou, ainda, de Manuel Ávila Camacho ou Gustavo Díaz Ordaz – aloca sujeitos e práticas de uma antiga ordem? A pista mais evidente foi dada por Garro apenas em 1966, em um comentário na entrevista “*¡La izquierda no está derrotada!, dice Rojo Gómez*”:

Existe un auténtico triunfo de la Revolución: la politización del pueblo de México. Pues si bien es cierto que las leyes se burlan, también es cierto que el pueblo es consciente de esa continua violación y de los derechos que le arrebatan. Este es el resultado de 50 años de difusión de programas revolucionarios, publicidad revolucionaria, discursos revolucionarios (...) etcétera. El pueblo sabe (...) que el estancamiento que ha sufrido el país se debe a que sus mejores hombres han sido desplazados por grupos que piensan más en sus propios intereses que en los intereses nacionales (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 341).

Reconhecendo um aspecto social que a historiografia apenas recentemente passou a incluir nas análises do período, Garro destaca a consciência e papel principal da população comum na esfera pública mexicana. Em parte, por acreditar que houve um projeto bem-sucedido de educação revolucionária, como fica nítido no texto. Em parte, também, por sua atuação próxima a grupos constantemente mobilizados em luta por garantir seus direitos e seus estudos de coletivos silenciados pela história oficial da Revolução. A intelectual mexicana entrevê na penumbra dos discursos hegemônicos – que ora positivam o papel dos mandatos pós-revolucionários, atribuindo-lhes todas as boas transformações no México; ora criticam os governos por seu autoritarismo, dando-lhes um lugar de supremacia e inquestionabilidade que retiram todo potencial de ação dos setores populares – a efervescência política na ação dos trabalhadores urbanos e

rurais, dos coletivos camponeses e sindicais, dos estudantes universitários, de associações de advogados em defesa dos cidadãos comuns, de intelectuais engajados.

Combatendo a cultura política do personalismo e dos privilégios, defende a inclusão da sociedade civil – politizada, consciente – e de autoridades técnicas e bem formadas para a condução da política institucional: “yo, como la mayoría de los mexicanos, sólo en los ciudadanos confío” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 312). Mas, principalmente, nos permite observar, junto a ela, a multiplicidade de atores e ações presentes no espaço público mexicano dos anos 1950 e 1960, tema que ainda merece ser mais explorado pelos pesquisadores.

2.4 O “*bom*” político

Considerando este espaço tão rico e heterogêneo, parece importante analisar alguns dos nomes que emergiram na cena política e ganharam atenção de Elena Garro, tornando-se objetos de escrita da autora. São homens públicos do início do século XX e do momento de produção abordado que intensificam nosso argumento de que o México contemporâneo não era um bibelô do Partido Revolucionário Institucional, dominado por censura absoluta e sem qualquer resistência. Não se trata de negar a hegemonia do regime priista, uma vez que concordamos com autores como Aguilar Camín e Meyer (2000) argumentam que em meados do século XX havia grande estabilidade do regime pós-revolucionário, leitura alinhada com a de Loaeza (2009), que sustenta que os anos 1960 assistiram a um consenso de autoritarismo de grande convencimento quanto às posturas tomadas pelo governo. Na verdade, o intuito é examinar uma série de outras lideranças que tiveram papel de destaque na política mexicana dentro do próprio PRI, de movimentos revolucionários no geral e de organizações camponesas. As fontes históricas elaboradas por Garro procuraram apresentar ao grande público e valorizar sujeitos, suas trajetórias e ações no poder público, evidenciando uma tensão entre diferentes formas de atuação dentro do Estado, que impactavam a opinião pública a respeito da confiabilidade no governo.

Diante de um Estado que provocava imensa desilusão nas camadas populares desassistidas, como o personagem Eugenio, de *Y Matarazo no llamó...* (1991), para

quem “*el gobierno eran las caras de sus conocidos y la de los desconocidos que aparecían todos los días em los periódicos. ‘¡Bola de ladrones!’*” (GARRO, 2010, p. 215), Garro tomou para si a missão de construir narrativamente lideranças inspiradoras para seu presente. Em contraste com os políticos tradicionais, como os antigos colegas de faculdade de Eugenio, que “*llevaban automóviles de último modelo y vistosos trajes norteamericanos*”,⁴¹ resultado dos altos postos públicos que ocupavam e “*que mejoraba cada sexenio*” (*Ibidem*, p. 213), a intelectual apresenta uma porção de homens públicos que “*son la imagen en la que sus pueblos se reconocen (...), um espejo que nos refleja a todos*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 463).

Esses sujeitos exemplares representam alguns argumentos de força na interpretação da intelectual sobre a política mexicana do período, porque não apenas se opõem às figuras encontradas no governo, como também reforçam alguns elementos já expostos no trabalho, como a necessidade do Estado revolucionário e a potência do indivíduo na sociedade. Em nossa análise, além de reiterarem tais aspectos do pensamento da autora, os textos sobre as trajetórias e ideias das lideranças em questão demonstram algumas contradições da intelectual, nas quais residem sua complexidade e peculiaridade. A principal delas talvez seja o que representa o regime revolucionário – concomitantemente herdeiro da década de 1910 e composto por sujeitos de condutas questionáveis – para Garro e a esfera pública mexicana, uma vez que ele é uma ideia, uma entidade política e uma organização feita por homens reais e concretos – que constantemente o redirecionam, ressignificam e readéquam aos interesses públicos ou privados.

Dito de outro modo, o regime revolucionário é um nó na obra de Garro que fica ainda mais evidente com as entrevistas e crônicas sobre seus ídolos revolucionários porque acaba por assumir uma postura contraditória de defesa e ataque do regime. Em alguns de seus textos, o regime parece estar esvaziado de humanos, como se existisse acima de todos e sobrevivesse graças a uma autoconsciência. No artigo *¿Para quién esta tumba es um delito?* (1964), por exemplo, a escritora trata do assassinato do agrarista Rubén Jaramillo e posteriores homenagens a sua memória como um evidente crime arquitetado pelas forças obtusas dos pequenos poderosos, sem qualquer

⁴¹ Tal descrição é bem próxima de outra, dada pela autora em *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/ I* (1964): “*las castas coloniales amontonan millones que depositan em los bancos extranjeros, amontonan casas de mal gusto, automóviles, derechos y privilegios. Amontonan todo, menos cultura*” GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 310.

participação do Estado, que junto a Jaramillo se torna uma vítima dos poderes paralelos, na análise da escritora. Alegando que é difícil acreditar que um regime ordene um homicídio que só traria prejuízos para si mesmo, sugere que “*en cambio, es fácil saber que hay un grupo de millonarios para el cual la existencia de cualquier agrarista es un peligro*” e que para se verem livre de culpa “*ensucian a un régimen con un acto salvaje que no sólo atemorizó a la opinión pública mexicana, sino que indignó a la opinión pública mundial*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 326). Nesse excerto, os latifundiários que em outros relatos são entendidos como braços do governo acabam descritos como seus sabotadores, sem qualquer ligação com os funcionários e políticos revolucionários.

Quatro meses mais tarde, Garro publica um novo artigo, discorrendo sobre o então governador do estado de Morelos, Antonio Riva Palacio, no qual admite que constantemente escreve sobre a defasagem do Estado e a ineficácia do governo. No texto, intitulado *Sólo queda la ira* (1964), não é o regime que assume formas modelares e ideais: em seu lugar, a autor mobiliza o conceito de pátria, que estaria acima das formas políticas e, em seu discurso, existiria como um elemento natural: “*Sólo queda la ira producida por la miseria y la violencia ejercida sistemáticamente sobre sus habitantes, en especial por los campesinos, por (...) gobiernos consecutivos de traidores a su patria*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 330). Diferentemente do texto sobre Jaramillo, no segundo artigo, o regime é obra dos ditos revolucionários e suas falhas recaem sobre eles. Os erros dos governantes são os erros do regime e a responsabilidade pela pobreza do povo é compartilhada também pelos estadistas.

Lentamente a contradição sobre a natureza do regime foi sendo solucionada nos textos: a saída que parece ter sido encontrada é de uma essência dúbia deste regime, que tinha um caráter estrutural – institucional, abstrato – e humano – fragmentário, complexo, tenso. A partir desse momento, sua escrita desloca o foco de uma avaliação do regime para uma análise qualitativa de seus membros. A questão deixa de ser a concepção (ou estrutura) e passa a contemplar quem está dentro dela. Fosse na literatura ou nos artigos de jornal, Garro começou a difundir a ideia de que a Revolução e seu regime são mais genuínos e representativos do que os homens que estão a frente delas, podendo ser bons exemplos dos ideais ou passíveis de crítica por seu descolamento do propósito político revolucionário.

ÁNGELES: (...) pero tal vez toda revolución está condenada a una mentira final: la del que queda con el triunfo en la mano, porque ése antes ya recorrió el largo camino de la intriga y el crimen, y porque miente para ocultar sus fines personales y sus intereses opuestos a la Revolución (...). ¿No ve, abogado, que un revolucionario en el poder es una contradicción? (GARRO, 2016, p. 195).

El político mexicano, acusado de bárbaro e inculto es impulsado por un inconsciente colectivo. Así, su actitud corresponde, de una manera más profunda, a la manera de ser del mexicano; por lo que, aún ahora, cincuenta años después de efectuada la Revolución, se preocupa de que ésta continúe (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 335).

Daí se fazia tão importante falar sobre os bons políticos. Se eram eles capazes de manter o regime fiel a seus propósitos, parecia necessário mostrar publicamente como distinguir os bons e maus políticos, levando aos jornais e narrativas ficcionais trajetórias de líderes que trabalhavam arduamente pela sobrevivência de um sistema idealizado décadas antes. Garro dedicou anos de trabalho contando, a seu modo, histórias que valorizassem sujeitos que considerava merecedores da atenção do público e das instituições. Durante a realização desta tarefa, evidenciou novamente suas visões acerca da Revolução e dos governos pós-revolucionários, além de delinear o perfil do que seria um “bom político” para o México.

O bom político congregava uma porção de qualidades: agia dentro da lei e sempre em benefício da coletividade; mediava o mundo abstrato das ideias e o mundo concreto da realidade, encarregado de aplicar princípios filosóficos à resolução dos problemas de seu tempo; conhece a fundo seu contexto e mira sempre para o futuro (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 315-318); é estudioso, culto e sábio; tem grande popularidade pela admiração que desperta – não pelo medo que incute (*Ibidem*, p. 462-472).⁴² Cada um desses dotes creditavam a ele valor e honra. Novamente, Garro

⁴² É particularmente curioso como, para produzir o ideal do político intelectualizado e que não precisa usar da força, Garro escolhe transcrever uma fala do político priista Carlos A. Madrazo durante a entrevista *Carlos Madrazo y la izquierda mexicana*, de 1966. Ao responder a pergunta da escritora sobre como qualificava os políticos mexicanos da época, Madrazo replica que alguns deles deveriam lembrar do conselho dado a Sancho Pança antes de governar a Baratária e cita: “*No doblar la vara de la justicia con el peso de la dádiva; no guiarse por la ley del encaje, sentir más compasión por las lágrimas del pobre, pero no más justicia, que en las informaciones del rico*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 464). Além de ressaltar erudição de seu pupilo priista, a manutenção da fala no texto final da entrevista leva a uma reflexão maior sobre as críticas cabíveis aos políticos mexicanos, visíveis ao leitor instigado na citação completa do trecho do Quixote: “**Nunca te guies pela lei do arbítrio, que sói ter muito cabimento com os ignorantes presumidos de agudos. Achem em ti mais compaixão as lágrimas do pobre, porém não mais justiça que as informações do rico. Procura descobrir a verdade por entre as promessas e dádivas do rico, como por entre os soluços e importunidades do pobre. Quando puder e dever ter lugar a equidade, não descarregues todo o rigor da lei sobre o delinquente, pois não é melhor a fama do juiz rigoroso que a do compassivo. Se acaso dobrares a vara da justiça, não seja com o peso da dádiva, mas com o da misericórdia**” (CERVANTES, 2016, p. 334. Grifo meu). A crítica, em suma, se dirige aos governantes que arbitrários, que se utilizam da força e da violência para atemorizar o

articulava um aspecto ético a outro moral para debater a política mexicana. Para a autora, de marcante formação católica, a dignidade de um sujeito estava intimamente associada à esfera da moralidade: não em vão, utiliza termos como “princípios”, “bondade”, “compaixão” e constrói personagens do passado e de seu presente que seriam bons retratos de santos ou mesmo de Cristo – Francisco I. Madero, “príncipe e patricio mexicano”, “democrata e cristão”⁴³; Felipe Ángeles, “vencedor da Revolução”, “amante da democracia”⁴⁴; Benito Juárez, “unificador”, “honesto”⁴⁵; Javier Rojo Gómez, “representante das leis revolucionárias”⁴⁶; Carlos Madrazo, “salvador do PRI”, “despertador de paixões”⁴⁷; Régis Debray, “elegante”, “brilhante”, “culto”, “defensor das Américas”⁴⁸. Ao contrário, aqueles que se reivindicaram gerais revolucionários – General Francisco Rosas, General Diéguez, Venustiano Carranza, apenas para citar alguns – são descritos como homens sanguinários, tomados por interesses particulares e

povo, em lugar de lançar mão da misericórdia e compreensão. A atitude é relacionada aos ignorantes e se intensifica quando voltamos brevemente no texto espanhol, no momento em que Sancho requisita a ilha de Barataria por desejo de governar pois “imagino que é bom mandar”. Ao aceitar o vassalo, o duque aconselha que Sancho leve consigo a alma de capitão e de letrado, porque “tanto são necessárias as letras quanto as armas”, ao que Sancho – correspondência muito conveniente aos gerais ilustrados por Garro – responde: “Letras (...) poucas tenho, pois ainda não sei o á-bê-cê (...). Das armas, manejarei as que me derem, até cair, e seja o que Deus quiser” (*Ibidem*, p. 332). O Quixote, enfim, lamenta: “**Como fica mal aos governadores não saberem ler** (...)”, uma de duas coisas indica: ou foi filho de pais demasiado humildes e baixos, **ou foi tão travesso e mau que não puderam penetrar nele os bons costumes, nem a boa doutrina**” (*Ibidem*, p. 339. Grifo meu).

⁴³ “Madero es el revolucionario que no miente, no exagera, ni promete lo que no piensa cumplir. Su procedencia, su estricta educación dentro de los valores morales y religiosos, su espíritu de responsabilidad, lo hicieron no desdecirse nunca la palabra empeñada o la promesa dada, aun a costa de su propia vida” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 463).

⁴⁴ “No abrigo odio contra nadie: amo entrañablemente a todos los mexicanos de cualquier creencia, religión o credo que sean. Es verdad que fui militar de carrera, y un intelectual (...). No me mezclé en la política por odio, sino porque la vista de los pobres me dolía. Dominado por la fraternidad conviví con los revolucionarios, y cuando la Revolución se dividió en dos bandos, uno el ganancioso y otro el que renunció al poder personal en el nombre de las ideas por las cuales habíamos peleado todos, yo me uní a estos últimos, ya que no creo en la ambición personal” (GARRO, 2016, p. 209).

⁴⁵ “Su ejemplo de honestidad no ha sido superado por nadie. Juárez realmente el que integró a la patria material, espiritual y culturalmente: le dio una grandeza especial y la dotó de una manera de ser (...). Es el maestro que ilumina la conciencia para poder tomar el camino que lleva al cumplimiento de la Ley. Ese camino tan vilipendiado, tan escarnecido” (MADRAZO & GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014., p. 460).

⁴⁶ “Cuando se visita la CNC, uno saca la impresión de que Javier Rojo Gómez, sólo, está deteniendo milagrosamente a una corriente gigantesca de injusticias y atropellos que amenaza con desbordarse y destruir, desde su base, a un régimen tan traicionado todos los días, por los mismos que se proclaman sus representantes y defensores” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 319).

⁴⁷ “Carlos Madrazo es un político. Un político eficaz al que se escucha, se discute, se acepta, se admira y hasta se insulta. La nueva política, encabezada por Madrazo, tiende a cerrar el foso abierto entre los principios de la Revolución mexicana y sus realidades. De ahí el éxito popular del político tabasqueño” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 455)

⁴⁸ “Sus preocupaciones de aquellos días son todavía las mismas: ‘Las relaciones entre la moral y la política’ [...]. Se dedicó pues al estudio de la historia, la geografía, etnología, economía política, etcétera de este continente. A través de sus estudios y de sus viajes por Sudamérica, Régis Debray vivió por primera vez la relación entre la teoría y la práctica. Varias veces insistió: ‘Los intelectuales deben ser concretos, si no se convierten en payasos o traidores’” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 533).

cujo anticlericalismo exacerbado os distanciara de qualquer critério moral para suas ações.

Se bem refletirmos, as características elencadas sintetizam as próprias virtudes da Revolução, na percepção da autora. O bom político, portanto, tinha a habilidade de materializar com seu modo de vida o espírito revolucionário que deveria mover e unificar os mexicanos, já que a Revolução seria, a uma só vez, a expressão máxima das demandas populares e uma força condutora – quase mística – que quando bem apreendida e respeitada forneceria bem-estar e coesão social. Em uma imagem fantástica como as de seus contos e romances, o desenho que Garro nos apresenta é de uma forma de ser mexicano que eclode luminosa em 1910 e que extravasa dos gritos sofridos para uma dimensão além, que poderia ser acessada sempre que o pensamento coletivo, a preservação dos direitos, a reflexão crítica e uma atitude que une fraternidade ilustrada e solidariedade cristã norteassem os mexicanos. O sofrimento do porfirismo teria levado o indivíduo comum a olhar profundamente para o seu interior e encontrar ali algo comum a todos os seus compatriotas, alcançando coletivamente uma identidade e uma vontade partilhada há muito tempo por todos, mas antes desconhecida no isolamento: a Revolução. O bom político nada mais era, para Garro, do que o sujeito que tomara para si a missão de guardião e realizador dessa nova mexicanidade revolucionária na esfera pública, pois seria ele *“el único capaz de desviar (...) una catástrofe, ya que la política no es algo que exista por si misma, sino algo que hacen los hombres”* (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 316).

2.5 Violência revolucionária

Em total oposição ao modelo de bom político, como concebeu Garro, estavam, em sua visão, os agentes da política mexicana: dotados de poder em seus cargos ou propriedades privadas, tomariam decisões contra a lei tão apreciada pela autora e imporiam medidas de maior exploração popular por meio da força. Por essas razões, a violência é um tema que perpassa praticamente todos os textos da intelectual, que amplia tal noção ao contemplar tanto os ataques, perseguições e despojos coordenados pelos aliados do Estado⁴⁹, quanto silenciamentos, fraudes e chantagens exercidas por

⁴⁹ No artigo *La Nueva Era* (1965), por exemplo, relata os sofrimentos de um povoado homônimo pelos *“crimines, atropellos, robôs, despojos, cárceles y golpizas de que son víctimas, todos los dias, en todo el*

funcionários públicos e fazendeiros⁵⁰. A escritora entendia o abandono dos mais vulneráveis por parte do governo como uma enorme violência e destacava, no jornalismo, uma percepção de que a violência não era apenas sinônimo de agressão física, roubos e assassinatos, mas que possuía uma dimensão simbólica que deveria ser submetida a análise.

Quando opta por desnaturalizar a violência como fato, Elena Garro consegue procurar origens, manifestações, causas, ocorrências, de modo que o fenômeno da violência governamental se tornou uma espécie de pesquisa e escrita da autora. No desenvolvimento de sua produção, a intelectual passou a complexificar mais e mais as formas desta violência, ligando-a ao autoritarismo estatal – e suas vascularizações em níveis micro –, extremamente consolidado nos anos 1950 e 1960 – haja visto a porção de casos mais alarmantes executados a mando de representantes governamentais que a jornalista destaca em *¿Para quiénes esta tumba es un delito?* (1964) e *El complot de los cobardes* (1968): o assassinato de Ruben Jaramillo e o Massacre de Tlatelolco, respectivamente.

Ainda assim, oferece uma outra perspectiva sobre a violência no período, apontando as ambiguidades do fenômeno e uma postura contraditória de sua leitura: por um lado, parece condenar veementemente todas as formas e manifestações da violência, sugerindo que seria sempre a tentativa desesperada de opressão do mais fraco pelo mais forte; por outro, consegue observar e até mesmo defender aspectos aceitáveis e positivos do uso da força, especialmente como expressão de clamores constantemente abafados pelas lideranças políticas. Longe de ser uma pacifista, Garro ora acusa a violência de ser

país, los campesinos mexicanos”. GARRO apud LOPÁTEGUI, P. R. **El asesinato de Elena Garro. Periodismo a través de una perspectiva biográfica**. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2014. p. 338.

⁵⁰ Em 1964, ao escrever a série *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida* para a revista *Presente!*, Garro aponta, em seu quarto texto, que algumas das violências políticas mais comuns no México eram a desapropriação de terras comunais, a privação de direitos à população vulnerável, o descumprimento da lei e da justiça, o massacre de grupos oprimidos, a manipulação dos camponeses por grupos supostamente interessados em adentrar as dinâmicas de poder - que reiterou em diversas ocasiões ser o caso da *Central Campesina Independiente* (p. 319). No ano seguinte, outro texto se destaca no que diz respeito à amplitude das formas de violência empreendidas contra a população mexicana: a reportagem *El problema agrário sigue en pie después de 50 años de Revolución*. Sua principal denúncia é de que havia um esquema em dezenas de estados mexicanos – citando Chiapas, Hidalgo, Michoacán, Sonora, Coahuila, Tamaulipas, Chihuahua, Sinaloa, Durango, Zacatecas, Guanajuato, Veracruz, Guerrero, San Luís Potosí, Aguascalientes, Nuevo León, Tlaxcala e o Distrito Federal – para fraudar documentações de pequenas propriedades e manter concessões de terras particulares que seriam anuladas pela legislação revolucionária. Iguale a manipulação da justiça e a inação do Departamento Agrário à violência física que empreendiam os grandes proprietários de terra, por exemplo (p. 442-444). GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*.

o mal de origem das mazelas sociais, ora relativiza sua interpretação, abrindo espaço para a tolerância de situações excepcionais, nas quais não seria condenável lançar mão da violência.

Exemplo dessa postura mais compreensiva que contradizia os argumentos que apresentava em grande parte de seus artigos é a afirmação feita no texto *Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/IV* (1964):

Los campesinos, aterrados, entran aparentemente en calma, pero el hambre hace que la calma dure poco, y la verdad es que los campesinos acumulan, si no beneficios merecidos, la ira. Y la ira solo tiene una salida: la violencia. Heridos en sus derechos ciudadanos y en su dignidad, vuelven a la CNC (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 320).

Quando escreve que a calma dura pouco quando a fome é muita e somente a ira preenche os camponeses, não restando outra alternativa senão a violência, Garro legitima esta forma de agir como protesto. A violência que condenou incansavelmente, portanto, ganhava neste texto uma possibilidade de existência, desde que fosse um último recurso; a resposta desesperada do povo quando não há qualquer outra possibilidade de diálogo ou ação.

Esta mesma linha de argumentação é a que serve à autora para justificar a necessidade de violência durante a Revolução Mexicana, amenizando a contradição que cria ao defender simultaneamente que o movimento deveria ter sido limitado pelas balizas da legalidade e restrito à transformação política por meio das eleições; e que figuras como Emiliano Zapata, Pancho Villa e Felipe Ángeles foram verdadeiros heróis nacionais e lutaram com exércitos para garantir a vitória da Revolução “verdadeira”, em contraposição às tentativas de golpe empreendidas por sujeitos como Victoriano Huerta. Diante de uma ameaça ao direito conquistado legalmente, o povo passa a estar autorizado a se usar da violência para preservar a

ordem pactuada coletivamente.⁵¹ É o que afirma o general Felipe Ángeles em uma das falas na peça de mesmo nome, escrita entre 1954 e 1956⁵² por Garro:

Contra esse principio [de la infalibilidad del poder personal] combatimos todos con armas en mano y ahora reaparece un hombre nuevo, que no va a permitir que se le combata ni con las armas, ni con la palabra. La sangre está todavía muy fresca, la memoria intacta y el origen del poder, dudoso (GARRO, 2016, p. 193).

O principal problema da violência no México, portanto, seria seu uso indiscriminado e conseqüente perpetuação como meio de controlar e exercer poder. A permanência da violência fora de contextos extremos era, para a escritora, uma das causas centrais do distanciamento entre a população e o Estado, da conservação de desigualdades e do medo vivido cotidianamente. Tal configuração levava o México a encontrar, na metade do século passado, um cenário de desagregação social e terror político. O desastroso resultado da conjunção, apontava Garro, era a destruição do corpo cívico e a desumanização do sujeito, uma vez que a violência naturalizada se torna aceitável e passível de ser utilizada por todos, a qualquer momento. No artigo *¿Para quiénes esta tumba es un delito?* (1964) e na entrevista *El presidente de Carlos Solórzano* (1966), encontramos alguns fragmentos nos quais a pensadora associa a propagação da violência à aceitação da mesma e, ao cabo, à aniquilação do humano:

El sacrificado se convierte (...) en víctima de la fuerza bruta del Estado [...]. La Libertad es un acto de responsabilidad mutuo: se otorga y se toma. Los que rechazan la libertad otorgada se convierten, como en caso del crimen de Rubén Jaramillo, en enemigos del régimen, ya que su silencio es utilizado peligrosamente por los traidores de la política de México. Abstenerse de ejercer una libertad otorgada es volver culpable, por ineptitud propia, al régimen que la otorga (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 326).

...desde su oscuro y absoluto poder, (...) petrifica cualquier pensamiento, neutraliza la posibilidad de cualquier acción e impide, misteriosamente, que el amor y la belleza se produzcan. La figura se llama El Presidente y es aterradora, no como un falso demonio, sino como un demonio verdadero cuya

⁵¹ É essencial destacar que tal formulação não é uma criação de Elena Garro e sim parte da teoria clássica elaborada por filósofos do liberalismo clássico. Um dos representantes da ideia foi Jean-Jacques Rousseau, que afirmou no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*: “O despotismo fecha o círculo da evolução. Com efeito, reencontra todos os caracteres do estado de natureza: os homens, então, são iguais por não valerem nada: o direito do mais forte vence; a moralidade reduz-se a uma obediência cega; não existe mais virtude de costumes, nem noção do bem. Um estado tal legitima todas as revoluções” (ROUSSEAU, 1999, p. 25). Além do filósofo francês, nome relevante para a discussão sobre o poder popular e o levante em um Estado repressor foi o estadunidense Henry David Thoreau, conhecido pelo tratado *A desobediência civil*, no qual declarou: “para falar de modo prático e como um cidadão, ao contrário daqueles que chamam a si mesmos de antigovernistas, eu clamo não já por governo nenhum, mas imediatamente por um governo melhor [...]. Todos os homens reconhecem o direito de revolução, isto é, o direito de recusar lealdade ao governo e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis” (THOREAU, 1849).

⁵² Como outros escritos, *Felipe Ángeles* foi elaborado nos anos 1950, mas tardou a ser publicado: somente em 1967 ganhou versão impressa pela Revista Coátl, de Guadalajara.

sola virtud es romper (...) la luz para producir niebla y noche, fórmula indispensable para la destrucción del espíritu y del hombre. De esa figura dimana el pavor y el silencio que la circunda (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 381-382).

A conclusão evidente, mas que Elena Garro não deixa de explicitar, é que a violência como política de Estado é marcadamente antidemocrática, uma vez que contraria os valores nos quais teoricamente se ancora um regime republicano e democrático. O México dos anos 1950 e 1960 era, portanto, um país coordenado por lideranças e uma máquina governamental que prescindiam da violência muito antes de seu ápice vastamente conhecido – o Massacre de 1968. A construção histórica de um Estado violento, que buscou por anos seguidos apenas demonstrar a força por ela mesma, resultou na preservação do poder pela retórica, de um lado, mas também pelo medo. Ao reescrever os dias finais do General Felipe Ángeles, condenado desertor pelo governo de Venustiano Carranza, Garro elabora o seguinte diálogo sobre o assunto:

DIÉGUEZ: [...] Hay que matar pronto a Ángeles... (...) El juicio es ilegal, ha sido suspendido por un Juez y el Primer Jefe insiste en matar con el código en la mano. ¿No se dará cuenta de que no engaña a nadie? Hubiera sido mejor matarlo en campo y decir que había muerto en una escaramuza. Pero quiso darse el gusto de matarlo en nombre de la ley y de la Revolución, como si quisiera matarlo totalmente, y nada más está enseñando el juego.

GAVIRA: Cuando una carta es buena hay que enseñarla. ¡Tenemos un as en la mano! ¡Matarlo en el campo era desaprovecharla! Debemos hacer una demostración de fuerza delante de los sentimentales y de los ilusos como decía usted, general.

DIÉGUEZ: Pero ¿no comprende, general, que el crimen de matar a Ángeles justificará muchos asesinatos en el futuro? (GARRO, 2016, p. 189. Grifo meu.).

Essa estratégia tinha extrema importância na manutenção de um regime permeado por falhas e corrupção, como o mexicano, já que criava temor e receio em uma oposição organizada, destituindo cotidianamente o poder popular e reiterando a imagem de um Estado absoluto e inquestionável. No romance *Y Matarazo no llamó...* (1991)⁵³, um grupo de grevistas, embora numerosos, experientes e articulados recua diante da ameaça de repressão: “*¡Es inútil! No hay quien pueda con el gobierno. No, ellos tienen la fuerza... ¿el poder y la gloria! – agregó, haciendo una mueca como si fuera a echarse a reír o a llorar*” (GARRO, 2010, p. 223).

Os governos pós-revolucionários de meados do século XX reavivavam a tradição de enfrentamento suscitada pela narrativa da violência necessária para tomar a

⁵³ A obra foi escrita como um conto entre 1957 e 1959 e revisada trinta anos mais tarde, ganhando uma versão expandida. A primeira edição impressa como livro veio a público apenas na década de 1990.

presidência quatro décadas antes, repetindo a noção de que a Revolução só prevaleceria dentro de suas instituições: o Partido e o Estado. A esses, a população devia respeito, reverência e obediência, mesmo que fosse necessária a perseguição ou a execução exemplar.

ÁNGELES: (...) Cometer crimines desde el poder es abrir la era de los asesinos, por eso ahora al cruzar las calles de esta ciudad, un tumulto de hombres y de rostros caídos en combate o ante los pelotones de fusilamiento me seguía diciéndome: “nada ni nadie impedirá tu muerte, Felipe Ángeles, porque el principio que alimentaba su vida se ha muerto... quizás el destino de las revoluciones...” (GARRO, 2016, p. 194. Grifo meu).

O sucesso relativo desse projeto de poder foi narrado e questionado pela intelectual também em contribuições para o jornal, como o icônico artigo *Una conducta superior* (1964), no qual discute a condição da democracia no mundo e particularmente nas Américas.

Quando se instituyó que la *res publica* estaba al alcance de todos, se inició una lucha feroz por el poder entre los hombres que representan las ideas de sus pueblos y los hombres ávidos de poder personal (...). En todas partes, la democracia está siendo vencida por estos ávidos encargados de implantar el terror no sólo como medio de lograr el poder, sino como fin, ya que los medios son los fines (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 327)

No caso específico do México, é interessante notar que progressivamente os textos de Garro demonstram com maior transparência a percepção de que a violência e o autoritarismo não eram meras ferramentas do Estado, e sim seus próprios elementos constitutivos. A Revolução lançara mão da violência por força maior, considerando que procurou derrubar uma ditadura. Em suas reportagens e artigos, no entanto, Garro percebeu um processo central para a compreensão da política nacional no século XX: muito mais do que ser um instrumento momentâneo para a deposição de um líder autoritário, a violência se converteu em elemento fundante da democracia mexicana⁵⁴. O próprio entendimento de democracia no México terminou por se associar mais à ideia de Revolução do que às concepções tradicionais do que é um Estado democrático. Por sua vez, o regime que se estabelece terminada a insurreição popular, se sustenta sobre a

⁵⁴ Ressaltamos que a ideia de uma democracia embasada na violência é parte de nossa interpretação a partir das leituras de Garro, que reconhecem a violência como pilar de origem do regime político pós-revolucionário. Como argumentaremos a seguir, a autora não reconhecia o governo como uma democracia por acreditar em um modelo completo e acabado de regime democrático. Nós, ao contrário, achamos relevante evidenciar que muitas das democracias latino-americanas, como a do México, se formaram repletas de incoerências e lacunas, quando comparadas à teoria da política republicana democrática.

imagem de herdeiro da Revolução – com todos os seus legados, inclusive o da violência.⁵⁵

Não seria ilógico inferir, a partir das observações de Elena Garro e dos estudos historiográficos dos últimos anos, que a reiteração do discurso da Revolução também suscita uma postura política a que ela remete: a postura de enfrentamento, de conflito, de guerra. A violência, portanto, não seria um instrumento de exceção, quando o poder simbólico é insuficiente ou é colocado em xeque, mas um poder coercitivo que caminha lado a lado daquele e se retroalimentam. Ou seja, talvez fosse possível afirmar que a ideia de permanência e continuidade da Revolução necessitasse, além das narrativas históricas, instituições e leis, da própria repetição dos métodos revolucionários: agia-se com violência contra qualquer suposta ameaça ao povo, da mesma maneira que o povo, acuado, reagiu ao antigo “tirano”. Tal lógica, ironicamente, garantiu a estagnação popular e estabilidade governamental, uma vez que o Estado “poupava” os civis de se exporem ao confronto e reivindicava para si o status da própria Revolução, produzindo no imaginário popular a figura de um soldado que combate os males nacionais.

Para Elena Garro, essa política belicosa, que depende do conflito interno interminável e das práticas violentas, originaria o totalitarismo. Provavelmente influenciada por uma série de leituras – registradas em seus cadernos pessoais – que realizou no período sobre as Guerras Mundiais e a construção do stalinismo, a intelectual acabou por aglutinar todo tipo de violência empreendida pelo Estado em torno do mesmo conceito. Assim, foi capaz de aproximar sua vivência no México às formas históricas mais clássicas do fascismo, como o regime nazista ou o franquismo.

Los extremos se tocan, las similitudes entre un totalitarismo de izquierdas y un totalitarismo de derechas son asombrosas (...); los tiranos todos, tienen un mismo método, un mismo idioma y unos fines idénticos. Se entienden, se comprenden y se ayudan (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p 317).

O tema do totalitarismo violento em oposição à dialógica democracia torna-se outro de seus assuntos favoritos no jornal. Colocando os dois modelos em choque,

⁵⁵ Ressaltamos que as análises sobre os pressupostos e deveres de uma revolução não são exclusividade da produção de Garro, mas uma preocupação de homens e mulheres de letras, partidos políticos e movimentos sociais durante o século XX. Como jornalista e literata, a autora se insere em um debate mais amplo que avalia, por exemplo, as experiências revolucionárias na Rússia e em Cuba, bem como rupturas políticas de natureza diversa, como o *justicialismo* e o peronismo na Argentina. Os argumentos críticos e de justificação a cada um desses processos circulavam entre os intelectuais de diversos continentes, assim como seus próprios autores, criando redes entre eles – como é o caso de Elena Garro e Régis Debray, Roberto Fernández-Retamar, Jorge Luis Borges, Adolfo Boiy Casares, Victoria Ocampo, entre outros.

Garro dedicou-se a fazer uma defesa insistente da democracia e da reforma no regime pós-revolucionário, principalmente durante os anos 1960. Para ela, combater o avanço do totalitarismo e salvaguardar a essência democrática estava associado, dentre outras coisas, à preservação da dignidade dos cidadãos e seu bem-estar. Assim, a ideia de inimigos internos que deviam ser combatidos – proferida por presidentes como Manuel Ávila Camacho, Miguel Alemán, Gustavo Díaz Ordaz e herdada das disputas pela prevalência de um grupo na história revolucionária – era incompatível com um pretense regime democrático.

Nas palavras de Garro em *Una conducta superior* (1964), “*una democracia no puede tener enemigos emboscados sin arriesgar a emplear métodos ajenos a ella, que sólo destruyen el efecto y fomentan la causa que persigue*” (p. 328). Contudo, a realidade que narrou sobre a história mexicana da década de 1910 e de seu momento de escrita é bastante distinta: no artigo sobre o assassinato de Rubén Jaramillo ou nas dezenas de reportagens sobre a questão agrária, a escritora explicitou a violência que estava entranhada nos meios políticos e era praticada diariamente contra os desfavorecidos, ora chamados de traidores, ora rebeldes, mas sempre incômodos. As semelhanças discursivas com a vida de Felipe Ángeles, que escolheu transformar em enredo teatral, não são poucas, nem vãs:

DIÉGUEZ: La traicion nos ronda, nos aguarda a cualquier hora y en cualquier lugar. Y todos hemos ido terminando así y ninguno de nosotros tendrá un final distinto. Da lo mismo llamarse Zapata, Angeles o Madero... (GARRO, 2016, p. 183)

ÁNGELES: Y más tarde (...), hasta que (...) el Estado se convierta en un monolito enemigo, que asesina a todo aquello que se opone a su poder. (*Ibidem*, p. 195)

ÁNGELES: Y lo más triste es que mi muerte no cambiará la suerte de mi pueblo (*Ibidem*, p. 193).

Nesse sentido, buscou argumentar que complementarmente à ideia de que a violência origina o totalitarismo, quando vinda dos altos escalões governamentais, ela também é o primeiro sintoma de que a democracia já se encontra em risco, quando utilizada como forma de comunicação popular, uma vez que sinaliza uma impossibilidade de diálogo. A violência, pois, deveria sempre despertar a atenção de uma sociedade para a necessidade de tomar providências rápidas, enérgicas e efetivas.

Cuando en una democracia el descontento popular toma las formas alarmantes de la clandestinidad, que es el primer paso hacia la dictadura y la represión, el gobierno democrático no puede ignorarlo, pues con su

ignorancia abre las puertas a la violencia, contraria a su manera profunda de ser (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p 328)

Obviamente, a conclusão que o leitor de Garro pode ter é que o México nos anos 1960 não era mais uma democracia. Tal argumento precisava ser formulado porque para que a autora criticasse o Estado mexicano, era preciso classificá-lo como totalitário, a fim de não ferir a imagem idealizada – e consideravelmente inocente – que tinha de uma democracia perfeita, isenta de contradições e exclusões. Um exemplo deste esforço em preservar um ideal democrático sem falhas é o excerto retirado de *Una conducta superior* (1964), que parece descrever exatamente o oposto ao que se conheceu como experiência democrática na América Latina durante o século XX: “*la democracia carece de los métodos ideológicos y policiacos necesarios para justificar el crimen de una represión*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 329).

Se a autora contribui para a compreensão do cenário político mexicano entre 1950 e 1960 ao inserir a violência como caractere indissociável da cultura política nacional pós-revolucionária, também associa a essa interpretação uma visão limitada do que foi a democracia no período e seus descompassos na realidade concreta, levantando a bandeira de um sonho democrático da ilustração combatendo “*la estructura piramidal y totalitaria del PRI*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 464). Nesse aspecto, seu combate era em prol da democratização do PRI e do regime como um todo, para que não voltasse “*a quedar como anillo al dedo de nuestro sistema ‘político’*” e que o México se tornasse outra vez uma referência, “*un país líder, autor de una revolución mágica, panacea para todos los males hispanoamericanos y ejemplo de estabilidad política y conciencia histórica*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 455).

2.6 Partido e tendências políticas

O PRI foi sozinho um tema bastante caro à letrada mexicana. Não porque combatesse a existência do partido em si, o que poderia ser cogitado por suas insistentes críticas à institucionalização carrancista e callista – notáveis em obras como *Los recuerdos del porvenir* (1963) e *Felipe Ángeles* (1967) – mas pelo espaço que o partido passou a ocupar no imaginário e na vida política mexicana, como um “monolito”, na definição da escritora, que se pretendia pedra fundamental das relações sociais, culturais e econômicas, porém se tornara um verdadeiro obstáculo a elas.

Em seus textos jornalísticos, Elena Garro propunha uma análise segundo a qual um dos fatores que prejudicava a relação do PRI com a política revolucionária e a população mexicana foi a difusão do priismo, uma crença oficialista na soberania do partido, sem qualquer questionamento, dúvida ou retorno às balizas que inspiraram os conflitos de 1910 a 1917. Na retrospectiva que realizou em *¿Hacia dónde va el PRI? ¿Hacia la izquierda, el centro o la derecha?* (1966), Garro defendeu que até o mandato de Lázaro Cárdenas, a Revolução passara por um processo de organização e, no governo de 1934 a 1940, concretiza algumas de suas maiores conquistas sociais e econômicas.

Seu grande impasse teria sido a incapacidade de lançar um candidato à presidência que desse continuidade ao projeto cardenista, abrindo caminho para a eleição de Miguel Alemán, quem classificava como reacionário e desejoso de “*un régimen que permitiera una franca marcha atrás. Necesitaba, pues, un partido que funcionara cada vez más desde arriba; es decir, desde la voluntad presidencial y no popular*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 476). Esse momento inauguraria o progressivo estabelecimento do que chamou de *regime priista*, substituto do regime revolucionário. Da chegada ao poder por Alemán, nos anos 1940, até o período de atividade intelectual da autora que abordamos (1950-1960), a fortificação da prevalência do PRI teria crescido mais e mais, abandonando paulatinamente as aspirações revolucionárias mais ligadas ao cardenismo. Assim teria se originado um dos maiores problemas da época, na perspectiva da intelectual:

*Fue en 1965 cuando el PRI se trató de volver priista, de transformarse en un verdadero organismo político capaz de regular tendencias, controversias e inquietudes que invaden el clima político mexicano [...]. La verdad es que, actualmente, el PRI funciona más sobre las bases de una empresa privada que de un partido político [...]. Cuando el PRI produce un grupo reducido de priistas fanáticos y convencidos de los principios que representan, ese grupo se convierte inmediatamente en enemigo de los priistas oficiales, sin más ideología que la que permiten sus empresas comerciales (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 477-478).*

A invenção do priismo, no entanto, teria evidenciado um aspecto precioso para a compreensão do campo político em meados do século XX e da própria história institucional do partido: sua multiplicidade. Ao se debruçar sobre este fenômeno e escrever a respeito das nuances do partido, Garro fora capaz de demonstrar que a noção de que ele era formado por membros em completo acordo era falsa. Particularmente, quando elabora seus romances históricos em busca das origens de tais divergências, a

literata complexifica o discurso oficial de que todos os revolucionários dialogaram e lutaram por um mesmo ideal: a narrativa de perseguições, traições e disputas pelo legado revolucionário, que produz sobre o início do século e depois retoma em seus artigos acerca dos anos 1960, demonstra uma série de cisões e fissuras no partido e nos ideais que movem seus afiliados – ou que moviam os antigos soldados de 1910. A Revolução, ao cabo, é um processo em constante reivindicação por vários agentes e não se define ao longo do tempo.

A ampla heterogeneidade de visões e bandeiras dentro do mesmo movimento – que se transformara em um mesmo partido – aparecia nos textos de Garro como uma reflexão de que a reivindicação da Revolução é um processo inacabado ainda na metade do século. A existência de tendências diversas no partido mostrava que as decisões políticas nacionais não envolviam apenas escolhas de postura de acordo com um contexto ou problema que se apresentava, mas também a predominância de um grupo sobre outro. As contendas por poder dentro do PRI, portanto, determinavam as políticas públicas e deixavam a população à mercê dos enfrentamentos entre líderes. Esse cenário agravara, nos anos 1960, uma enorme crise política. Aos olhos dos cidadãos médios, que não estavam alienados do debate, era difícil confiar em um partido que, longe de manter um debate plural e saudável, demonstrava desorganização e contendas por poder.

La Revolución mexicana tiene su propia lógica y su propio mecanismo; así, para preservarse, le fue necesaria la creación de un partido único. Pero al cerrar la posibilidad del juego democrático, cerró también la posibilidad de una democracia interior, única forma de preservar la dialéctica revolucionaria dentro de las filas mismas de la Revolución. Por lo tanto, la Revolución Mexicana perdió, en unos cuantos años su efectividad y creatividad creadoras y, con ellas, la fe de los mexicanos. El PRI se convirtió en una nueva casta opresora, enemiga natural de los principios que representa (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 456).

Nas análises de Garro, o regime pós-revolucionário nos anos 1950 e 1960 encarava uma situação similar à do porfiriato em crise, imediatamente antes da eclosão da Revolução (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 475). Ambos consolidaram uma elite controladora – governantes, fazendeiros e intelectuais, no Antigo Regime; partido, burocracia, latifundiários, caciques e intelectuais, após 1917 –, proferiam um discurso que buscava sustentar a ordem em vigor – ciência, progresso e civilização, para o porfirismo; Revolução e modernização, para o regime pós-revolucionário – tomavam medidas econômicas incompatíveis com a necessidade do país – privatização e vendas a

estrangeiros durante o governo Díaz; impulso de industrialização e desprezo pelo campo, no prisma – e, enfim, realizavam práticas coercitivas para controle da população – genocídio e repressão marcadamente ditatoriais no século XIX; roubos, destruição de terras, assassinatos, desterros, privação de direitos, omissão em boa parte do século XX.

O resultado não poderia ser diferente: o PRI enfrentava, nos anos 1960, grande rechaço popular, que colocava em perigo sua estabilidade e hegemonia. Mais ainda, ameaçava originar um abandono da causa revolucionária – pois se o partido era a própria Revolução, então era possível que se entendesse que a Revolução não respondia mais aos problemas e anseios da população. Essa hipótese aterrorizava Garro e parte da intelectualidade que se alinhava aos ideais revolucionários, como Octavio Paz, Rosario Castellanos, Emilio Carballido e outros. Aos poucos, procuravam oferecer soluções para o imbróglio: a saída defendida por Garro se alinhava à proposta de reformar o PRI, encabeçada por Carlos Madrazo e seus companheiros, chamados pela escritora de “ala de esquerda” do partido.

O intuito de Madrazo, com o qual concordava Garro, era que a organização partidária realizasse uma autocrítica, identificasse os problemas acumulados interna e externamente para, enfim, recuperar o apoio popular.⁵⁶ A longa querela entre os apoiadores de Madrazo e demais setores do partido, entretanto, foi tensa e envolvia o futuro do México e da relação entre população civil e Estado, como narrou em *Christlieb contra Madrazo* (1066):

El PRI, a pesar de su fuerza que diariamente despliega, se siente vulnerable (...). La intención del licenciado Carlos A. Madrazo es según sus propias palabras, encabezar hacia el terreno civil y democrático del debate, el descontento y las inquietudes nacionales (...) [para] devolver la confianza en las autoridades a los descontentos que han perdido la esperanza en el partido y en la política oficial (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 473).

O desfecho, no entanto, foi insatisfatório para a autora: Madrazo sofreu pressões dentro do partido no ano seguinte e teve de abandonar os postos de liderança. Entre 1967 e 1968, o acirramento da violência e do autoritarismo diminuíram ainda mais a aceitação do partido entre trabalhadores e estudantes. O fracasso era inevitável. Não havia mais espaço para a Revolução pela qual tanto lutara Garro.

⁵⁶ “Es peligroso seguir una política unilateral, privada de diálogo y polémica. Muchas voces, la mayoría, se quedan fuera de la posibilidad de ser escuchadas” GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 471.

2.7 O problema do presentismo

Escritora engajada e voz autêntica na intelectualidade, Elena Garro lutou em seus combates. Aquele que poderia costurar sua obra foi a tentativa de vencer o “presentismo” na sociedade mexicana, isto é, o excesso de presente e escassez de perspectiva temporal para a maior parte do povo. O presentismo, acreditava, ajudava em muito à propagação da violência, dos interesses particulares na política, dos maus dirigentes, da manipulação discursiva, da dificuldade para os mexicanos participarem dos espaços de debate e exercício do poder... Em síntese, desgastava a Revolução popular.

Convivendo em centrais e organizações de trabalhadores, especialmente rurais, Garro notou que as camadas sociais mais pobres da sociedade tinha extrema restrição no acesso à cultura letrada e formal, mesmo após a expansão do sistema educacional mexicano. Os enormes investimentos em escolas públicas rurais havia sido insuficiente para a alfabetização e inserção dos mexicanos no mundo dos conhecimentos acadêmicos, o que Garro associava à permanência da situação de “miséria e incultura” vivida no campo nos anos 1960, que resultava na “desesperança e agitação” generalizada (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 439). Na visão da intelectual, a impossibilidade de realizar estudos básicos tornava ainda mais árdua a tarefa de aproximar as pessoas da história de seu país, razão pela qual considerava o México uma nação “sem memória”, distante de seu passado – até mesmo recente. “*Mucho se repite que México es un país sin memoria, y esta regla es válida en todos los órdenes: artístico, político, económico, etcétera. La cultura o la técnica, la economía son justamente la continuidad y la memoria*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 343).

A dita ausência de memória causava grande preocupação à escritora, pois acreditava que, sem conhecer a si mesmo, o país estava fadado a não conseguir acompanhar a evolução dos problemas ao longo do tempo, repetindo fórmulas ultrapassadas e estando fadado a cometer os mesmos erros continuamente. Ao final, o horizonte de melhoria futura desaparecia pela falta de domínio sobre o passado. Era necessário, para Garro, estudar a fundo as origens sociais e culturais dos problemas – intuito visível em suas obras literárias e textos jornalísticos.

La actitud contraria solo produce baches por los que desaparecen los esfuerzos de nuestros antecesores. No se puede empezar a construir todos los días el mismo edificio, sólo para que la primera piedra lleve nuestra firma. ¡Ya hay tantas primeras piedras en nuestra historia! (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 343).

No caso específico da Revolução, o passado não era apenas objeto de esquecimento: havia também uma difusão de narrativas oficiais que a autora julgava incompletas e contribuía para uma não-identificação da população com a história narrada, já que sua vivência e lembrança divergia do discurso histórico repetido pelos governos pós-revolucionários. A escolha por parte do regime de um enredo bem encadeado, livre de batalhas injustas e com tons de evolução natural dos fatos minava o espaço para críticas e oposições no passado e no presente, além de narrar apenas o ponto de vista dos grupos que alcançaram o poder, encobrendo dissidências e tensões, bem como excluindo da narrativa grupos fundamentais que sinalizavam fissuras e contradições da Revolução. Mas essa situação era reversível, já que algumas histórias eram incômodas o suficiente para não serem esquecidas.

GAVIRA: Nosotros ganamos la partida. Los vencidos nunca tienen razón. La historia está con nosotros.

DIÉGUEZ: La historia es una puta, general. No hay que fiarse de ella. Y este muerto es muy grande, no vamos a tener bastante tierra para cubrirlo. (GARRO, 2016, p. 189-190).

Seja pela tradição oral, seja por meio de registros escritos que puderam ser encontrados, intelectuais como Garro assumiram a tarefa de escrever novas histórias sobre a Revolução, a fim de oferecer um material que auxiliasse o povo e suas lideranças políticas na revisão e concretização do projeto revolucionário, incluindo novos personagens nas narrativas e na voz pública.

CAPÍTULO 3

Vozes abafadas. A intelectual se encontra com os marginalizados.

Embora fosse uma intelectual ativa e engajada, a voz persistente de Elena Garro acabou sendo ocultada: primeiro, em seu próprio tempo, com rejeições à sua introdução em editoras e jornais, críticas negativas a seu trabalho e represálias do governo em 1968; depois, pela historiografia, que reproduziu o discurso oficial de que a escritora seria uma contrarrevolucionária, traidora da nação e intérprete de menor importância. Aquele grito incômodo que aparecia nos semanários mexicanos para apontar problemas sensíveis do México nos anos 1950 e 1960 foi paulatinamente silenciado.

Com ele, muitos outros sujeitos também foram ocultados da narrativa histórica: trabalhadores do campo e da cidade, indígenas, mulheres. Garro marcou presença em organizações de tais grupos e dedicava textos inteiros para expor suas urgências e necessidades. Como intelectual, assumiu o combate da luta por terras, dos direitos trabalhistas e do seguimento da legislação revolucionária. Sua voz se encontrou com a dos marginalizados e, mesmo tecendo contradições, usou de seu lugar na elite cultural mexicana para incluir no debate público grupos subalternos. Nesse movimento, é inegável o papel do catolicismo em sua formação, dado que a experiência religiosa fora, para ela, um sensibilizador à ajuda dos mais vulneráveis e intervenção social em seu benefício. Tradicionalmente associado na historiografia à oposição e o reacionarismo, o catolicismo, em Garro, é uma importante chave de interpretação e prática da Revolução.

3.1 Os marginalizados em contexto pós-revolucionário: memória e agência

Os chamados marginalizados – ou subalternos – foram todos aqueles componentes sociais que tiveram grande participação e contribuição nos levantes revolucionários e ainda assim terminaram excluídos do projeto de governo que nasceu da ruptura política. A Revolução produziu um Estado majoritariamente masculino, urbano, de classes médias e altas, deixando para fora das instituições a multidão de camponeses e operários que lutaram nas filas dos exércitos revolucionários, bem como indígenas, trabalhadores domésticos, mulheres, educadores, entre outros. O governo

assumia o lugar de voz universal, autorizada a falar por todos estes grupos sob o espírito revolucionário. Sua integração à esfera pública, portanto, não era necessária, exceto durante períodos eleitorais, que garantissem a permanência do poder aos representantes eleitos do Partido da Revolução. A população, em grande maioria, não fora convidada a participar dos debates e discussões políticas encabeçados pelo Estado, muito menos de ocupar cargos ou postos de liderança que viabilizassem o acesso ao poder pelos mais vulneráveis. Era suficiente creditar ao regime a responsabilidade de mediar as relações sociais, econômicas e culturais, depositando novos votos de confiança – diante do convencimento discursivo ou da força coercitiva –, a cada sexênio, na organização política que era, em suas palavras, a Revolução encarnada.

Os grupos subjugados representavam, no México dos anos 1950 e 1960, uma espécie de causa dos problemas nacionais e ameaça à estabilidade do regime. Especialmente porque em boa parte não se contentaram em desempenhar a função de eleitores comportados: lidando com a realidade da violência generalizada e cotidiana, enfrentar os pequenos e grandes poderes era uma alternativa – talvez a única e última – e ser ouvido. Assim, organizações autônomas se formaram desde os anos 1930 – impulsionadas pelo corporativismo do governo Lázaro Cárdenas (1934-1940) em parceria com sindicatos e centrais trabalhadoras – e se fortaleceram na luta por direitos nas décadas seguintes. Não apenas o cardenismo foi fator de incentivo para a apropriação dos espaços de reivindicação e decisão pelos marginalizados, mas o próprio desenvolvimento territorial dos centros populacionais mexicanos teve uma parcela relevante de ampliação do debate público.

Diane E. Davis (2005) afirma que as reformas urbanas empreendidas no contexto pós-revolucionário, especialmente as ocorridas na Cidade do México sob liderança de Miguel Angel de Quevedo, restauraram física e simbolicamente os locais de convívio entre diferentes, favorecendo a circulação e encontro de pessoas com origens sociais distintas – seja por trabalho, lazer, alimentação, comércio, travessia ou atividades tradicionalmente entendidas políticas. A reavivação e a criação de ambientes de sociabilidade fomentou a discussão sobre assuntos de interesse social e aqueceu a esfera pública, da qual cada vez mais eram partícipes os trabalhadores organizados, os grupos camponeses, os coletivos estudantis. Ainda que centralizado nos políticos, intelectuais e artistas, a esfera pública se complexificava e a existência de sujeitos

diversos mobilizou os dois últimos grupos a reverberarem as vozes dos marginalizados, muitas vezes abafadas pelas instituições governamentais.

Elena Garro se integra a essa iniciativa da intelectualidade, procurando representar os grupos subalternos que já eram presença marcada no espaço público, mas que deliberadamente eram invisibilizados no cotidiano político. Abordando, por meio de histórias ficcionais ou textos jornalísticos, personagens correspondentes às diversas faces do mexicano comum, Garro construiu em seus escritos e sua militância uma autoimagem de intelectual próxima do povo e voz que amplifica os gritos dos excluídos. Essa atitude correspondia, por um lado, a sua crença de que a política e a intelectualidade eram meios de identificar e resolver os problemas de uma determinada sociedade, como sugere em *¿Para quiénes esta tumba es un delito?* (1964), *Regis Debray o “cuando oigo la palabra intelectual saco mi revolver y disparo...”* (1967) e *El complot de los cobardes* (1968). Por outro, é uma postura estética e ética que dialoga com uma gigantesca tradição de arte e cultura latino-americana de vanguardas que se propunha a narrar e estudar “o popular”, propósito em forte diálogo com o próprio ideário da Revolução Mexicana – ao menos em seu início.

O valioso trabalho que realizou Garro de colocar na cena política personagens não contemplados pela narrativa histórica oficial, todavia, não se limitou a registrar e oferecer para os leitores de seu tempo – e atuais – um quadro de quem eram os mexicanos em ação na esfera pública, a despeito das pretensões totalizantes do regime pós-revolucionário em condensar toda atividade política na figura do Estado: com um efeito provavelmente inesperado pela autora, nos dá, agora, pistas para compreender mais uma fissura na imagem do sistema que tanto os governos, quanto Garro resistiram a olhar. Em outras palavras, a escrita de histórias sobre os marginalizados pela Revolução humanizando-os, mas sempre alocando-os em contexto de luta, briga por condições mínimas de vida, em oposição ao sufocamento pretendido pelo Estado, sinalizava a existência de uma democracia sem direitos plenos.

Ou seja, o incômodo que tais grupos colocava no debate era justamente as lacunas do sistema político, ainda que este tenha as melhores intenções e esteja embasado nas mais refinadas teorias. Democrata, Garro demonstra grande dificuldade em lidar com esta contradição do regime revolucionário – e, por que não, da própria democracia –, resultando na transferência da origem das exclusões para as “fraudes

comentadas contra o regime”. Nesse sentido, passa a falar dos marginalizados também almejando conquistar a realização de seus direitos por meio da publicização de seus problemas e, assim, consolidar finalmente seu sonho democrático. Ao mesmo tempo, o exercício de escrever sobre camponeses, operários e indígenas dialoga com sua crença na força do indivíduo dentro da esfera pública: seu compromisso individual de produção intelectual e militância nos dezesseis anos de produção abordados aqui eram uma forma que encontrara de mudar a realidade com seu esforço pessoal e as armas que tinha disponíveis, além, é claro, de agir segundo sua consciência, guiada por princípios cristãos de compaixão e caridade.

Portanto, ao relatarem as diversas formas de ação e combate encampadas pelos ditos grupos marginalizados, os escritos de Elena Garro abrem importante espaço para sua participação e reconhecimento na esfera pública mexicana, comunicando outros grupos que estavam alheios a suas causas, e legitimam o engajamento popular na política pós-revolucionária. Além disso, traziam a público que tais mobilizações eram mostra da consciência política mexicana e evidência de quem seriam os “verdadeiros depositários da Revolução”. Por fim, explicitavam importantes formas de resistência política em um regime autoritário, incluindo novos personagens na narrativa da Revolução Mexicana e destacando as potencialidades de indivíduos em diálogo com a sociedade na construção de justiça e igualdade, transformando valores unitários em lutas coletivas. Mesmo assim, o cerne de sua ação evidencia que tanto o discurso da Revolução do PRI, quanto o do Estado democrático de Garro não incluíam plenamente todos os mexicanos já que, ao final, não há sistema perfeito, capaz de eliminar imediatamente as mazelas sociais e satisfazer a totalidade da população: a política é, ao cabo, sempre um campo de batalha por direitos e reivindicação de memórias, narrativas, medidas estatais, garantias sociais.

3.2 O campo

O estrato social que ganhou mais espaço na obra da intelectual mexicana foi definitivamente o dos camponeses. Isso porque o mapa dos problemas enfrentados no país em meados do século XX ainda tinha questões que orbitavam em torno da pauta da terra. É evidente que outras reivindicações – como os direitos femininos, as reformas escolares, o desemprego, as políticas culturais etc – tinham grande importância no

debate geral e, em alguns setores, ocupavam até mais espaço do que a repartição de terras. Mas nossa autora afirmava repetidamente que o maior de todos os impasses era o da questão agrária, de modo que o assunto merece atenção da análise.

A persistência da desigualdade fundiária nas décadas de 1950 e 1960 era uma verdadeira pedra no sapato de Elena Garro: passados cinquenta anos de Revolução, um dos principais eixos que motivaram o levante permanecia sem solução. Aguilar Camín e Meyer demonstram que entre os anos 1940 e 1960, mais da metade da população estava empregada no campo e em finais da década de 1950 as áreas rurais eram alvo de ocupações e tomada de posse das terras, diante da concentração agrícola, levando o presidente Adolfo López Mateos (1958-1965) a entender que “a paz no campo exigia uma ativação acelerada da reforma agrária” (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000, p. 233-246).

Garro aprofunda, com exemplos, o quadro do acúmulo de terras vivido à sua época no México. Destaca, por exemplo, que a exclusão dos camponeses de seu principal meio de vida e trabalho ocorria através da venda ilegal de terras estatais a particulares (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 442), da valorização da propriedade privada em detrimento dos *ejidos* – três vezes maior que as terras repartidas, segundo dados pesquisados pela autora – (*Ibidem*, p. 454), além do abandono de terras salubres, isto é, um excedente de terras particulares em desuso (*Ibidem*, p. 446). O desastroso resultado era a necessidade dos camponeses em abandonarem seu lugar de origem para buscar novas terras em que pudessem produzir (*Ibidem*, p. 510) ou, como representa em *El zapaterito de Guanajuato* (1964), a migração do campo para a cidade:

-¡Hay mucha hambre, niña! Mucha hambre. No sólo nosotros la padecemos, en mi pueblo todos andamos en la misma desgracia. Por eso venimos del campo a buscar consuelo en la ciudad.

-¡Estos bandidos del gobierno! (GARRO, 2016, p. 43)

O desastroso panorama era, para Garro, sinônimo de uma Revolução inacabada, que precisava ser levada a sério com urgência. Afinal, alguns dos combatentes de 1910 sequer puderam assistir à redistribuição territorial e muitos de seus descendentes permaneciam na mesma situação. A escritora, assim, utiliza seus textos para denunciar a imobilidade e lentidão do regime em concretizar a Reforma Agrária. As causas, como

argumentamos anteriormente se ligavam, na sua interpretação, à traição da essência revolucionária e a sobreposição de interesses pessoais.

La reforma agraria no ha terminado ni siquiera en su primera fase, que es el reparto de tierras (...). Es urgente un plan eficiente para liquidar este problema, pero con un hondo sentimiento revolucionario (GARRO & GÓMEZ apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 347).

Aunque parezca increíble, cincuenta años después de hecha la Revolución mexicana, todavía se ignora con cuántas tierras contamos y cuáles son sus diferentes calidades (GARRO apud LOPÁTEGUI, 2014, p. 444).

Sabemos que cincuenta años después de la Revolución mexicana, el problema de México continúa siendo el problema agrario (Ibidem, p. 453).

Em nossa análise, a autora desconsidera outro aspecto que complementa seus diagnósticos: a permanência do problema agrário era extremamente vantajosa para o PRI, durante os anos 1950 e 1960. Ademais do apossamento efetivo de algumas áreas, que gerava domínio das terras por alguns de seus filiados e a conquista de aliados políticos com influência regional espalhados por todo território, é preciso recordar uma dimensão simbólica relacionada à repartição de terras: sendo ela um dos motes centrais da Revolução e tendo as instituições políticas construído um discurso de Revolução eterna, perpetuar a questão agrária era um meio de presentificar o futuro, ou seja, tornar a expectativa de conclusão da reforma fundiária uma vivência constante. Isso quer dizer que atrasando a redistribuição das áreas agrícolas, o governo postergaria a finalização da Revolução, contribuindo para sua eternidade e garantindo a permanência do regime sem perspectiva de um fim.

Junto aos aspectos políticos, Garro passa a questionar se os problemas enfrentados pelos camponeses não são, afinal, de caráter cultural, buscando compreender se a privação de terras – para além de lógicas lucrativas ou de demonstração de poder – não teria raízes mais profundas na cultura política mexicana e não teriam igualmente implicações culturais. Quando destaca que “*um grupo de políticos y ex-gobernadores (...) controlan las tierras del estado [de Tlaxcala], el agua de Huamantla y la tala de los bosques*” (GARRO apud LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 452), situação que se replica em outras diversas áreas por todo o país – mencionadas na reportagem *El problema agrario sigue en pie después de 50 años de Revolución* (1965) –, é possível observar que a cultura da terra como sinônimo de poder não desaparecera com a Independência ou a Reforma e sequer com a Revolução. O hábito de possuir um território e, por conseguinte, decidir o funcionamento das relações e dinâmicas em seu

interior ou proximidades derivava de uma lógica monárquica que permanecia viva em pleno século XX.

Também na chave cultural, a interpretação de Garro levanta um ponto a respeito da falta de estudo e erudição das elites governantes em perceber a concentração de terras como problema nacional de grande amplitude. As “elites incultas” teriam uma visão restrita do funcionamento econômico agropecuário, observando apenas seu entorno e as consequências imediatas da detenção de muitas terras por poucas pessoas. Assim, não vislumbrariam, por exemplo, que sem as terras comunais havia uma tendência de diminuição do cultivo – verificada em crises de produção a partir dos anos 1940, com ápice a partir de finais dos anos 1960 –, já que parte considerável da mão de obra rural era autônoma e não trabalhava apenas por subsistência própria (AGUILAR CAMÍN & MEYER, *Op. Cit.*, p. 220). Tampouco entenderiam que o crescimento econômico sem acessos similares à renda congelaria, em longo prazo, o comércio pela falta de poder de consumo (*Ibidem*, p. 237).

Ademais, os desdobramentos da privação fundiária não se restringiam, para Garro, às dificuldades materiais de sobrevivência do camponês, mas afetava toda sua vida como cidadão mexicano. É notável, aliás, que o principal texto jornalístico que a autora escreveu sobre o assunto, *El problema agrario sigue en pie después de 50 años de Revolución* (1965), tenha sido publicado em um suplemento cultural da revista *Siempre!*, denominado *La cultura en México*. O espaço tradicionalmente abarcava colunas e artigos sobre artes e intelectualidade, comentando sobre produções literárias, cinematográficas, teatrais, além de eventos e comemorações culturais. A própria Elena Garro já colaborara anteriormente no mesmo suplemento com o texto *Los crimines se cometen en silencio* (1965), versando sobre a tradição artística mexicana e o cinema de Carlos Fuentes.

O texto, aliás, era uma crítica ao universo artístico nacional com dados políticos e uma compreensão de que a desvalorização de Fuentes pelas instituições era um atentado contra a cultura e um debate público que deveria envolver toda a população. No texto sobre agrarismo, transporta para o campo da cultura uma discussão que era tradicionalmente ligada à política e à economia, particularmente dentro das instituições oficiais. Assim, intersecciona problemas, subverte sentidos e amplia a abrangência dos temas a fim de torná-los coletivos e de interesse e responsabilidade gerais.

A reiteração de que tratava-se de um problema nacional a ser discutido por todos, especialmente no viés da cultura, ocorre nos argumentos estruturados em todo o texto. Mas particularmente se explicita quando Garro comenta que aderir a uma repartição de minifúndios – proposta à época pelo Departamento Agrário – em lugar da restauração integral das terras comunais era um contrassenso, não só por gerar tragédias sociais, como a fome e a miséria, mas por suas consequências na “má educação”, “decomposição interna da família”, “conformismo” e “desonra e humilhação” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, *Op. Cit.*, p. 454). Em resumo, problemas de ordem formativa e moral, inseridos no complexo da cultura.

A solução definitiva da questão, para a letrada, começava por entender o camponês como “voz pública” do México, não uma massa indistinta e silenciosa – e sim silenciada. Ao colocá-lo neste patamar, Garro reconhece mais uma vez a agência camponesa, alocando os trabalhadores rurais no debate público – ou melhor, demonstrando que já estavam nele – e desempenhando o papel apenas de reverberar e amplificar seus pedidos – muitas vezes registrados em suas reportagens e entrevistas –, formando opinião de outros segmentos que estavam alheios à causa campesina.

O segundo caminho para encerrar o problema era assumir de uma vez por todas o que chama de “vocação agrícola” do país. Se assim fosse, as condi es de vida no campo estariam garantidas, evitando fluxos migratórios, pobreza e recessão econ mica, além de restaurar a dignidade dos camponeses. “*La única [política] a seguir en nuestro país: la política agraria (...). La Reforma Agraria es la única solución econ mica y cultural que puede ponernos a la par con los grandes países modernos*” (*Ibidem*, p. 316).

Para tanto, era necessário reconhecer que histórica e socialmente o México se formara em intensa liga o com a terra: desde os povos originários, para os quais a terra era fonte de sobrevivência e ganhava formas divinas; passando pela coloniza o, que investiu na produ o agrícola e extra o mineral, pois rapidamente identificara as riquezas naturais do território; chegando   potência agroexportadora que o país se tornara, dentro do cenário mundial. No entanto, a realidade vivida em meados do século era a do “desenvolvimento estabilizador” (AGUILAR CAM N & MEYER, *Op. Cit.*, p. 223), que intensificava a industrializa o iniciada no cardenismo, com o objetivo de tornar o segundo setor predominante no país. Garro afirma que, nesse momento, “*el*

programa nacional ya no era organizar el campo y a naciente clase obrera, sino industrializar el país” (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 466).

O projeto dos anos 1950 e 1960 de modernizar a economia industrializando-a era visto por Garro como negação de uma cultura forjada por séculos e culminava na desnacionalização da Revolução, pois “*desde que México se integró como país Independiente, el problema campesino ha sido el más agudo del país” (Ibidem, p. 345),* precisamente pela nação ter se enraizado, desde o século XIX, no caráter agrário. Assim, negligenciar o campo e marginalizar os camponeses era negar a própria identidade mexicana contemporânea. Para Garro, a grande modernização da Revolução se daria quando voltasse a suas origens, guiada por conhecimentos e escuta do povo. A intelectual era notoriamente conhecida pela associação entre nacionalismo e agrarismo, bem como pela defesa da Reforma Agrária como primeira e mais importante ação governamental, o que ficava evidente na apresentação do editorial que *Siempre!* faz dela:

“gran escritora, preocupada con los grandes problemas de su tiempo, defensora de los intereses de los campesinos, lúcida. Intelectual, en el más alto sentido de la palabra. Ella piensa que el problema agrario no lo van a resolver las frases demagógicas ni las violencias, sino las soluciones técnicas de un Estado moderno” (p. 439).

3.3 A cidade

O foco no campo fez com que o espaço urbano tivesse uma posição de coadjuvante na produção intelectual da pensadora. Nem por isso poderíamos dizer que está ausente. Ao contrário, algumas obras admiráveis de Elena Garro se passam na cidade e trazem à luz aspectos sociais e políticos relevantes dos grandes centros mexicanos nos anos 1950 e 1960. Ateremo-nos principalmente aos contos *El zapaterito de Guanajuato* (1964), *La culpa es de los Tlaxcaltecas* (1964) e aos romances *Y Matarazo no llamó* (1991) e *Los recuerdos del porvenir* (1963).

Em primeiro lugar, é importante analisar o cenário urbano, em si, como um aspecto de discussão da autora. Lendo a contrapelo, alguns de seus textos sobre o campo fazem colocações importantes sobre a cidade, priorizando especialmente dois elementos: o fenômeno do inchaço urbano na década de 1960 e a caracterização da cidade como um lugar de agravamento das desigualdades – ainda piores que no campo.

Ao tratar da negligência sofrida pelas áreas rurais, Garro sugere que o abandono levava os camponeses a buscarem outras opções de vida. Aqueles que não encontram novas terras, especialmente os mais jovens – ainda dispostos a aprender um novo ofício e reconstruir uma vida desde o princípio –, acabavam se deslocando para os centros urbanos. O êxodo rural narrado pela escritora em seus artigos e textos literários revelava a face de um Estado que não valorizava o planejamento das políticas públicas. O surto industrial criara um imaginário sobre a cidade como lugar de infinitas oportunidades e passagem para o futuro moderno. Os longos anos de exploração e falta de investimentos no campo, entretanto, fizeram com que o contingente de migrantes internos fosse muito superior à demanda das vagas nas fábricas. Como entrevistadora, quis destacar uma fala de Carlos A. Madrazo sobre o tema, concordando com o político:

Del campo emigra la gente joven, buscando acomodo en la ciudad, y este torrente humano complica todos los problemas urbanos (...). Una ciudad es, para este efecto, como una casa que no puede estar preparada para recibir la visita de mil personas que se presentan de improviso. Como es lógico, en la ciudad no hay trabajo para todos, y el 95% regresan al campo a aumentar la filas de los hambrientos y de los resentidos contra una realidad que sabe resolverles sus problemas (MADRAZO & GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 469).

A situação era ainda pior por um crescimento demográfico generalizado, que se iniciara na década anterior, com altas taxas de natalidade e uma regressão nos níveis de mortalidade. A necessidade aumentava e a oferta de trabalho ficava cada vez mais restrita. Além do desemprego, os trabalhadores que migravam para as cidades enfrentavam a desvalorização salarial e o aumento da inflação sobre os produtos, mesmo no período de grande prosperidade propagandeada pelo Estado (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000).

Los beneficiarios del progreso de México son una minoría que representa aproximadamente el 5% de la población total. Esta clase está constituida por financieros, grandes comerciantes, industriales, latifundistas, algunos empresarios nacionales coludidos con empresas extranjeras [...]. El grueso de la población (...) no se beneficia en nada del progreso de la nación o, si se beneficia, acaso será en muy pequeña proporción [...]. Esta tremenda desigualdad está dificultando el desarrollo económico y social de la nación. Es más, si esta situación persiste puede poner en peligro la marcha pacífica y constitucional del país (MADRAZO & GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 468-469)

A infreável desigualdade social vivenciada nos anos 1950 e 1960 levava grupos de trabalhadores a realizarem protestos contra os “beneficiários do progresso” mexicano e os próprios governantes. As greves foram um importante instrumento dos operários urbanos e ferroviários no período para exigir o cumprimento de seus direitos

trabalhistas (AGUILAR CAMÍN & MEYER, 2000, p. 239-240), que demonstravam ao mesmo tempo uma forte atuação popular e uma fragilização cada vez maior do regime revolucionário. A reação estatal, em conjunto com os empresários, foi a perseguição e repressão dos movimentos trabalhistas urbanos.

El derecho de huelga, de hecho, no de derecho, fue abolido. Se inventó el curioso delito de disolución social, y las facilidades de la iniciativa privada se hicieron a enormes costos de las clases humildes [...]. ¿Cuáles son los resultados visibles de esta derrota? La inconformidad de las clases obrera y campesina, ante los males endémicos que las asuelan, y el viraje ideológico de la clase pensante mexicana (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 466).

A “virada ideológica” que menciona a autora se refere ao alinhamento com a Revolução Cubana e o socialismo. Uma das consequências da violência estatal empreendida contra os trabalhadores urbanos foi justamente o crescimento dos setores de esquerda marxista no México em meados do século, contando com o apoio dos intelectuais e dos próprios operários, desiludidos com a Revolução Mexicana, que parecia não oferecer mais respostas a suas necessidades.

A atmosfera de revolta social e desilusão é representada no romance *Y Matarazo no llamó...*, que buscou reler as greves ferroviárias de 1958 na literatura. No texto, Garro apresenta um grupo de grevistas organizados, que pedem por seus justos direitos, mas volta a apresentar seus incômodos com o marxismo inserindo personagens chamados de “comunistas” que eram responsáveis pelas atitudes mais radicais, violentas e impulsivas dentro do movimento que narra. Ao contrário de Matarazo, que aparece no título e é lembrado o tempo todo pelos companheiros como um homem de “*consejo práctico y que parecía gozar de mucha experiencia*” (GARRO, 2010, p. 234), os “comunistas” são retratados como sujeitos que desordeiros, que se aproveitavam da situação para angariar seguidores e deslegitimar o movimento trabalhista⁵⁷ – acusações bastante similares às que faz à Central Campesina Independiente e ao Instituto Nacional Indigenista.

No entanto, talvez o personagem mais curioso do romance seja Eugenio, um homem de meia idade, com emprego comum, que “llevaba una vida solitaria y anónima” (*Ibidem*, P. 213). Ele se aproxima da greve por um impulso de ajudar aos operários em sua justa causa.

⁵⁷ “¡Usted quiere lanzarnos a la protesta y quedarse al margen! ¡Qué bonito! ¿Sabe lo que lograríamos? Que nos echaran a todos!” (GARRO, 2010, p. 240).

*Eugenio sentía la necesidad de decir cosas que no había dicho jamás en su vida (...). Dentro de él bullía una efervescencia desconocida, una energía nueva, que casi lo llevó a silbar mientras iba conduciendo. El hecho de desafiar a las autoridades lo colmaba de optimismo: con su desafío probaba que las palabras y los discursos que había tenido que escuchar de sus jefes y sus amigos eran patrñas, ¡mentiras!, ¡falsedades! **Eran ellos los malos ciudadanos, no los obreros** (Ibidem, p. 215-216).*

Mais do que uma ingenuidade quase risonha, Eugenio representa um cidadão comum que se sensibiliza pelos problemas dos trabalhadores e torna-os também seus problemas. Novamente Garro parece convocar, com seus textos, à população comum que se une aos mais desfavorecidos. Eugenio vivia alienado dos problemas e convencido pelo senso-comum de que a oposição era sempre má e despropositada. Ainda que a autora faça mais uma de suas idealizações em relação aos métodos da Revolução que considera mais adequada, alegando no texto que *“los priistas hablan como los comunistas, pero no hacen huelgas porque no las necesitan”*, conduz a maior parte da narrativa colocando o leitor a se compadecer dos operários.

O desfecho, como na maioria de suas obras literárias, é trágico: permeado por assassinatos, intrigas e conflitos dentro do movimento, fugas para a clandestinidade, desmandos e brutalidade por todos os lados. Mas a razão que usa para explicar tal final é, mais uma vez, a noção de naturalização da violência e traição dos levantes populares, como escreve no final do relato literário:

El peligro en los movimientos populares es la infiltración de elementos oscuros, pertenecientes a la clase burguesa, que se mezclan con el pueblo sano para desvirtuar los verdaderos objetivos de la (...) lucha que hemos emprendido. Estos cuerpos extraños corrompen a los revolucionarios y ensucian los ideales que los mueven: la libertad, la igualdad y los derechos de los trabajadores. Es a esos elementos oscuros (...) a los que hay que eliminar, si alguna vez queremos tener en México una lucha limpia, que guíe a los mexicanos por el camino de la justicia (Ibidem, p. 302).

O cenário urbano, assim, era assombrado por males como no campo e na política institucional, na perspectiva de Garro. A maior luta era resgatar valores que considerava universais, como os de igualdade, liberdade, direito e justiça. Desse modo poderia se alcançar um verdadeiro feito revolucionário e a redução das desigualdades enfrentadas pela realidade sócio-econômica da metade do século XX.

Porém um último grupo sequer poderia se organizar de tal maneira, pois mal era reconhecido: nem pelo Estado, nem pelas organizações trabalhistas, nem pela intelectual. Mesmo assim, sua presença era constante nos escritos da letrada e nos chamaram a atenção exatamente por ressaltarem os silenciamentos dentro dos próprios

silêncios. Trata-se dos trabalhadores domésticos. Seja Félix, de *Los recuerdos del porvenir*; Nacha, de *La culpa es de los Tlaxcaltecas*, ou Josefina e Panchita, de *El zapaterito de Guanajuato*, essas figuras aparecem como presenças essenciais no enredo, mas diversas vezes são tratadas como coadjuvantes menores e sem muitas reflexões relevantes que as perpassam.

Os empregados domésticos das histórias de Garro sinalizam uma realidade de relações de trabalho permeadas por exploração e uma relação contraditória que os relega a um não-pertencimento: são da casa, mas não parte da família; são trabalhadores, mas a classe não os reconhece assim. Herdeiro de uma relação fortemente colonial dos “serviçais”, o trabalho doméstico é tratado com naturalidade pela autora e não recebe qualquer tipo de problematização.

Chega a causar estranhamento como, por exemplo, na história do sapateiro de Guanajuato, Blanquita, uma senhora de classe alta em crise, se compadece da situação do sapateiro mendicante e seu neto e o acolhe em casa, oferecendo os melhores tratamentos, mas deixa sob responsabilidade das empregadas não apenas os cuidados do hóspede, mas compras fiadas, para que ofereça-lhe algo para comer, sem sequer alimentar adequadamente suas funcionárias. Não há crítica ao fato de que uma mulher de elite mantém duas empregadas sem ter dinheiro para ela mesma manter seus hábitos funcionais. Não há ironia visível no texto que justifique uma caricatura da patroa. Ela, aliás, é retratada como uma mulher desorganizada e confusa, quase inocente por seus atos. O trabalho doméstico é, do espaço urbano, o mais relativizado e despolitizado. Ainda assim, é possível vê-lo como a união de um legado das aristocracias mexicanas e um sintoma da falta de espaço e oportunidade nas cidades.

3.4 Identidades

Talvez o grupo que menos receba atenção de todos os lados entre os marginalizados seja o dos indígenas. Por adicionar aos debates sociais e econômicos uma questão identitária que estremecia os projetos culturais da nação desde o século XIX, a presença dos povos indígenas era ora ignorada, ora tratada com discriminação e reducionismos. Não apenas o Estado, mas especialmente a intelectualidade tiveram dificuldade em lidar com as pautas indígenas no período pós-revolucionário, evitando a

questão ou mobilizando argumentos médicos, religiosos e sociológicos de uma incipiente antropologia que buscava acomodar as tensões suscitadas pela presença deste “outro” compreendendo-o instrumentalmente para, na maioria dos casos, aglutiná-lo à cultura dominante.

Nesse sentido, o indigenismo mexicano cumpriu um papel central na organização do Estado independente, desde os oitocentos, e na formação de um regime pós-revolucionário, no século seguinte. Antonio Carlos Amador Gil (2011) recorre à criação das teorias indigenistas para entender seu lugar na elaboração de políticas públicas dos diferentes governos contemporâneos que existiram no México. Demonstra, então, que a pauta comum da mestiçagem apagou, pouco a pouco, a existência dos indígenas no imaginário social do país o que, ao cabo, levou a uma negligência do Estado na atenção e assistência aos povos indígenas. Se desde a independência a constituição da mexicanidade se associou à ideia de uma mistura de raças que, com suas melhores características, teriam formado um ser ímpar, na Revolução Mexicana, o mestiço tomara o lugar de representante nacional que entendera sua essência e a externalizara por meio de seu fazer político. A Revolução, portanto, necessitava da figura do mestiço como seu representante principal, deixando o indígena alheio a suas preocupações políticas e culturais.

Diversos intelectuais sustentaram esta ideologia que foi definida como elemento da nacionalidade e, portanto, qualquer reivindicação cultural específica deveria ser tratada num contexto de contribuição à cultura nacional mestiça considerada como um todo orgânico. A construção de uma ideologia da mestiçagem foi um processo que se desenvolveu desde o período porfirista e alcançou sua maior expressão nos ideólogos da Revolução (GIL, 2011, p. 3-4).

A mestiçagem, contudo, não apagou a existência concreta dos indígenas. Sua presença material fez com que cada vez mais fosse necessário debater o lugar deste sujeito no novo Estado mexicano. Daí que o resgate do indigenismo, restaurando antigas leituras e propondo novas, fosse necessário para o regime pós-revolucionário. O indigenismo do século XX denunciou a opressão sofrida pelo indígena, destacou a importância do governo atender a essa parcela da população, mas ofereceu como resolução principal a integração do indígena à sociedade mestiça. Desse modo, seriam plenamente aglutinados à sociedade civil e alcançariam os direitos de todo mexicano. Como afirma o estudioso, as “políticas públicas implementadas combinaram a tolerância racial com um férreo exclusivismo cultural” (*Ibidem*, p. 6), uma vez que

entendiam que “os indígenas deviam participar e ser incorporados à comunidade nacional mexicana desde que abandonassem a sua cultura e sua identidade” (p.7).

Especialmente durante os anos 1930, emergiu um indigenismo, associado principalmente à Escola de Antropologia e a Faculdade de Filosofia da UNAM, na figura de Vicente Lombardo Toledano, que não tentava inserir culturalmente os indígenas na mexicanidade mestiça, valorizando suas peculiaridades e entendendo-o como um cidadão com demandas distintas. Ainda assim, esses grupos produziram um indigenismo que precisava da “noção de raça e os estereótipos raciais para garantir um lugar para os índios na nação mexicana” (*Ibidem*, p. 9).

Ao final da década seguinte, contexto de escrita principal de Elena Garro, o retorno do indigenismo integrador toma conta das políticas estatais, sendo um dos responsáveis pela mobilização em torno da criação do Instituto Nacional Indígena, em 1948. O INI, ao menos até os anos 1970, congregou antropólogos e historiadores com o objetivo de inserir os povos indígenas nas dinâmicas políticas e econômicas nacionais, modificando suas comunidades a fim de levar a elas modernização e progresso, na forma da mestiçagem cultural⁵⁸. O intuito, portanto, era reafirmar o predomínio da mestiçagem e anular as diferenças identitárias no interior do Estado Revolucionário, contemplando os indígenas com as bandeiras nacionais de 1910.

Para Garro, no entanto, o papel das instituições públicas voltadas ao estudo dos povos indígenas era agravar o problema agrário, fomentando rivalidades entre eles por meio da concessão de terras para determinadas comunidades, em detrimento de outras. Na reportagem *Los desalojados de Oaxaca* (1967), comenta que “*políticos, ganaderos y antropólogos ajenos a la solución del problema agrario (...) invadan y ruinan sus esfuerzos para enfrentar a un grupo de miserables campesinos mexicanos*” (GARRO *apud* LOPÁTEGUI, 2014., p. 508). O texto, assim como o artigo publicado uma semana depois, denominado *El Instituto Indigenista* (1967), aponta que a realidade dos indígenas era dominada por abandonos e exclusões. As instituições que deveriam

⁵⁸ “Devemos ter claro que esta categoria de mestiços não pode ser associada à mestiçagem do período colonial (...).Este processo está diretamente ligado à criação e ao triunfo da ideologia da mestiçagem que permitiu que um grande contingente de indígenas e de brancos abandonasse os seus referenciais identitários anteriores e assumisse a identidade mestiça” GIL, Antonio Carlos Amador. **Intelectuais e Indigenismo: o dilema da identidade nacional num país profundamente indígena**. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, jul. 2011. P. 4.

protegê-los, na visão da autora, eram responsáveis por aumentar a violência que sofriam:

Los agentes de índios del Instituto Nacional Indigenista (...) apoyaron ampliamente los planes de discórdia. Hay que entender que el Instituto Indigenista ha creado un pequeño 'Estado' todopoderoso, dentro del mismo Estado, y que sus protegidos hacen estrictamente lo que los antropólogos dictan. Para lograr la discordia (...) el gobierno estatal organizó mitines dominicales” (Ibidem, p. 510).

Ademais, a autora ressalta em algumas de suas obras literárias o desprezo e preconceito com que os indígenas eram comumente tratados. No conto *La culpa es de los Tlaxcaltecas* (1964), a protagonista Laura se reencontra com um antigo amor - um rapaz de origem indígena - e esconde de seu marido os planos que traça para fugir com o amante. Ao ser vista em sua companhia, não se levanta qualquer suspeita do caso, mas é vista em uma situação de ameaça: “*¡Estos indios salvajes!...¿No se puede dejar sola una señora!*” (GARRO, 2016, p. 31). Já em *Los recuerdos del porvenir* (1963), o diálogo entre as famílias de elite de Ixtepec travam um diálogo preconceituoso que sugere a agressão e anulação dos indígenas:

- *¡Ya saben, com los índios mano dura! – recomendó Tomás Segovía a los Moncada [...]*

- *¡Son tan traidores! – suspiró doña Elvira, la viuda de don Justino Montúfar.*

- *Todos los indios tienen la misma cara, por eso son peligrosos – agregó sonriente Tomás Segovía.*

- *Antes era más fácil lidiar con ellos. Nos tenían más respeto. ¡Qué diría mi pobre padre, que en paz descansa, si viera a esta indiada sublevada, él que fue siempre tan digno! – replicó doña Elvira.*

- *Necesitan cuerda (...). Tengan siempre la pistola en orden – insistió Segovía (GARRO, 2003, p. 27).*

A conversa é ouvida por Félix, descrito como empregado indígena da casa da família Moncada. Reage pensando em silêncio: “*Para nosotros, los índios, es el tiempo infinito de callar*” (Ibidem, p. 27). Garro, enfim, assinala o silêncio a que se condenavam as populações indígenas: não podiam expressar sua opinião, não podiam tomar decisões autonomamente, não eram sequer vistas como sujeitos. Na narrativa de Garro, os indígenas objetificados receberiam do Estado apenas a tutela, devendo obediência às autoridades locais ou governamentais e permanecendo estagnados no tempo pelos estereótipos, como pontua em *Los desalojados de Oaxaca* (1967): “*Cincuenta años después de la Revolución, el Instituto Indigenista se enfada cuando los*

indígenas quieren sembrar copra em vez de tejer canastitas y sombreros” (GARRO apud LOPÁTEGUI, Op. Cit., p. 515).

Ao demonstrar a invisibilidade do indígena na sociedade mexicana em seu presente, a despeito das imagens glorificadas de um indígena simbólico residente na memória coletiva, Garro muda sua postura em relação ao Departamento Agrário (DAAC). Se denunciara seus desmandos e abstenções nas petições relatadas nos casos de Ahuatepec ou da CNC, nos textos a respeito do Instituto Indigenista, o DAAC aparece como representante de coerência e razoabilidade. Trata com respeito e aplausos o diretor do departamento, afirmando que *“La tesis de Aguirre Palancares era la justa: tanto los oaxaqueños como los guerrerenses eran campesinos com necesidad de trabajar” (Ibidem, p. 512).*

A mudança de visão se deu precisamente por esse aplainamento das identidades: a partir do momento em que o dirigente do DAAC iguala indistintamente camponeses e indígenas, a intelectual direciona suas críticas a outros agentes. Nesse sentido, cabe uma profunda crítica a Elena Garro nesse quesito, já que se coloca na posição de voz dos marginalizados, mas invisibiliza, de outra forma os mesmos excluídos. Vários são os exemplos de fragmentos que demonstram a limitação da autora ao tratar da questão indígena, sob o viés das identidades.

¿Quiénes son los indios en México? Los indios son los campesinos. Todos ellos están sometidos a la voracidad y arbitrariedad de grupos ganaderos y funcionarios sin escrúpulos (Ibidem, p. 517).

Mientras Fray Bartolomé luchó por universalizar los indios, los profesores del Instituto Nacional Indigenista ‘luchan a brazo partido’ por singularizarlos (...). El Instituto lucha dentro de un Estado formado por ellos y que les concede absolutamente todos los derechos. La única manera de igualar a los pueblos es por medio de la ley o de la religión (Ibidem, p. 516).

Creo que fomentar el indigenismo de esa manera literaria es negativa, pues sólo ahonda aun más las diferencias entre los distintos núcleos de campesinos (Ibidem, p. 520).

Intercambiando os conceitos de “camponês” e “indígena”, reúne sob o mesmo problema – a Reforma Agrária – grupos com questões distintas e interpreta suas necessidades a partir das experiências históricas que teve com trabalhadores rurais, sem propriamente escutar os indígenas. De fato, muitos habitantes do campo correspondiam à população indígena, mas algumas questões identitárias não contemplavam igualmente os dois grupos. Aliás, em suas interpretações da realidade camponesa e indígena nos anos 1950 e 1960, Garro constrói uma contradição sutil: enquanto afirma que as lógicas

coloniais seguiam existindo e dominando o campo, de forma que era necessário combatê-las e atualizar as dinâmicas sociais e políticas; para o caso indígena alega que o México é um Estado moderno, cujas leis não privilegiam nem desqualificam nenhum grupo e que a discriminação racial só cabe em um país que mantém estruturas colonial. Ou seja, o argumento do arcaísmo herdado da colônia só cabe em sua argumentação quando lhe serve para sustentar a ideia de um campo homogêneo e maculado pelo mesmo problema: o despojo de terras.

La protección que necesitan los indios es la de establecer un desarrollo económico que los libere de la miseria económica (Ibidem, p. 518).

Yo creo que el problema del indígena no es cultural; es simplemente económico. Allí donde llega la riqueza llega la cultura: ambas van juntas (Ibidem, p. 520).

Quando aglutina e troca livremente as categorias, apaga as particularidades vividas pelos indígenas historicamente. Ao afirmar que toda necessidade no campo é igual e que a Reforma Agrária resolveria as diferenças sociais, simplifica o problema de uma ótica superficial, privilegiada e bastante centra na mestiçagem elaborada pelo mesmo Instituto Indigenista que ferrenhamente criticou. A igualdade artificial que defende não é plenamente garantida pela mera existência da lei – como muitas vezes a própria escritora argumentou – e ignora as diferentes formas de exploração a que foram submetidos os indígenas mesmo após a Revolução⁵⁹. Chega a declarar que a diferenciação empreendida pelo Estado, na figura do INI, era sinônimo de privilegiar os indígenas em relação ao restante da população e não entendê-los como mexicanos.

El simple hecho de que exista un instituto de esta naturaleza, significa que los indios son una raza aparte y, por lo tanto, merecedora de un trato también aparte [...]. El INI, con su sola existencia, plantea la posibilidad de que los indios, por su exclusiva calidad de indios, posean virtudes y defectos distintos del resto de los mexicanos y, por lo tanto, dignos no de redención (...) sino de estudio, como afirman los laicos y pedantes intelectuales de nuestra época (Ibidem, p. 516).

Buscando defender a autora, a biógrafa Patrícia Rosas Lopátegui classifica os textos em questão como demonstrações de uma luta contra os racistas. O que entende como combate ao racismo é, na verdade, reafirmação da segregação e violência. O debate de raça no Brasil nos levou a entender, há alguns anos, que o mito de que o preconceito parte do reconhecimento das diferenças historicamente construídas ignora

⁵⁹ “Trabalhando com o caso mexicano, podemos perceber que a constituição mexicana definia que a partir da independência todos seriam iguais, implantando uma ideia de cidadania universal e igualitária. Sabemos que essa igualdade jurídica não podia ser estabelecida numa sociedade tão desigual” (GIL, 2011, p. 3).

que a racialização foi um processo constitutivo das sociedades coloniais e não tratar dela distancia mais ainda a equidade, porque ignora um problema social e cultural secular. Não basta dizer que “*en México no necesitamos leyes protectoras para los indios, porque no existen leyes contrarias a ellos*” (*Ibidem*, p. 516), como se as leis gerassem exclusão apenas se tivessem tal intuito. Diferenciar alguns dispositivos legais é uma necessidade, já que a própria história diferenciou brancos, mestiços e indígenas no México.

O tratamento das identidades na obra de Elena Garro é um recorte de um problema muito maior no país, que se arrasta desde o século XIX e se estende, com novas roupagens, até o século seguinte: o racismo. Se na produção do nacionalismo, a problemática da raça negligenciou os indígenas em nome de uma *raza cósmica*, mestiça, mexicana, no período revolucionário também o projeto mestiço, ilustrado, “nacional” venceu os planos indígenas. Posteriormente, no regime pós-revolucionário, o racismo se perpetuou pela insistência no caráter revolucionário e mexicano serem unificadores e aplainadores das diferenças raciais da população. O não-lugar que procurou combater era ironicamente reforçado por seus argumentos, já que unir questões distintas silenciava outra vez os indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elena Garro foi uma intelectual intrigante. Nem heroína de todas as causas, nem vilã traidora de um regime: foi mulher, católica, leitora, escritora, dramaturga, universitária, jornalista, pensadora, legalista, agrarista. Contraditória. Seus textos entre as décadas de 1950 e 1960 deixam grandes contribuições para a cultura mexicana e a compreensão, no presente, da sociedade e política na época em que produziu. O tema da Revolução ganhou novas cores com seu periodismo e sua literatura, que apresentavam uma visão contra-hegemônica que ora se encontrou com a voz dos mais vulnerabilizados, ora fazia coro com as instituições oficiais revolucionárias.

Dentre os aspectos mais interessante ao analisá-la então, definitivamente, a prevalência que dá ao indivíduo e a agência nos contextos autoritários. O primeiro desperta curiosidade por contrastar com boa parte das interpretações que se encontravam contemporaneamente a ela, as quais pensavam quase sempre de maneira planejada, homogeneizada e uniformizada. Garro olha para o coletivo a partir da figura do sujeito, humanizando seus personagens e valorizando as pequenas ações, o que nos permite conhecer organizações minoritárias e pequenos movimentos que foram deixados de lado pela historiografia mas tiveram, a seu modo, participação e relevância no cenário político.

O segundo talvez seja mais tocante: em momentos de crise e avanço de políticas autoritárias, discursos violentos, desvalorização dos saberes acadêmicos e enfrentamento com poderes estatais pela garantia de direitos mínimos é possível resistir e agir, nos lembra Garro. A democracia nunca está dada e a busca pela liberdade e garantia de bem-estar é uma luta em curso. Os textos da intelectual não nos deixam esquecer que sistemas autoritários podem deixar espaços para o pensar e o agir: a arte, o pensamento e a escuta dos outros são caminhos possíveis para sair da imobilidade do tempo e encontrar soluções originais para os problemas do presente.

REFERÊNCIAS

Fontes

Ficção

GARRO, Elena. *Los recuerdos del porvenir*. México: Joaquín Mortiz, 2003.

Periodismo

GARRO, Elena. “El pro y el contra de una escandalosa novela” (resenha). **Novedades**. México, n. 478, p. 1 e 10, 11 mai. 1958.

_____. “Breve historia de Ahuatepec I” (crônica). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 11 jan. 1959.

_____. “Breve historia de Ahuatepec II” (crônica). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 25 jan. 1959.

_____. “Breve historia de Ahuatepec III” (crônica). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 01 fev. 1959.

_____. “Breve historia de Ahuatepec IV” (crônica). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 08 fev. 1959.

_____. “Elena Garro se queja de que no tiene palabra Amalia Hernández” (carta). **Novedades**. México, s/i, p. 20, 04 set. 1963.

_____. “Habla Elena Garro sobre el lío de la cinta ‘De noche vienes’/Se defiende Elena Garro: nada más fácil que probar la verdad” (carta). **Esto**. México, s/i, p. 6, 06 set. 1963.

_____. “Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/I” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 15, 12 jan. 1964.

_____. “Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/II” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 7, 26 jan. 1964.

_____. “Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/III” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 16 fev. 1964.

_____. “Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/IV” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 08 mar. 1964.

_____. “Javier Rojo Gómez: contra una política suicida/V” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 09 mai. 1964.

_____. “¿Para quiénes esta tumba es un delito?” (artigo). **Presente!** Morelos, n. 282, p. 9, 23 mai. 1964.

_____. ¿Hacia donde va el PRI? ¿Hacia la izquierda, el centro o la derecha? (artigo). **Sucesos para todos.** México, n. 1732, p. 10-15, 23 jul. 1966.

_____. “Los intelectuales pelean el hueso” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 5, 13 set. 1964.

_____. “La nueva Era” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 9, 21 fev. 1965.

_____. “Carlos A. Madrazo y la izquierda mexicana” (entrevista). **Presente!** Morelos, n. 384, p. 24-33, 03 jun. 1966.

_____. “Una conducta superior” (artigo). **Presente!** Morelos, s/i, p. 9, 30 mai. 1964.

_____. “Los crimines se cometen en silencio” (artigo). **Siempre!** México, s/i, p. 14, 04 ago. 1965.

_____. “El problema agrario sigue en pie después de 50 años de Revolución” (reportagem). **Siempre!** México, n. 185, p. 1-12, 01 set. 1965.

_____. “Algo muy raro: un político habla de literatura” (entrevista). **Siempre!** México, s/i, p. 14-15, 01 dez. 1965.

_____. “El presidente de Carlos Solórzano” (resenha/entrevista). **Siempre!** México, s/i, p. 13-14, 13 jul. 1966.

_____. “Los desalojados de Oaxaca” (reportagem). **Sucesos para todos.** México, n. 1765, p. 10-16, 01 abr. 1967.

_____. “El Instituto Indigenista” (artigo). **Sucesos para todos.** México, n. 1766, p. 34-38, 08 abr. 1967.

_____. “Regis Debray o ‘cuando oigo la palabra intelectual saco mi revolver y disparo...’” (artigo). **Sucesos para todos**. México, n. 1775, p. 16-21, 10 jun. 1967.

_____. “Regis Debray, ejemplo para América” (artigo). **Sucesos para todos**. México, n. 1778, p. 58-59, 01 jul. 1967.

_____. “Los católicos con Régis Debray” (artigo). **Sucesos para todos**. México, n. 1780, p. 73-75, 15 jul. 1967.

_____. “Roberto Fernández Retamar: Poeta entrevistado e imprevisto” (entrevista). **Siempre!** México, s/i, p. 4-5, 19 jul. 1967.

Hemerografía

GARRO, Elena; PONIATOWSKA, Elena. “Los intelectuales mexicanos son gritones más o menos bien pagados/segunda de dos partes” (entrevista). **Novedades**. México, s/i, p. 10, 09 set. 1962. In: LOPÁTEGUI, Patricia Rosas. *El asesinato de Elena Garro: periodismo a través de una perspectiva biográfica*. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2014, p. 208-212.

MENDOZA, Maria Luisa. “El juego del que serían: El porvenir de los recuerdos”. **El Día**. México, s/i, p. 8, 13 jan. 1964. In: LOPÁTEGUI, Patricia Rosas. *El asesinato de Elena Garro: periodismo a través de una perspectiva biográfica*. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2014, p. 261-264.

PAZ, Octavio. “El precio y la significación”. In: LOPÁTEGUI, Patricia Rosas. *El asesinato de Elena Garro: periodismo a través de una perspectiva biográfica*. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2014, p. 289-290.

Bibliografía

AGUILAR, Gonzalo. “Los intelectuales de la literatura: cambio social y narrativas de identidad”. **Historia de los intelectuales en América Latina**. (vol. 2). Madri: Katz Editores, 2010.

ALTAMIRANO, Carlos. “Élites culturales en el siglo XX latinoamericano”. **Historia de los intelectuales en América Latina**. (vol. 2). Madri: Katz Editores, 2010.

ALTAMIRANO, Carlos & MYERS, Jorge. **Historia de los intelectuales en América Latina.** (vol. 1). Madri: Katz Editores, 2008.

CAMÍN, Héctor Aguilar. **Nocturno de la democracia mexicana.** Ciudad de México: Penguin House, 2018.

CAMÍN, Héctor Aguilar & MEYER, Lorenzo. **À sombra da Revolução Mexicana.** São Paulo: Edusp, 2000.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: Edusp, 2015.

CHADWICK, Whitney & COURTIVRON, Isabelle (orgs.). **Amor & Arte: duplas amorosas e criatividade artística.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

COLI, Jorge. **O corpo da liberdade.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa.** São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

CRESPO, Regina. **Revistas en América Latina: proyectos literarios, políticos y culturales.** Colección Miradas del Centauro. México: Ediciones y Gráficos Éon/UNAM, 2010.

FREITAS NETO, J. A. **Percorrendo o vazio: letras, discursos e costumes na Argentina da Geração de 1837.** 2017. Tese (Livre Docência). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.

GÁRATE, Miriam V. **Entre a letra e a tela. Literatura, imprensa e cinema na América Latina (1896-1932).** Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history: texts, contexts, language.** Ithaca: Cornell University Press, 1986.

LOAEZA, Soledad. “El fin del consenso autoritario y la formación de una derecha secularizada”. IN: PANI, Erika (org.). **Conservadurismo y derechas en la historia de México**. Tomo II. México: FCE/ Conaculta, 2009.

MARTINEZ, Felipe Sevilhano. “Mercado de arte e experiência artística no século XIX: o caso de Van Gogh e Millet”. **Revista Limiar**. v. 6, n. 12, ago-dez/2019. p. 143-155.

MEYER, Lorenzo. **La segunda muerte de la Revolución Mexicana**. México: Cal y Arena, 2008.

MONTAURY, Alexandre. “Apresentação”; “Um escritor na mídia”. IN: GOMES, Renato Cordeiro; MARGATO, Izabel. **O intelectual e o espaço público**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

PALTÍ, Elías. **Las ideas fuera de lugar?: Estudios y debates en torno a la historia político-intelectual latinoamericana**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

PAZ, Octavio. **O labirinto da solidão**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

PICCATO, Pablo. **The tyranny of opinion: honor in construction of the Mexican public sphere**. Durham: Duke University Press, 2010.

PICCATO, Pablo; SACRISTÁN, Cristina (orgs.). **Actores, espacios y debates en la historia de la esfera pública en la Ciudad de México**. México: Instituto Mora: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

POZAS HORCASITAS, Ricardo. “La *Revista Mexicana de Literatura*: territorio de la nueva élite intelectual (1955-1965)”. **Historia de los intelectuales en América Latina**. (vol. 2). Madri: Katz Editores, 2010.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp, 2014.

ROJAS, Rafael. **La polis literária. El boom, la Revolución y otras polémicas de la Guerra Fría**. Barcelona: Taurus, 2018.

SÁ, Maria Elisa Noronha de (org.). **História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação**. São Paulo: Edusp, 2016.

SÁ, Maria Elisa Noronha (org.). **História intelectual latino-americana: itinerários, debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. **Ao vencedor as batatas**”. São Paulo: Duas cidades, 1992.

SILVA, Caio Pedrosa da. “Anticlericalismo, uma distinção revolucionária e masculina: os debates na Convenção Constituinte de Querétaro (1916-1917)”. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, n. 23, p. 29-55, jul-dez/2017. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2876>>.

SILVA, Paulo Renato da. **¿Alpargatas si, libros no? Produção cultural e legitimidade política durante o governo de Perón (1946-1955)**. 2009. 261 f. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. IN: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VIEIRA, Felipe de Paula Góis. **Gabo, cronista da América: história, memória e literatura**. São Paulo: Intermeios; Campinas: UNICAMP, 2020.

WILLIAMS, R. **Problems in materialism and culture: selected essays**. Londres: NLB, 1982.